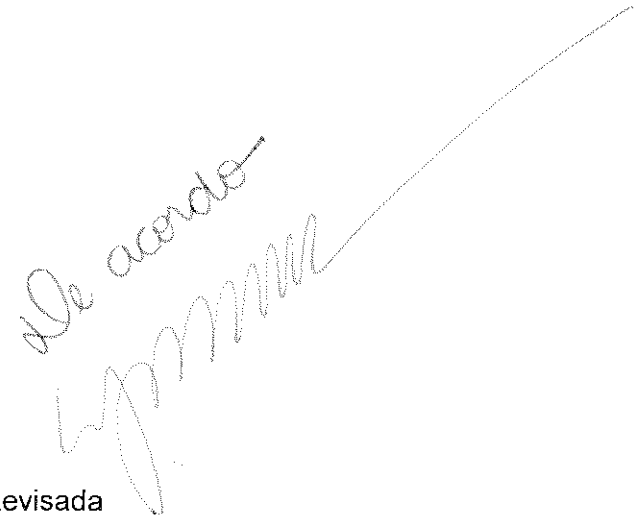
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LUCIANA ZIGLIO

Redes Socioambientais e a Cooperação Internacional: GARSD



Versão Revisada
O exemplar original encontra-se disponível no CAPH da FFLCH

SÃO PAULO
2012

VERSÃO CORRIG
O Exemplar original encontra-se
(CAPH- Centro de Apoio à Pes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LUCIANA ZIGLIO

Redes Socioambientais e a Cooperação Internacional: GARSD

SÃO PAULO
2012

LUCIANA ZIGLIO

Redes Socioambientais e a Cooperação Internacional: GARSD

Tese apresentada ao curso de pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutor

Orientador: Professor Titular Wagner Costa Ribeiro

SÃO PAULO
2012

Dedicatória

Dedico à memória de José Iotti, meu mentor e avô.

“Da cooperação para a sobrevivência origina-se outro padrão importante de comportamento, com muitas variações; referimo-nos ao gênero de cooperação cujo fito é fazer com que indivíduos ou grupo ultrapassem outros indivíduos ou grupos em certos ramos de atividade. Fazendo com que terceiros venham a cooperar com ele, um indivíduo de iniciativa pode projetar-se à frente dos concorrentes. Ao fazê-lo, adquire situação mais ampla com novos poderes, uma possível liderança”. (Bogardus, 1964)

Agradecimentos

Neste novo sonho realizado, o doutorado, não poderia deixar de agradecer as instituições e pessoas especiais que me acompanharam nesta jornada prazerosa.

A Universidade de São Paulo e ao Departamento de Geografia todo meu agradecimento diante da abertura para pensar sobre minhas indagações. Ao meu orientador, Wagner Costa Ribeiro, pelas ótimas conversas durante o doutorado que nunca vou esquecer. Outra instituição que merece aqui todo meu apreço é a University of Boras pela troca de conhecimentos acadêmicos e práticos da realidade de gestão de resíduos na Suécia.

A minha família pela torcida sempre presente. Minha mãe, meu pai, padrasto, irmãos, sobrinhos e o rato por ajudarem com seus sorrisos, carinhos, apoios. O meu agradecimento especial.

Ao CEMPRE pela jornada profissional de 14 anos com a organização. Ao André, sempre presente em diálogos constantes sobre resíduos. A Dania pela sua afetuosidade e generosidade. A equipe técnica do CEMPRE nas atividades com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de todo País.

A, você, Sedenir pelo apoio espiritual e intelectual para que este trabalho saísse com a minha identidade.

Ao meu grandioso Deus, presente em minha vida, sempre.

RESUMO

Redes Socioambientais e a Cooperação Internacional: *GARSD* apresenta a nova modalidade de organizações não governamentais: redes socioambientais internacionais. Os conceitos de redes, socioambientalismo e cooperação internacional caracterizam esta nova modalidade de organização, bem como, o objeto de estudo escolhido para delimitar com clareza este ator: *Global Alliance for Recycling and Sustainable Development* (GARSD).

A sociedade contemporânea capitalista estabelece padrões de consumo associados ao uso intensivo dos recursos naturais e, que consequentemente, aumentam a quantidade de resíduos. Deste modo, sociedade de consumo torna-se sinônimo da sociedade de resíduos.

O estudo de caso (GARSD), rede socioambiental internacional cuja missão é a gestão dos resíduos sólidos urbanos na escala internacional, traduz-se em novas possibilidades de arranjos internacionais na perspectiva das relações internacionais. Para a ciência geográfica abre a possibilidade para uma releitura das questões relacionadas ao conceito de rede. A afirmativa também é válida para a questão ambiental, pois evidencia que a geração e a gestão de resíduos é um problema a ser discutido em escalas do local ao global entrelaçado ao desenvolvimento sustentável e a dinâmica da sociedade de consumo capitalista.

Palavras chaves: redes, organizações não governamentais socioambientais, cooperação internacional, resíduos, GARSD.

ABSTRACT

Socioenvironmental Networks and International Cooperation: GARSD demonstrates new modality nongovernmental organizations: international socioenvironmental networks. The issues networks, socioenvironmental and international cooperation improve this new modality, as well as, studies object in this thesis: Global Alliance for Recycling and Sustainable Development (GARSD).

The capitalist contemporary society establishes consumption standards associates to the powerful use of natural resources and, consequently, increase the quantities of waste. This way, consumption society is synonymous to a waste society.

The studie case (GARSD), socioenvironmental network whose the mission is the urban waste management in international scale, it is expressed, and new possibilities of international arrangements to international relationships. To geographic science, it opens the possibility of rewriting those issues about networks. The affirmative is also valid to environmental issues, therefore it shows that generation and management of waste is a problem which will be discussed in local and global scales associated to the sustainable development and the dynamic of a capitalist consumption society.

Key words: networks, nongovernmental socioenvironmental organizations, international cooperation, residues, GARSD.

RESUMEN

Redes socios ambientales y la cooperación internacional: GARSD presenta una nueva modalidad de organizaciones no gubernamentales: redes socio ambientales internacionales. Los conceptos de redes, socioambientalismo y cooperación internacional caracterizan esta nueva modalidad de organización, bien como, el objeto de estudio escogido para delimitar con claridad este actor: *Global Alliance for Recycling and Sustainable Development* (GARSD).

La sociedad contemporánea capitalista establece padrones de consumo asociados con el uso intensivo de los recursos naturales, por consecuencia, aumentan la cuantidad de los residuos. Por lo tanto, sociedad de consumo es sinónimo de sociedad de residuos.

El estudio de caso (GARSD), rede socio ambiental internacional, cuya misión es la gestión de los residuos sólidos urbanos en escala internacional, se traduce en nuevas posibilidades de acuerdos internacionales en la perspectiva de las relaciones internacionales. Para la ciencia geográfica abre la posibilidad para una relectura de las cuestiones relacionadas con el concepto de red. La afirmativa también se aplica para la cuestión ambiental, presupuesto que la generación y gestión de los residuos es un problema con discusión en las escalas locales y globales entrelazadas con el desarrollo sostenible y la dinámica de la sociedad de consumo capitalista.

Palabras claves: redes, organizaciones no gubernamentales socioambiental, cooperación internacional, residuos, GARSD.

Sumário

Introdução..... 14

1.**Geração e Gestão de Resíduos Sólidos na Escala Internacional: Reciclagem e Cooperação**..... 20
1.1 A sociedade de consumo do modo de produção capitalista..... 21
1.2 A busca da gestão dos resíduos sólidos urbanos em escala internacional..... 26
1.3 A cooperação internacional e a ordem ambiental internacional..... 40

2.**As Organizações Não Governamentais Ambientais**..... 49
2.1 O conceito de Organizações Não Governamentais Ambientais..... 50
2.1.2 World Wildlife Fund (WWF), GREENPEACE e Nature Conservancy (TNC)..... 58
2.2 O movimento ambientalista internacional..... 63
2.2.1 A Conferência de Estocolmo e a Conferência Rio 92..... 66
2.2.2 Depois da Conferência Rio 92 aos dias atuais..... 71
2.3 O movimento ambientalista no Brasil..... 78

3.**As Redes de Organizações Não Governamentais Ambientais**..... 84
3.1 O conceito de rede 85
3.1.2 A estrutura horizontal das redes..... 91
3.1.3 As redes e sua forma democrática e participativa..... 93
3.1.4 Atuar em redes com valores e objetivos compartilhados..... 94
3.1.5 A criação do capital socioambiental..... 98

4. **Global Alliance for Recycling and Sustainable Development (GARSD)**..... 106
4.1O surgimento..... 107
4.1.2 O Comitê Gestor..... 110
4.2 As Organizações Não Governamentais fundadoras da GARSD: Asociación para la Defensa del Ambiente y de la Naturaleza (ADAN)..... 111

4.2.1Compromiso Empresarial para Reciclaje (CEMPRE URUGUAY)..... 112
4.2.2 Compromiso Empresarial para el manejo integral de los residuos sólidos (SUSTENTA) 115
4.2.3 Thailand Institute of Packaging Management for Sustainable Environment (TIPMSE)..... 116
4.2.4 Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE BRASIL)..... 120
4.3 O primeiro biênio da GARSD (2007-2009)..... 125
4.3.1 O segundo evento da GARSD (2009)..... 132
4.3.2 O segundo biênio da GARSD (2010-2012)..... 134
4.3.3 O terceiro evento da GARSD (2011)..... 141
4.4 GARSD: análises iniciais..... 144

5. **Considerações Finais**..... 151
6. **Referências**..... 154
7. **Referências Eletrônicas**..... 166

Lista de Imagens

Imagens (Cap. I)

Imagem 1 - Centrais de Triagem Tietê e Jaçanã, São Paulo..... 29
Imagem 2 - Disposição final em lixões em Gana e na Índia..... 30
Imagem 3 - Disposição final em lixões na República Dominicana e El Salvador..... 31
Imagem 4 - Comércio de sucatas no Egito e catadores nas ruas de Nova Iorque..... 32
Imagem 5 - Coleta seletiva em Paris, França..... 33
Imagem 6 - Coleta seletiva em Tóquio, Japão..... 34
Imagem 7 - Pontos de entrega voluntária municipal e privado, Boras, Suécia..... 35
Imagem 8 - Processo de prensagem para reciclagem e biodiesel, Boras, Suécia..... 36
Imagem 9 - Separação de materiais recicláveis informalmente em Londres e Buenos Aires..... 37
Imagem 10 - Sistema de coleta seletiva em Buenos Aires..... 38

Imagens (Cap. IV)

Imagem 11 – Primeira reunião da GARSD, 2007..... 108
Imagem 12 - Concurso Cemprendimientos,Uruguai,2009..... 114
Imagem 13 - Estrutura do mercado dos materiais recicláveis no Uruguai.. 115
Imagem 14 - Coleta seletiva domiciliar, Tailândia..... 117
Imagem 15 - Coleta seletiva nos aeroportos e escritórios, Tailândia..... 118
Imagem 16 - Visita da equipe TIPMSE,ao Brasil, na cooperativa RioCoop, Rio de Janeiro..... 119
Imagem 17 - Projeto 360 nos restaurantes, Tailândia..... 119
Imagem 18 - Recicle CEMPRE, 2008..... 121
Imagem 19 - Gestão Integrada do Lixo, 2000..... 121
Imagem 20 - Catadores em Lixões, PA..... 122
Imagem 21 - Cooperativas, Porto Alegre, RS..... 122
Imagem 22 - Pontos de entrega voluntária Wal Mart e Coca Cola..... 123

Imagem 23 - Pontos de entrega voluntária Unilever e Pão de Açúcar..... 123
Imagem 24 - Curso Cooperar Reciclando: Reciclar Cooperando..... 124
Imagem 25 - Primeiro biênio da GARSD, 2007..... 125
Imagem 26 - Kit to set waste picker cooperatives..... 128
Imagem 27 - Visita da delegação paraguaia ao Brasil..... 129
Imagem 28 - Visita do CEMPRE BRASIL ao CEMPRE URUGUAY..... 130
Imagem 29 - Visita da delegação do Marrocos e do Banco Mundial ao CEMPRE BRASIL..... 131
Imagem 30 - Segundo evento da GARSD, Tailândia, 2009..... 134
Imagem 31 - Cooperativa de catadores ou *Salengs*, Tailândia, 2009..... 133
Imagem 32 - Visita da delegação chinesa ao CEMPRE BRASIL..... 137
Imagem 33- CEMPRE BRASIL na República Dominicana..... 139
Imagem 34 - PETCO no CEMPRE BRASIL..... 140
Imagem 35 - O terceiro encontro da GARSD, Brasil, 2011..... 142

Lista de Figuras

Figuras (Cap. I)

Figura 1- A cadeia de produção e reciclagem de um televisor..... 23

Figuras (Cap. III)

Figura 2 - As diversas formas de capital como recursos para o desenvolvimento..... 101
Figura 3 - Redes socioambientais nas diversas modalidades de capital e a criação do capital socioambiental..... 103

Figuras (Cap. IV)

Figura 4 - Identidade visual: ADAN..... 111
Figura 5 - Identidade visual: CEMPRE URUGUAY..... 112
Figura 6 - Capa da publicação Lixo Municipal em espanhol..... 113
Figura 7 - Fluxograma do mercado dos materiais recicláveis no Uruguai... 114
Figura 8 - Identidade visual: SUSTENTA..... 116
Figura 9 - Identidade visual: TIPMSE..... 117
Figura 10 - Identidade visual: CEMPRE BRASIL..... 120

Figura 11 - Identidade visual: GARSD..... 126
Figura 12 - GARSD: High Lights..... 127
Figura 13 - Identidade visual: CEMPRE COLOMBIA e PETCO..... 135
Figura 14 - Página eletrônica da GARSD..... 136

Lista de Tabelas

Tabelas (Cap. I)

Tabela 1- Destino dos resíduos sólidos urbanos em alguns Países..... 39

Tabelas (Cap. II)

Tabela 2 - Fundação de algumas organizações ambientalistas selecionadas (1865-1914)..... 51
Tabela 3 - Mudanças de objetivos e/ou de público de acordo com área de atuação das ONGs..... 56

Lista de Siglas

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ADAN – Asociación para la Defensa del Ambiente y de la Naturaleza
APEDEMA – Associação Permanente de Defesa do Meio Ambiente
CARE International – Cooperative for Assistance and Relief Everywhere
CEMPRE BRASIL – Compromisso Empresarial para Reciclagem
CEMPRE COLÔMBIA – Compromiso Empresarial para Reciclaje
CEMPRE URUGUAY – Compromiso Empresarial para Reciclaje
CIMI – Conselho Missionário Indígena
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou RIO 92 ou ECO 92
COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Aparas e Materiais Reaproveitáveis
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
GARSD – Global Alliance for Recycling Sustainable and Development
GREENPEACE – GREENPEACE
ICSU – Conselho Internacional para a Ciência
IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
OAF – Organização do Auxílio Fraterno
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização não governamental
ONGs – Organizações não governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PETCO – Pet Plastic Recycling South Africa
PNUMA – Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
SBPC – Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica
SUSTENTA MEXICO – Compromiso Empresarial para el manejo integral de los residuos sólidos
TIPMSE – Thailand Institute of Packaging Management for Sustainable Environment
TNC – Nature Conservancy
UNEP – United Nations Environment Programme
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USAID – Agência de Cooperação Internacional dos Estados Unidos da América
WWF – Fundo Mundial para a Natureza
WCS – Estratégia de Conservação Mundial

Introdução

A sociedade contemporânea produz resíduos[1], tais como: papéis, sobras de alimentos, plásticos, latas de bebidas, tecidos, metais, resíduos de atividades comerciais, industriais e mais uma infinidade de outros materiais. Todos esses resíduos gerados são descartados impondo gestão. Essa dinâmica de produção e descarte de resíduos acontece porque a sociedade adotou a perspectiva de que é uma sociedade de consumo e, por conseguinte, uma sociedade de resíduos.

Por adotar esta direção, os resíduos tornaram-se elementos inerentes à humanidade, que repete, ciclicamente, a busca de recursos naturais em todas as partes do mundo e os transforma em resíduos após consumi-los. Deste modo, se existe a preocupação, em uma escala global, pelo acesso aos recursos naturais, em seguida, surgirá a preocupação ambiental na escala internacional para a gestão dos resíduos. Esta preocupação ambiental com os resíduos já é parte do discurso de atores internacionais como, por exemplo, as organizações não governamentais (ONGs).

Sendo assim, o objetivo desta tese é levar o leitor às reflexões para o tema socioambiental trabalhado em redes e para a cooperação na escala internacional, dentro da ciência geográfica, por meio da rede de organizações não governamentais "*Global Alliance for Recycling and Sustainable Development" (*GARSD), que é o objeto desse trabalho.

A reciclagem, objeto de atuação da rede socioambiental GARSD, posiciona-se como ferramenta para os problemáticos binômios: produção versus consumo, consumo versus descarte, resíduo versus novos materiais.

Para o leitor, como premissa temporária para a tão sonhada equalização do ciclo de produção e consumo, ficam concretizadas no âmbito da articulação internacional, estratégias em prol da reciclagem de resíduos sólidos urbanos domiciliares através da GARSD.

[1]Por resíduos entende-se nesta tese de doutorado materiais descartados por atividades humanas. Suas principais origens são: rural, urbana, industrial, comercial e domiciliar. IN: RIBEIRO, Wagner., ZIGLIO, Luciana. Produção de resíduos e sociedade de consumo. ESPADOTTO, Cláudio., RIBEIRO, Wagner. (Org.). *Gestão de Resíduos na Agricultura e Agroindústria.* 1 ed. Botucatu: FEPAP, 2006, v. 1, p. 21-34.

A hipótese dessa tese é que o sistema capitalista busca recursos naturais, em escala mundial, e que parte deste problema pode ser amenizado por meio da reciclagem. O acesso aos recursos naturais pela sociedade contemporânea com a reciclagem de materiais pós-consumo urbanos domiciliares na escala da cooperação internacional com a provocativa destes atores se amplifica. A cooperação internacional de redes socioambientais alimenta esta dinâmica utilizando como alternativa a reciclagem.

A questão ambiental diante da sociedade capitalista é discutida nos tempos atuais, ora por alguns autores como necessidade de regulação do próprio sistema, ora para outros como a percepção da sociedade para a importância da preservação dos recursos naturais.

Pensar sobre a regulação e o acesso aos recursos fundamentais torna-se de vital importância para o estudo de redes socioambientais. No entanto, as redes socioambientais conseguirão proteger, capilarizar, identificar novas formas de acesso aos recursos naturais pela sociedade e pelo modo de produção atual? Esta pergunta torna-se justificativa central desta tese, em que os discursos emitidos por estes atores não estatais, bem como suas atitudes de inserção social e com o modo de produção, desdobrarão em ações positivas ou negativas para o ambiente.

A problemática central deste trabalho é a de equacionar a incessante busca para a reprodução dos recursos naturais por parte da sociedade capitalista a fim de manter sua atual configuração e expandir suas formas de consumo e produção de bens sempre que desejar. O acesso maior aos recursos naturais garante a produção de produtos e, por consequência, a perpetuação da sociedade de consumo. Os resíduos surgem aqui como a possibilidade de reprodução dos recursos naturais por parte desta sociedade ansiosa por novas fontes de energia e materiais para seu processo produtivo.

Surge então a seguinte questão: “Como poderemos manter o atual estilo de vida, em sociedade capitalista, sem a reposição dos recursos naturais”? Segundo a GARSD (Redes socioambientais e a cooperação internacional), transitam na perspectiva de que os recursos naturais têm suas propriedades materiais ampliadas e/ou modificadas no curso das

sociedades capitalistas. A cooperação internacional, por meio das redes socioambientais de organizações não governamentais (ONGs), propicia nestas sociedades uma nova forma de acesso aos recursos naturais diante da busca de uma base material que assegure a expansão permanente do sistema capitalista. Os problemas ambientais e a escassez dos recursos naturais ganham repercussões mundiais que forçam o sistema capitalista a perseguir também soluções nesta escala. Deste modo, utilizar o conceito de rede da Ciência da Geografia, para estudar os problemas ambientais que se tornaram também importantes, em escala mundial, permite nos assegurar uma riqueza de análise partindo do pressuposto que as redes assumem escalas locais, globais e transnacionais, simultaneamente, ou quando julgam convenientes.

A tese "Redes Socioambientais e a Cooperação Internacional: GARSD" é vista no âmbito metodológico como um documento monográfico[2] e de tema contemporâneo[3].

É vista como monográfica por pretender estudar as redes socioambientais e um estudo de caso da "*Global Alliance for Recycling and Sustainable Development* (GARSD)".

E, também, vista como contemporânea por pretender informar ao leitor as primeiras manifestações da rede de estudo de caso que compreendem seu nascimento e primeiras atividades enquanto rede socioambiental para a problemática de resíduos sólidos urbanos domiciliares. O tema contemporâneo está em permanente construção e o objeto de caso deste trabalho possui este comportamento. O tema desta tese está em contínua construção e o pesquisador atuou em sua análise e,

[2]Entende-se por monográfico a escolha de um tema, no caso redes socioambientais: GARSD, para versar sobre descrição, especificidade e comportamento deste objeto. Sendo assim, tem-se Umberto Eco : "Uma monografia é abordagem de um só tema" (1985:10). IN: Como se fazer uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1985. Ou ainda em Severino, Joaquim Antonio: "A tese de doutorado é considerada o tipo mais representativo do trabalho científico monográfico. Trata-se da abordagem de um único tema, que exige pesquisa própria da área científica em que se situa, com os instrumentos metodológicos específicos" (1996:118). IN: Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 1996.

[3]Entende-se por contemporâneo a escolha e estudo de uma rede socioambiental que nasceu recentemente e em construção. O fenômeno de redes socioambientais de organizações não governamentais é recente na escala internacional como ator de intervenção para as questões sociais e ambientais. O tema contemporâneo segundo Umberto Eco "é sempre mais difícil. É certo que geralmente existe uma bibliografia mais reduzida (...) enquanto o autor moderno as opiniões ainda são vagas e contraditórias, a nossa capacidade critica é falseada pela falta de perspectiva e tudo se torna extremamente difícil" (1985:13). IN:Umberto Eco. Como se fazer uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1985.

ao mesmo tempo, em seu desenvolvimento, pois participou como integrante da rede socioambiental na coordenação e execução de trabalhos da organização não governamental (ONG) presente no Brasil. A pesquisa participante deste modo foi a metodologia escolhida para este trabalho e descrita por Brandão (1988): "aprendendo a fazer a pesquisa melhor através da ação, através da pesquisa participante[4]."

De acordo com Diehl e Tatim (2004:50), este estudo é caracterizado como fenomenológico, pois "preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é". Sendo assim, existirão inúmeras interpretações e comunicações no processo de sua construção, pois partem das compreensões realizadas pelos seus autores.

A tese assume também a abordagem qualitativa. Afirma-se esta abordagem com Diehl e Tatim (2004:52),

> - os dados são coletados preferencialmente nos contextos em que os fenômenos são construídos;
>
> - a análise dos dados é desenvolvida, de preferência, no decorrer do processo de levantamento deles;
>
> - os estudos apresentam-se em forma descritiva, com enfoque na compreensão e na interpretação à luz dos significados dos próprios sujeitos e de outras referências afins da literatura;
>
> - a teoria é construída por meio da análise dos dados empíricos, para posteriormente ser aperfeiçoada com a leitura de outros autores;
>
> - a interação entre pesquisador e pesquisado é fundamental, razão pela qual se exige do pesquisador aperfeiçoamento em técnicas relacionadas ao objeto;

As fontes bibliográficas primárias utilizadas neste trabalho são os próprios documentos da rede socioambiental GARSD. Os textos escritos e documentos produzidos pela rede ainda são poucos devido ao processo de construção desta organização ser recente.

[4]A pesquisa participante tem por princípios, segundo Brandão (1988:34): "a autenticidade e compromisso, o antidogmatismo, restituição sistemática, auto-investigação e controle; *feedback* para os intelectuais orgânicos, ritmo e equilíbrio de ação-reflexão, ciência modesta e com técnicas dialogais".

Ao longo desta tese constam em forma de fotografias, relatos de campo do pesquisador, os primeiros materiais que foram produzidos e que concretizam a memória da rede socioambiental. Registros audiovisuais de reuniões, outras fotografias, bem como entrevistas foram produzidos pelos componentes da rede, no entanto, não são possíveis de publicação nesta tese.

As fontes secundárias utilizadas neste trabalho são livros e artigos de pesquisadores de referência no universo das ciências humanas para analisar as definições de ONGs e de redes. Livros e artigos de cooperação internacional no universo da ciência social e das relações internacionais foram utilizados também como fontes secundárias. Fontes oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*, *Environmental Protection Agency (EPA)*, *European Union's Statistical Agency (Eurostat),* entre outras também foram empregadas.

O leitor é convidado por meio dos quatro capítulos a refletir que a cooperação internacional é uma ação presente na sociedade contemporânea e agora inter-relacionada com os atores não estatais internacionais, entendidos aqui por organizações internacionais não governamentais que a sua maneira tentará propor alternativas para a (re) alimentação do sistema de produção capitalista no tocante ao acesso aos recursos naturais.

O Capítulo I, intitulado: **"Geração e gestão de resíduos sólidos na escala internacional: reciclagem e cooperação"** define o conceito de cooperação internacional pertinente à tese bem como apresenta a problemática da sociedade capitalista de consumo diante da ânsia de perpetuar a lógica do sistema: recursos naturais/produção/consumo/resíduos. O conceito de gestão surge neste capítulo como premissa para a busca da continuidade deste processo.

O Capítulo II, "**As organizações não governamentais ambientais"**, perpassa pelas definições mais utilizadas para estes atores no cenário internacional. Além disso, deixa ao leitor informações das principais participações nas discussões relacionadas às agendas internacionais ambientais. As organizações não governamentais *World Wide Fund for Nature* (WWF), *Nature Conservancy (*TNC) e o *Greenpeace* são

referência neste capítulo pelo fato de se tornarem redes socioambientais internacionais em suas atividades.

O Capítulo III, "**As redes de organizações não governamentais"** demonstra o conceito de rede para as Ciências Humanas e em especial para a Geografia. A discussão deste conceito na ciência geográfica tem tradição, porém o envolvimento em questões ambientais é considerado recente, partindo do pressuposto que a problemática ambiental para as demais ciências humanas é motivo de reflexão nas últimas décadas diante da possibilidade de escassez dos recursos naturais não renováveis. A construção deste conceito nesta tese permite analisar com maior exatidão a rede de organização não governamental socioambiental GARSD.

O Capítulo IV, "***Global Alliance for Recycling and Sustainable Development"* (GARSD)** apresenta e analisa o objeto de estudo desta tese no tocante aos seus objetivos, integrantes, estratégias de ação, desde sua formação até a presente data.

1. Geração e Gestão de Resíduos Sólidos na Escala Internacional: Reciclagem e Cooperação

A Cooperação Internacional e a prática da reciclagem alicerçam as aspirações da *Global Alliance for Recycling and Sustainable Development* (GARSD), objeto de estudo desta tese. O conceito das Relações Internacionais sobre cooperação entre nações, com aplicabilidade na Geografia, envolvendo questões ambientais internacionais no tema, e, ainda, partindo do pressuposto de que a escala internacional é a base para nossas análises, torna-se fundamental para referendar o leitor da proporção que o tema resíduo atingiu.

Um dos maiores desafios do século XXI é a redução de milhões de toneladas de resíduos que nossa civilização produz. Existe um consenso de que a geração excessiva de resíduos sólidos afeta o cenário urbano e que a sua diminuição depende de mudanças nos padrões de produção e consumo da sociedade em todas as escalas.

As tentativas de gestão dos resíduos sólidos, na esfera do cidadão, da cidade e dos países, são agora os horizontes de intervenção. Porém, a geração dos resíduos na esfera do indivíduo, é considerada como ponto de partida do estudo, tendo como sua participação primordial dentro da dimensão urbana, em se tratando do crescimento de geração de resíduos na esfera planetária.

Sendo assim, a reciclagem surge como ferramental para todas as escalas aqui mencionadas. Da escala do indivíduo à global. Sistemas de coleta seletiva e reciclagem que desempenhem esta multiescalaridade fazem-se necessário. O objeto de estudo desta tese ao apropriar-se da multiescalaridade com a temática "reciclagem" retroalimenta esta roda insana de utilização dos recursos naturais de uma maneira bem simples: o estímulo da coleta seletiva, que atua em uma maior depleção dos recursos naturais.

Devido a isso, convidamos à reflexão para a seguinte proposição: nota-se que pessoas, no Mundo inteiro, geram resíduos por toda parte por onde circulam. Sendo assim, o resíduo tornou-se uma questão a ser resolvida mundialmente com o auxílio da cooperação internacional.

1.1 A sociedade de consumo do modo de produção capitalista

Neste trabalho, a sociedade contemporânea define-se como sociedade de consumo, simultaneamente à sociedade de resíduos e, como relatou Santos (2000), "em lugar do *cidadão* formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário[5]". Na mesma direção, Loschiavo (2008) nos alerta para uma situação de perigo diante da leitura dos indivíduos apenas como consumidores para um horizonte próximo, de onde os novos produtos devoram quase que instantaneamente os velhos produtos, que justamente serve para alimentar este ciclo posto pela sociedade consumista e, por consequência, aproxima-se cada dia mais ao processo de crescimento exponencial dos resíduos.

Não pensemos que surgiu uma boa vontade internacional para inserir os temas ambientais nas agendas internacionais. Os seres humanos desde seu nascimento formam relações sociais e produzem frutos destas relações. Ou seja, desde quando nascemos produzimos resíduos, desdobramentos de nossa produção material, decorrente do modo de vida adotado pela sociedade na qual estamos inseridos. A sociedade contemporânea usufrui dos ambientes naturais e cria sua produção material por meio de sua cultura, que como de costume, o que não é mais utilizado de sua produção material vira resíduo. Os objetos são consumidos e depois se tornam resíduos, quando não estão mais ligados a uma função ou à necessidade definida. Baudrillard (1995) relembra da existência do consumo e da abundância, criada pela multiplicação dos objetos, dos serviços e dos bens materiais, originando uma categoria de mutação fundamental na ecologia da espécie humana. Os homens, para a conquista da opulência, estão mais cercados de objetos, do que mesmo de pessoas.

Pode-se dizer que essa opulência cada vez mais é considerada um grande fator de poder e segurança aos indivíduos. Tenha-se, por exemplo, a compra de um lar por uma família e, logo em seguida, a compra de um

[5] Santos, M. (2008:13):"a elaboração brasileira do não cidadão" (...)." Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*." IN: SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel. 2000.142pg.

computador. Ambos objetos traduzem poder para essa família e multiplicam-se, conforme este grupo social achar prudente manter seu consumo. Veja abaixo a citação de Bourdieu (2000, p.28) referendando as afirmativas. Em Bourdieu,

> Ligada à família como lugar que ela habita, à sua permanência, no tempo, que visa garantir e pressupõe a compra da casa é, pois, em simultâneo, um investimento econômico – ou, pelo menos, uma forma de entesouramento, enquanto elemento de um patrimônio durável e transmissível, além de um investimento social, na medida em que encerra uma aposta no futuro, ou mais exatamente, um *projeto de reprodução* biológica e social.

Perpetuar o processo de consumo na sociedade em que vivemos é o propósito do sistema econômico capitalista. Não bastassem os aspectos citados, a produção de objetos na dimensão capitalista predominante também torna o ambiente um fator central para a reprodução do capital. Esta afirmativa é confirmada por Ribeiro (2010, p.10). Para ele,

> Um modo baseado na produção contínua de objetos, que os torna passíveis de ser descartados, mesmo que em total condição de uso, necessita repor a base material usada para fabricá-los, além de muita energia para alterar as condições naturais de recursos, como a bauxita, e transformá-la em objetos complexos como aeronaves, satélites, ou em folhas finas que recobrem alimentos, como os chocolates.

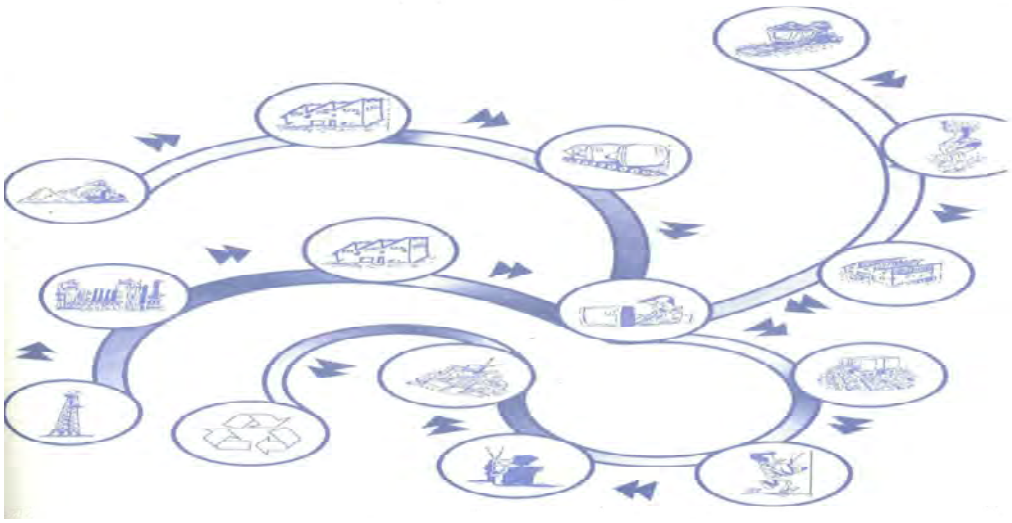
Esta contradição que se estabelece na produção dos objetos e no uso e consumo dos mesmos são abordados por Rolnik (2010:4) de uma maneira que se julga pertinente neste trabalho. Para ela,

> O problema é que a gente tem sinais contraditórios na nossa política e os sinais mais fortes nunca são os de preservação ambiental. Os sinais mais fortes são da lógica do capital, escolha feita pela sociedade atual.

Esse ciclo necessita realimentar-se e busca inúmeros caminhos para esse objetivo. Nesse caso, pensar na escala internacional da reciclagem como a transformação de resíduos novamente em matérias–primas para a produção industrial, torna-se o foco de muitas organizações ambientais

transnacionais e de outros atores. Outras formas de realimentar este ciclo são lembradas por Portilho (2008) como, por exemplo, uma possível redução do uso de recursos naturais no processo industrial, ou ainda, uma redução de consumo por parte dos indivíduos. No entanto, como bem lembra a autora, são saídas encontradas dentro do próprio sistema capitalista diante do binômio da racionalidade econômica com a problemática ambiental. Veja a seguir o simples exemplo da produção de um televisor.

Figura 1 – A cadeia de produção e reciclagem de um televisor



Fonte: IN: Análise do Ciclo de Vida, Compromisso Empresarial para Reciclagem e Centro de Tecnologia de Embalagem, 2000.p.9.

A figura acima nos permite refletir sobre a intensa sofisticação necessária nas diversas cadeias de produção para que a sociedade capitalista mantenha sua base. A mesma figura, de maneira muito interessante, demonstra-nos as alternativas, como a disposição do indivíduo (ou consumidor - termo utilizado como sinônimo, muitas vezes, nesta tese) em direcionar para a reciclagem. Deste modo, de forma "mágica", todos os problemas foram solucionados.

Este caminho tomado pelo discurso relacionado ao consumo pode levar ao que muitos autores já afirmam sobre o "esverdeamento do consumo" em que se reina um falso consumo "verde". Assim, a culpa ou a

ineficácia do sistema socioeconômico que predomina estaria confortavelmente resolvida e a manutenção cíclica do mesmo pode continuar livremente. Deste modo, confirma Portilho (2008:7), "cria-se uma apelação ao ambientalismo e ao consumo verde[6]", cujo sistema produtivo procura cada vez mais no ciclo de produção a racionalização ecológica, a qual o indivíduo busca diante da reciclagem, da reutilização, da redução ou outras formas, sua dívida ecológica. Podemos relembrar, portanto, a citação de Mészáros (2002, p.988) que diz:

> O fato de o capitalismo lidar dessa forma, ou seja, ao seu modo, com a ecologia, não deveria provocar a mínima surpresa. Seria quase um milagre isto não ocorrer. No entanto, a manipulação desta questão em benefício do "moderno Estado industrial" - para empregar uma bela frase do professor Galbraith – não significa que possamos ignorá-la. O problema é suficientemente concreto, independentemente do uso que dele se faça nos dias atuais.

O fato é que a continuação da relação atual entre sociedade, meio ambiente e consumo não tem bases sólidas[7]. E não adianta procurar medidas paliativas para a questão, como as que se observam nas tentativas sofríveis do sistema capitalista de criar formas artificiais ligadas aos novos produtos, aos novos insumos para geração de produtos, que resolvem momentaneamente.

Direciona-se na discussão abordada por Fry (2009, p.103) ao colocar que:

> O artificial como nossa condição naturalizada e, portanto, autêntica: como tudo aquilo que conhecemos

[6] PORTILHO, Fátima. Consumo "verde", democracia, ecológica: Possibilidades de diálogo? *Revista de Estudos Interdisciplinares em Psicologia Analítica*, 2008. Disponível em:<http://www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm#FOO-TNOTE%2025>. Acesso em: 18.09.2010.

[7] CAVALCANTI, C. nos alerta para os perigos da leitura como uma visão puramente monetária, com um futuro bem próximo de incertezas, percalços, urgências, novas fronteiras e conflitos que possam vir a surgir entre os indivíduos. CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Revista Estudos avançados*, 2010, Vol.24, 68. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&d=S010401420100001000007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 11.08.2010.

> e fabricamos; como materiais e produtos do processo industrial; como tecido e forma do ambiente construído; e como totalidade do espaço manufaturado onde vivemos, trabalhamos e descansamos, é o responsável pela continuidade da destruição das coisas de que ele próprio depende (transferidas para o artificial com o nome de natural). (...) Para garantir o bem-estar da chamada natureza, cumpre elaborar um artificial que quando pode, deixa o "que é" ser sem as consequências destrutivas que solapam sua capacidade de sustentar a vida.

Convidamos o leitor a instigar-se com o questionamento de seu comportamento enquanto ser humano no horizonte sugerido por Papanek (1995, p.17). Para ele,

> Como cada um de nós pode contribuir com seu papel específico na sociedade para a questão ambiental? Como um professor, uma prostituta, um advogado, uma dona de casa, um estudante, um gestor, um policial ou fazendeiro podem contribuir? [8].

Este questionamento planejado, e aqui demonstrado de Papanek, não envereda o discurso banalizado visto em muitos fóruns nacionais e/ou internacionais ao se tratar da questão ambiental. Certamente tal autor não tem essa intencionalidade. Deve ser considerada a densidade merecida da questão para gerar a transformação necessária.

Diante do "esverdeamento" exposto surge uma esquizofrenia das alternativas apresentadas para a questão ambiental no tocante à busca do equilíbrio entre o trinômio da produção & consumo & resíduos. A cidade é uma escala a ser analisada, pois é onde os resíduos sólidos urbanos são gerados[9].

---

[8]PAPANEK, V. (1995:17) "*I would suggest that we add a third way: We must examine what each of us can contribute from our own specific role in society. We must ask the question: "What can I do as a professor, construction worker, taxi-driver, school teacher, prostitute, lawyer, pianist, housewife, student, manager, politician or farmer? "What is the impact of my work on the environment?*" (texto original). IN: PAPANEK, Victor. *The Green Imperative: Ecologic and Ethics in Design and Architecture*. London: Thames and Hudson. 1995. 256pg.

[9]Em Martínez-Alier (2007:223): "as cidades crescem em necessidade de energia e proporcionalmente a necessidade de energia vem à produção de resíduos. Esta relação é parte de sua dinâmica e garante a manutenção da sociedade capitalista de produção (...) a análise das causas sociais e econômicas do crescimento ou da sua ausência deve estar articulada com a análise física dos insumos de energia e de materiais, aliada com a análise física da excreção, para entender o metabolismo social da cidade." MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto. 2007. 379 pg.

1.2 A busca da gestão dos resíduos sólidos urbanos em escala internacional

A lenta percepção de que o homem destruía o meio ambiente e passava a ameaçar a sua própria existência sofreu uma rápida aceleração nas últimas décadas quando os estudos científicos começaram a informar à opinião pública o tamanho dos riscos: contaminação do ar, da água e do solo; problemas com saúde pública; desertificação; desaparecimento de espécies; superaquecimento atmosférico, degelo e mudanças no nível dos mares e oceanos. E como epílogo: fome, mortalidade crescente, ou seja, um cenário preocupante precedido por um relacionamento internacional a cada dia mais agressivo, devido à disputa cada vez maior pelos recursos naturais necessários à sobrevivência.

Desde o período do desenvolvimento das sociedades humanas consolidadas em agrupamentos, que o homem produz resíduos e realiza a sua gestão de alguma maneira. Eigenheer (2008) relata inúmeros métodos de gestão dos resíduos sólidos urbanos na Antiguidade (Idade Média) até os dias atuais. Os egípcios realizavam a compostagem; os hindus tinham, em suas casas, tubulações para o recolhimento dos resíduos sólidos e aproveitamento também para a compostagem. Escritos da população romana relatam os problemas com a iluminação das ruas e com a imensa quantidade de dejetos espalhados nas vias públicas. O reaproveitamento (reutilização) foi detectado como atividade nos descritos da Doutrina de Buda, em que tudo que nos foi confiado pela Natureza é temporário; cabendo ao homem, portanto, praticar o reaproveitamento em sinal de respeito à humanidade e à Natureza.

Ainda com Eigenheer (2008), a utilização de carroças para o transporte de resíduos sólidos iniciou-se em 1185 em Paris, 1331 em Praga, 1399 em Berna e 1407 em Leiden (Holanda); os sistemas organizados de coleta e varrição dos resíduos foram vistos pela primeira vez em 1666 na cidade de Londres.

Nos dias atuais, a humanidade produz diariamente 3 bilhões de toneladas/ano de resíduos[10]. Prevê-se que o Mundo gerará 13 bilhões de toneladas/ano de resíduos até 2050[11]·. Para responder a este problema apresentado, os países atualmente recuperam/reciclam 25% da geração mencionada anteriormente[12]. A seguir, são exemplificadas algumas medidas efetivas que comprovam essa porcentagem.

Em 1989, o município de São Paulo iniciou seu programa de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares. O programa municipal, liderado pela administração pública, contava com postos de entrega voluntária[13] espalhados por pontos estratégicos da cidade, como por exemplo, parques, escolas, igrejas; algumas cooperativas de catadores de materiais recicláveis; centrais de triagem e compostagem de materiais orgânicos[14]. No entanto, o sistema implantado logo se tornou inoperante, devido ao recolhimento inadequado nos pontos de entrega voluntária espalhados pela cidade e o não direcionamento da totalidade dos materiais recicláveis coletados para as cooperativas de catadores ou para o processo de reciclagem em empresas privadas. Nesse ano, a pouca visibilidade/credibilidade das cooperativas consistia, para a municipalidade, em impasse para dispor, a estes grupos, dos materiais coletados no programa. Ao mesmo tempo, a relação direta entre indústria e municipalidade não eram discutidas. As questões chaves neste programa eram: as cooperativas efetivamente realizariam a coleta seletiva dos materiais e encaminhariam para as empresas recicladoras? As empresas recicladoras, como unidades privadas, estabeleceriam qual relação para receber somente os recicláveis?

---

[10] *INTERGOVERNMENTAL PANEL CLIMATE CHANGE*. *Guidelines for national greenhouse gas inventories*, 2006. Disponível em: < www.ipcc-nggip.iges.or.jp/public/2006gl/volume5.html> .Acesso em: 21.04.2010.

[11] A íntegra do relatório Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão. IN: *UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME*. *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. UNEP. 2011.631pg. Disponível em: <http://www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport/tabid/29846/default.aspx>.Acesso em: 13.04.2012.

[12] ibid.

[13] Define-se, neste trabalho, posto de entrega voluntária, locais em logradouros públicos ou privados onde a população, espontaneamente, direcionará os materiais recicláveis para a coleta seletiva.

[14] Veja artigo: O mercado da reciclagem de papel no município de São Paulo. A autora dimensiona o sistema de coleta seletiva da época. ZIGLIO, L. IN: *Scripta Nova*, 2002, Vol.6 (119). Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-33.htm>. Acesso em: 05.04.2012.

Em 2003, o programa de coleta seletiva do município de São Paulo é retomado com uma nova estrutura. Agora está alicerçado completamente com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Centrais de triagem, operadas por estes grupos em parceria com a prefeitura, foram inauguradas. O município iniciou com nove centrais de triagem que em média abrigavam entre 40 a 100 catadores em cada unidade. Estas receberiam os recicláveis advindos de pontos de entrega voluntária, porta a porta de coleta seletiva domiciliar e parcerias público-privadas. A inovação da municipalidade foi a introdução das cooperativas de catadores neste circuito, despertando a credibilidade da população para com a eficácia do programa[15]. O catador, ao ser visto pelo munícipe como trabalhador e receptor dos materiais recicláveis para posterior direcionamento a reciclagem, continua a praticar a coleta seletiva em sua moradia, escritório e vida diária. O discurso da economia "verde", em que a equação: geração de empregos versus a diminuição dos impactos ambiental, torna-se menos desigual e encanta o cidadão brasileiro[16]. Veja a seguir fotos de duas centrais de triagem deste sistema: Central Tietê e Jaçanã.

[15]DEMAJOROVIC, J. Et.al. relatam sobre a responsabilidade compartilhada assumida entre cooperativas de catadores e prefeituras para a coleta seletiva dos resíduos sólidos e os desafios para esta nova relação diante da lógica da sustentabilidade. IN: Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado. II Encontro ANNPAS. *Anais*, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/-GT/GT11/jacuges_demajorovic.pdf>. Acesso em: 05.04.2012.

[16]UNEP *defines* (2011, 01-02): "*a green economy as one that results in improved human well-being and social equity, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcities". IN: UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication.* UNEP, 2011.631pg. Disponível em: <http://www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport-/tabid/29846/default.aspx>. Acesso em: 13.04.2012.

Imagem 1- Centrais de triagem Tietê e Jaçanã, São Paulo.

Fonte: Ivo Milani,2009.

Fonte: Luciana Ziglio, 2009.

Hoje, com sete anos de operação, o programa, conta com 17 centrais de triagem e 700 cooperados distribuídos nestes grupos, evitando que 20% dos materiais recicláveis gerados no município diariamente tenham por destino final aterros sanitários[17]. A cidade conta com a geração diária de 17 mil toneladas de resíduos domiciliares. A prática deste programa mostra que a municipalidade deve investir aceleradamente neste modelo, pois demanda de resíduos para a coleta seletiva e de pessoas desempregadas é uma realidade presente no município de São Paulo.

A citação de Poschmann (2001, p.45) enquadra-se perfeitamente na discussão do desemprego e novas formas de trabalho, surgidas com as centrais de triagem, do programa de coleta seletiva do município de São Paulo. Para ele,

> A constituição de grupos de trabalho (semiautônomos ou autônomos) com alguma capacidade de decisão sobre problemas e solução imediata no desenvolvimento das operações no plano da produção de bens e serviços (trabalho em grupo são as novas organizações de tarefas no tocante às perspectivas de emprego).

[17]Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo (LIMPURB). Dados das centrais de triagem. 26 de abril de 2011. Existe uma grande discussão técnica no tocante aos índices de reciclabilidade na coleta seletiva do município de São Paulo: DEMAJOROVIC, J. Et.al. relataram em suas pesquisas que o município de São Paulo com este modelo de coleta seletiva implantado evita-se apenas 0,5% dos materiais recicláveis da cidade nos aterros sanitários. IN: Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado. II Encontro ANNPAS. *Anais*, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/jacuges_demajorovic.pdf>. Acesso em: 05.04.2012.

Convido o leitor a arriscar que não seria somente uma realidade do município de São Paulo, mas sim, um fenômeno que pode ocorrer, preferencialmente, em cidades com geração de resíduos suficientes para levar pessoas a vislumbrarem, na coleta de materiais recicláveis, a geração de emprego e renda. As fotos a seguir provocam a afirmativa realizada, bem como, a citação de Tsuru (2009, p.239). Para ela,

> Dessa forma, ao lado do problema do desemprego de jovens, não se pode negligenciar a dificuldade de inserção das pessoas de meia idade e idosas no mercado de trabalho (...). Quanto ao emprego "experimental", as empresas evitam os candidatos idosos, temendo a obrigatoriedade de lhes conceder um posto regular posteriormente.

Imagem 2- Disposição final em lixões em Gana e na Índia

Fonte: Sandra Cointreau, Banco Mundial, 2006.

Fonte: Sandra Cointreau, Banco Mundial, 2006.

Imagem 3- Disposição final em lixões na República Dominicana e em El Salvador

Fonte: Sandra Cointreau, Banco Mundial, 2006.

Fonte: Sandra Cointreau, Banco Mundial, 2006.

Um exemplo, de sistema de coleta seletiva, sem o trabalho formal dos catadores é Nova Iorque (EUA). Em Nova Iorque, onde há uma produção de lixo domiciliar de 2 kg/hab./dia ou de 11.000 mil/ton/dia[18], adotou-se a prática de gestão de disposição final em aterros sanitários não presentes na área territorial da cidade. Para a manutenção deste sistema, cobra-se do nova-iorquino taxa de resíduos. Os índices de reciclagem lá atingem a porcentagem de 18%[19]. A coleta seletiva com a inclusão dos *scavengers*[20] não é prática. Os programas começaram no final dos anos 80 e em apenas uma década 15% da população do País já era atendida. Hoje o nova-iorquino que não participa do programa pode ser multado. A capital mundial do lixo tem muito ainda a desvendar no tocante à reutilização/reciclagem.

[18]*UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. Municipal Solid Waste Generation, Recycling and Disposal in the United States: Facts and Figures for* 2009. 2010. Disponível em: <http://www.epa.gov>. Acesso em: 7.01.2012.
[19]idem.
[20]Catadores em inglês.

Imagem 4- Comércio de sucatas no Egito e catadores nas ruas de Nova Iorque

Fonte: André Vilhena,2008.

Fonte: Cempre BRASIL, André Vilhena,2008.

Na cidade do Cairo (Egito), a prática de comercialização dos materiais recicláveis pela sociedade civil é praticada. Conhecidos como *zabalín*[21] geram renda com a prática da venda dos materiais recicláveis. A disposição final nesse país é em lixões e ainda não existe um controle da disposição final de resíduos perigosos. É muito comum nas ruas do Cairo presenciar o reaproveitamento de seringas utilizadas em ambientes hospitalares. A falta de controles permite aos coletores de lixo transformar seringas usadas em objetos de plástico de uso cotidiano como tigelas e cachimbos. O cachimbo de água e o *koshari*, popular prato egípcio que combina legumes com massa, são dois dos ícones mais característicos das ruas do Cairo, mas o que a maioria de seus habitantes desconhece é que os cachimbos dos *narguiles* e os recipientes do *koshari* provêm de resíduos médicos infectados[22].

Na França, criou-se a associação que congrega a capital e 90 cidades. O volume desta aglomeração aproxima-se de um milhão de toneladas anuais. Deste total, conseguem reciclar 22% e os demais têm por gestão a incineração[23]. Paris, no entanto, começa a buscar alternativas para a sua geração. Em maio de 2011, a "C*idade Luz*" ganhou um centro de reciclagem

[21]Catadores em grego.
[22]*Narguile* típico cachimbo egípcio é obtido pela população pobre por meio do reaproveitamento de seringas usadas. *Koshari* típico prato popular egípcio de massas e legumes é servido em tigelas de plásticos reutilizados. PORTAL DAS NOTÍCIAS DO TERRA. *Do lixo ao sangue, hepatite C se propaga no Egito*, 2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5200544EI17615,00Do+lixo+ao+sangue+hepatite+C+se+propaga+no+Egito.html > Acesso em: 29.06.2011.
[23]*EUROPEAN COMISSION-EUROSTAT. Energy, transport and environment indicators*, 2009.Disponívelem: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>. Acesso em: 07.10.2011.

com capacidade de operar com 15 mil toneladas anuais. A inclusão de pessoas de baixo poder aquisitivo para este trabalho, em Paris, é uma discussão não formulada[24].

Imagem 5 - Coleta seletiva em Paris, França

Fonte: Luciana Ziglio,2010.

Fonte: Luciana Ziglio,2010.

Em Tóquio não existem aterros sanitários para disposição final de resíduos. Quando não é incinerado, o lixo é colocado em barcos e levado para outros países. O esforço para evitar a incineração e o transporte é tão grande que a quantidade mínima de categorias de separação domiciliar pelos japoneses é de 18 tipos diferentes de materiais, chegando a casos de 34 categorias diferentes. O índice de reciclagem chega a 50%[25] no país.

[24]Os catadores de materiais recicláveis no Brasil visualizam a modalidade de incineração como gestão mundial dos resíduos sólidos domiciliares, bem como, a aceitação francesa deste modelo, como uma ameaça a manutenção de suas atividades de catação. MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. *Incineração de resíduos:contexto riscos associados*, 2011. Disponível em: <http://www.incineradornao.net/2010/07/incineracao-de-residuos-contexto-e-riscos-associados/>. Acesso em: 21.02.2012.

[25]ibid.

Imagem 6 - Coleta seletiva em Tóquio, Japão

Fonte: Carina Ouchi,2012.

Fonte: Carina Ouchi,2012.

Boras, cidade sueca, também escolheu a não existência do aterro sanitário para disposição final de resíduos. Os materiais seguem para dois caminhos: a coleta seletiva com fins para reciclagem ou a incineração para fins de geração de energia, calefação ou biocombustível. A necessidade dos suecos para a produção de energia advinda do lixo é essencial pois outros recursos naturais para a produção das mesmas são escassos.

O munícipe de Boras para participar do sistema de coleta seletiva municipal seguirá três caminhos: a separação em sua residência do material reciclado recolhido pela municipalidade duas vezes por semana; a entrega dos materiais recicláveis em *municipalites drop off* (pontos de entrega voluntária) e a venda dos materiais recicláveis em *private drop off* (pontos de entrega voluntária privados). Ao participar dos pontos de entrega voluntária privados, o munícipe recebe da entrega dos materiais comprovantes de desconto para abatimento de valores em suas compras. Ao participar dos pontos de entrega voluntária municipais, o munícipe não recebe nenhuma espécie de recompensa.

Imagem 7 - Pontos de entrega voluntária municipal e privado, Boras, Súecia

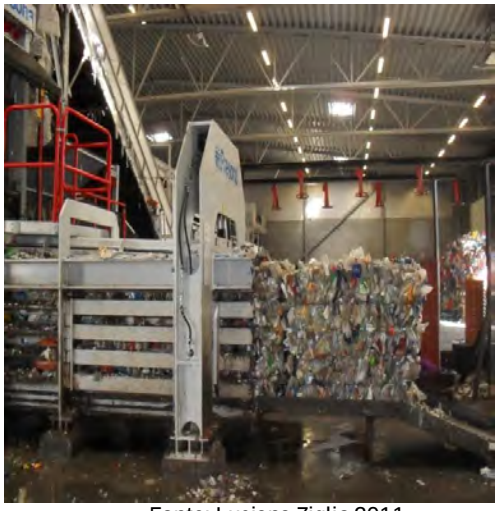
Fonte: Luciana Ziglio,2011.

Fonte: Luciana Ziglio,2011.

O sistema de separação dos materiais recicláveis e por fim a reciclagem quase que independe da mão de obra humana para funcionar. Deste modo, catadores de materiais recicláveis não são vistos e o processo de triagem é totalmente mecanizado. No entanto, os imigrantes acabam que por realizar esta atividade de catadores. Portanto, cabe a este imigrante, a venda ou troca dos materiais recicláveis para geração da complementação de sua renda. De uma forma muito tímida este processo informal ocorre em Boras, e na realidade sueca é, gradativamente, um fenômeno crescente[26].

[26]Detalhes desta inserção de imigrantes são analisados por Rousta. IN: ROUSTA, Kamran. et.al, *Evaluation the inhabitants, participation in separation at source by waste characterization*. *Wastes: Solutions, Treatments and Opportunitie*s. September,2011.7pg.

Imagem 8 – Processo de prensagem para reciclagem e biodiesel, Boras, Suécia



Fonte: Luciana Ziglio,2011.

Fonte: Luciana Ziglio,2011.

Dos exemplos citados anteriormente, podemos chegar à conclusão de que se verifica, atualmente, o tratamento dos materiais desde a disposição em aterros sanitários, até tratamentos mais sofisticados como a incineração com a geração de energia. No entanto, cabe ressaltar a presença de pessoas que associam a coleta seletiva a um fator de geração de sobrevivência. Não importa se o país é dito economia rica ou enquadrado como economia pobre, a figura do indivíduo que coleta materiais recicláveis existe, pois para ele será o alcance da renda ou complementação da mesma para perpetuação de sua vida. Hirata (2009, p.247) auxilia nesta proposição ao discutir a busca pelo emprego formal. Para ela,

> (...) no curso da longa procura por emprego, o que primeiro se abandona é o "sentido" do trabalho inicialmente almejado; em seguida, critérios referentes ao setor, função ou forma de vínculo; por último, acaba-se buscando mais a "renda" do que propriamente o trabalho. (...) Dessa forma, sem a institucionalização do desemprego, os que vivem esta situação combinam várias maneiras de sobreviver.

Observe a seguir as fotos de uma senhora, em Londres (Inglaterra) separando materiais para venda e de um senhor em Buenos Aires (Argentina) realizando a mesma atividade.

Imagem 9 - Separação de materiais recicláveis informalmente em Londres e Buenos Aires

Fonte: Ivo Milani, 2011.

Fonte: Ivo Milani, 2011.

As fotos visualizadas reforçam que, pelo mundo, existem formas de tratamento dos resíduos sólidos urbanos domiciliares semelhantes às do Brasil, que caminham para a disposição inadequada em lixões (exemplo da República Dominicana e El Salvador) e o recolhimento dos recicláveis para venda por pessoas (exemplo de Londres, Montevidéu, Cairo, Nova Iorque).

No entanto, as duas alternativas mencionadas anteriormente dependem, inicialmente, para que sejam sustentáveis ambientalmente, da coleta seletiva de materiais orgânico-recicláveis na fonte de geração, que pode e, muitas vezes, são realizadas pelo trabalho dos catadores.

Porém, faz-se necessário a participação da sociedade como um todo neste movimento de consolidação dos programas de coleta seletiva como vemos na Imagem 10 – **Sistema de Coleta Seletiva em Buenos Aires (Argentina)**. Neste processo, a sociedade, com auxílio da gestão pública, é convidada a participar do gerenciamento do resíduo, partindo do pressuposto da importância da separação na fonte dos materiais recicláveis, para que conservem suas características físico-químicas para a possível reciclagem química e/ou física na estrutura do mercado de recicláveis, a qual, quando somada à coleta seletiva integrada com a sociedade e à

municipalidade, abriga uma cadeia de comércio justo, não impondo aos catadores de materiais recicláveis a relação de exploração[27].

Imagem 10 - Sistema de coleta seletiva em Buenos Aires

Fonte: Ziglio, 2010.

Dando continuidade a esta linha de pensamento, a tabela, a seguir, demonstra por dados numéricos mais informações sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos no Mundo.

[27]ZIGLIO, L. (2011:1): "O movimento socioambiental presente nas últimas décadas inclui uma nova dinâmica para a leitura da exclusão social associada aos catadores de materiais recicláveis. O aspecto social relacionado à coleta seletiva de catadores ganha dimensões mundiais e passa a ser fator determinante para muitos programas de coleta seletiva espalhados pelo Mundo." ZIGLIO, Luciana. *Revista Geográfica da América Central* ,2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2131>. Acesso em: 05.04.2012.

Tabela 1- Destino dos resíduos sólidos urbanos em alguns Países

País	Aterros e/ou lixões	Incineração com recuperação de energia	Compostagem + Reciclagem
Brasil*1A	88%	--------	12%
República Tcheca*2	76%	14%	10%
Espanha*2	62%	6%	32%
França*2	41%	32%	27%
Itália*2	58%	8%	34%
Portugal*2	73%	20%	7%
Reino Unido*2	79%	7%	14%
Hungria*2	92%	6%	2%
Suécia*2	9,7%	46,7%	43,6%
Estados Unidos*3	54,4%	13,6%	32%
Argentina*4	95%	--------	5%
Colômbia*7	95%	--------	5%
Tailândia*5	30% (só aterro)	54% (inclui lixões)	16%
Grécia*6	90%	Nd	10%
China*5	+70%	Nd	20% (somente compostagem)

Fonte: Organizado pela autora Luciana Ziglio a partir das fontes relacionadas abaixo:

*1ᴬInstituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008.

**2Energy, transport and environmental indicators. Eurostat Pocket Books, Luxemborg, Eurostat*, 2009, 184pg. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>. Acesso em: 07.01.2010.

**3US Environmental Protection Agency*, 2005. Disponível em: <http://www.epa/gov/waste/nonhaz/municipal/pubs/msw2008data.pdf>. Acesso em: 07.01.2010.

*4Coordenação Ecológica Área Metropolitana Sociedade do Estado/Ceamse,2008. Disponível em: <http://www.ceamse.gov.ar/portugues/abre-empresa.html>. Acesso em: 07.01.2010.

**5Thailand Institute of Packaging Management for Sustainable Environment*, 2006. Disponível em: <www.tipmse.or.th>. Acesso em: 07.01.2010;

**6Energy, transport and environmental indicators. Eurostat Pocket Books, Luxemborg, Eurostat*, 2009. 184pg;

Conforme se verifica na tabela, a gestão dos resíduos sólidos é arquitetada de acordo com as realidades nacionais, no entanto, analisa-se:

- predominância do destino final dos materiais recicláveis e orgânicos para aterros sanitários ou lixões;
- participação tímida dos índices de compostagem e reciclagem;

- número expressivo do uso da tecnologia da incineração com recuperação de energia, mais concentrados nos países ricos.

Sustenta-se, neste trabalho, que as práticas de gestão dos resíduos domiciliares devem respeitar, ao máximo, as particularidades de cada país. A gênese de cada programa de coleta seletiva que se apresenta neste capítulo é distinta, como é o caso de Paris, Nova Iorque, Inglaterra que iniciaram seus programas por razões bem distintas das do Brasil, Argentina e Egito (exemplos já mencionados).

No entanto, este modelo que se apresenta como geração de emprego/renda com os resíduos tende à expansão em realidades em que boa parcela da população enxerga, neste sistema, oportunidades de inserção social. Diante destas colocações, qual seria o modelo de coleta seletiva ideal? E qual o motivo da reflexão repentina diante dos recursos naturais e resíduos na esfera internacional?

1.3 A cooperação internacional e a ordem ambiental internacional

Ao analisar as relações internacionais nos últimos anos, nota-se o aumento da cooperação entre os países, com assinatura de tratados internacionais e implementação de programas de estímulo à cooperação técnica. Para compreender este cenário atual, é preciso rever a noção de cooperação internacional, quem são os atores envolvidos, seus meios e seus objetivos. Os países, sendo os principais atores das relações internacionais, têm diferentes definições e percepções dos problemas mundiais e mesmo que verifiquemos que recentemente atores internacionais não estatais vêm ganhando espaço nessas relações, ainda permanece em aberto a questão sobre como fazer com que os diferentes atores busquem soluções compartilhadas.

As teorias das relações internacionais se preocuparam em tentar definir a cooperação internacional. Em linhas gerais, podemos dizer que cooperar é oposto a conflito e surge pela necessidade de os atores envolvidos neste processo se empenharem num empreendimento conjunto

para cujo resultado é necessária a ação de ambos. Sendo assim, lembrando-se de Outhwaite (1996, p.119)

> Pode-se dizer que dois ou mais agentes cooperam quando se empenham num empreendimento conjunto para cujo resultado são necessárias as ações de ambos. Numa definição ampla, a cooperação é, portanto, relevante para a maior parte dos empreendimentos humanos, do jogo ao matrimônio, das transações de mercado às relações internacionais, da produção industrial à educação.

Keohane (2005, p.51) define a cooperação internacional direcionada entre os Estados como:

> *When actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination.*

Neste caminho, os Estados conseguem canalizar, bloquear e controlar suas intenções para projetá-las no cenário internacional.

Em Higgott (2000) e Boli (1999), a cooperação internacional é definida como as ações entre Estados, ou por certo número de Estados para alcançar um objetivo comum. Porém, existe a grande dificuldade de cooperar com novos atores não estatais.

No entanto, as considerações de Higgott e de Boli, mencionadas anteriormente, são concepções recentes no campo das Ciências Sociais. Para os autores da tradição do realismo político, a cooperação é vista para assegurar a ordem do sistema de Estados Nacionais, fundados sobre os princípios da soberania, já que a inexistência de uma autoridade acima dos Estados faz com que cada um seja responsável por sua própria sobrevivência. Como pensador desse caminho deve-se mencionar Aron (2002, p.54), “os Estados emitem as regras destinadas a assegurar suas aspirações”.

Os neorrealistas, como Waltz (1979), também partilham desta visão de que o Estado é o centro do sistema internacional conforme afirma Smouts (2004, p.131),

> (...) resulta da interação de unidades semelhantes, os Estados, incitados pelas mesmas ambições e preenchendo as mesmas funções.

Esses são atores racionais que perseguem os seus próprios interesses. A cooperação serviria para manter a ordem entre as nações, em um sistema internacional anárquico e com suas unidades em competição. A insegurança em relação às ações futuras de outros Estados faz com que alguns optem por não cooperar.

Para que a cooperação ocorra é necessário que existam objetivos comuns entre os Estados; em determinados momentos, porém, outros interesses podem interferir no processo de cooperação. Os Estados também se preocupam em garantir a sua soberania quando assumem compromissos internacionais, para que não haja intervenção em seus assuntos internos. Neste momento, podemos incluir a afirmativa de Bobbio (1995, p.287). Para ele,

> (...) em que os Estados realizam a cooperação para que esta associação represente seus interesses e atividades, através da solidariedade às formulas de colaboração, pois daí pode derivar a remoção ou a neutralização dos elementos de conflito.

Para a teoria liberal, os Estados escolhem cooperar, pois pensam em ganhos absolutos e não em ganhos relativos. Axelrod (2000) nos informa que para a cooperação deve haver confiança. Outro fator essencial é a comunicação entre os atores. Quando se comunicam, eles têm a possibilidade de redefinir seus interesses e estratégias.

Nos anos setenta, a teoria da interdependência examina, além da cooperação, o fenômeno do transnacionalismo, isto é, o surgimento de novos atores não estatais atuando para além das fronteiras estatais. Para Nye e Keohane, a interdependência entre os atores no sistema internacional aumentaria a cooperação. Todavia, esta interdependência não é simétrica, pelo contrário, as diferenças de poder entre os atores além de estarem

presentes nos acordos de cooperação, podem até ocasionar tensões sociais para que a mesma se concretize. Sendo assim, Keohane (2001, p.7),

> *Interdependence, most simply defined, means mutual dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries. (…)The effects of transactions on interdependence will depend on the constraints, or costs, associated with them.*

Deste modo, o conceito de conflito visto em Bobbio (1995, p.225), "como aquele que poderia levar a extinção da cooperação e uma das formas de relacionamento entre os grupos", não nos permite ser absorvido, pois se parte do princípio de que para se estabelecer a cooperação de forma mais justa aos seus participantes, há, em seu processo de construção, tensões sociais que a permeiam e a fortalecem. Sendo assim (Keohane 2001, p.09),

> *Conversely, the politics of economic and ecological interdependence involve competition even she large net benefits can be expected from cooperation.*

Ainda em Keohane (2001, p.21) apresentam-se como três características fundamentais da interdependência complexa:

> A existência de múltiplos canais conectando as sociedades; a ausência de hierarquia entre os múltiplos temas da agenda internacional; e o fato de o papel do uso da força militar estar diminuindo nas relações internacionais. Os múltiplos canais, que têm conectado as sociedades, podem ser formais ou informais, e entre Estados, agências governamentais e atores transnacionais chamados de organizações não governamentais.

A emergência de novos atores não estatais, como as organizações não governamentais (ONGs), empresas transnacionais e movimentos sociais, colocam novas questões para a cooperação internacional. A cooperação entre atores não estatais em diferentes países aponta para outro tipo de cooperação, a transnacional e sua relação com os Estados e suas soberanias. Caracterizam como uma relação transnacional aquela que

atravessa a fronteira dos Estados e envolve atores ou ONGs, ainda que possa também envolver governos.

Vogel (2006), na visão neoliberalista institucional, convida-nos a explicar a cooperação internacional vinculada às questões ambientais e à criação de instituições ambientais internacionais. Tais organizações sociais facilitam a cooperação, diminuindo os custos necessários para a obtenção de objetivos comuns e abrindo ainda mais as cooperações entre Estados Nacionais e o mercado, representado pelo setor privado. Cria-se neste contexto a parceria estritamente privada no campo das questões ambientais internacionais e também um desafio de cooperação. Nesta mesma direção, Pattberg afirma que atores privados internacionais criam suas próprias regras na tentativa de adquirir autoridade no sistema internacional. Sendo assim, para Pattberg (2005, p.1)

> (…) *private actors increasingly begin to make their own rules and standards that acquire authority beyond the international system* (…).

Nos últimos anos, o item governança vem ganhando proeminência dentro desta perspectiva neoinstitucionalista. As análises sobre esse tema tratam da cooperação internacional, não apenas entre Estados, como também envolvendo outros atores que atuam nas relações internacionais. “Procuraram analisar conceitos como ordem, governança, instituições e poliarquia no novo contexto internacional: compartilhamos um único ponto de vista a respeito dos temas fundamentais confrontados pelos analistas que buscam compreender as estruturas emergentes da política mundial. Notadamente, concordamos em que num mundo onde a autoridade sofre deslocamento contínuo, tanto exteriormente, no sentido das entidades supranacionais, como internamente, no sentido dos grupos subnacionais, é cada vez mais necessário verificar como pode existir governança na ausência de um governo”. (Rosenau, 2000)

Pode-se definir governança na perspectiva de Ribeiro (2009, p.24). Para ele,

> (...) como um sistema de gestão que envolve diversos atores sociais estatais, sociedade civil e setor empresarial.

O objetivo deste sistema seria evitar conflitos a partir do ajustamento de interesses, permitido pela reunião dos principais interlocutores em torno de um tema (ou problema) específico desde que os negociadores tenham legitimidade e sejam reconhecidos por seus pares. A governança, portanto, facilita a formação de alianças e a cooperação. Mas, também evidencia os conflitos, frutos das assimetrias sociais, e as diversas formas de resistência, organização e participação dos atores sociais. Em diversas escalas geográficas, tal conceito assume ainda, para esse setor, formas que se complementam sem necessariamente hierarquizar. Mas, caso se opte por aplicá-lo em escala internacional, faz-se necessário, nas análises, compreender as dinâmicas das relações internacionais.

As novas teorias da cooperação enxergam este conceito como um processo aberto, descentralizado, não linear e repetitivo, que pode ter um impacto de transformação nos atores e no funcionamento do sistema internacional, mas ainda com a predominância da figura dos Estados Nacionais nestas relações de compartilhamento, mesmo que certos estudiosos do tema já aceitem que outros atores não estatais, como organizações não governamentais (ONGs), pressionem a cooperação entre os Estados Nacionais (Sikkink,2005). Como processo não linear, exprime a ocorrência de movimentos que torna ainda mais complexo o seu entendimento e, para nós, significa a inserção de novos atores nesse movimento, além dos Estados Nacionais.

A definição de cooperação utilizada neste trabalho vai além da concepção tradicional de processo gradual, não linear e aberto, que sofre influência de fatores domésticos e internacionais, podendo causar transformações nos atores e no sistema internacional com a predominância dos Estados Nacionais. Neste sentido, os atores envolvidos não são somente os países no sistema das relações exteriores. Entendemos que, partindo desta concepção, podemos enriquecer o conceito de cooperação internacional, pois incluímos, nesse processo, atores não estatais, exemplificados, neste trabalho, como Organizações Não Governamentais Internacionais.

Embora, em âmbito internacional, ainda seja tímida a participação dessas Instituições diante dos processos de cooperação internacional, alertamos que este fenômeno torna-se crescente a partir do momento em que esses grupos dizem responder por demandas da sociedade civil, ou ainda, de outros atores como o setor privado e organizações internacionais governamentais. Bulkeley (2005) relata que atuar em cooperação significa para as ONGs uma nova compreensão da realidade e dos processos políticos, em que não se tem mais lugar para um sujeito histórico unificado, mas multiplicidades de atores que expressam uma diversidade de identidades e um pluralismo riquíssimo para as questões ecológicas.

O avanço da cooperação internacional para além das relações entre Estados Nacionais e dentro da teoria de cooperação Sul-Sul, Norte-Sul[28], pode ser enriquecida a partir do momento em que outros atores, como os não estatais, participem deste processo com suas contribuições econômicas, técnicas, sociais e políticas. Admitir que essa nova modalidade de negociação possa ajudar nas relações estatais é uma afirmativa desta tese.

Propõe-se, aqui neste trabalho, que o conceito de cooperação internacional deva avançar no sentido de contemplar a riqueza de atores estatais e considerar, para maior amplitude da análise do sistema internacional, a dinâmica de movimento que as redes proporcionam. A Ordem ambiental internacional (Ribeiro, 2001), componente deste sistema internacional, estimula os atores a cooperarem para que possam avançar em suas aspirações e necessidades que extrapolam as relações somente inseridas nos Estados Nacionais. Esses processos necessitaram de estratégias de circulação e de comunicação, duas faces da mobilidade que pressupõe a existência de redes, uma forma singular de organização.

Haesbaert nos aponta que sujeitos e/ou grupos tem um comportamento dinâmico em relação as suas ações de circulação. Sendo assim, Haesbaert (2004, p.341),

[28]As menções Sul-Sul, Norte-Sul adotadas neste trabalho seguem os princípios da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) integrante do Ministério das Relações Exteriores, cuja missão é negociar e coordenar projetos de cooperação do Brasil com outros países e com organismos internacionais. A adoção desta relação Sul-Sul, Norte-Sul é utilizada por este organismo. IN: AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. *Projetos Cooperação Sul-Sul*, 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestada.asp>. Acesso em: 08.05.2012. Convém ressaltar, também, que as organizações componentes da GARSD tem predominância no Hemisfério Sul, conforme pode ser visto na Figura 14, página 135 deste trabalho.

> (...) caminham com o caráter dinâmico, multidimensional e multiescalar no território, que de maneira alguma fica restrito, por exemplo, a escala nacional ou do poder político em seu sentido mais tradicional. A multiescalaridade e a multidimensionalidade dos processos de des-territorialização estão associadas com muita força, antes de qualquer coisa, aos sujeitos que as promovem seja um indivíduo, um grupo ou classe social, ou ainda uma instituição.

Para este trabalho, as ONGs realizam este movimento assim como as demais instituições e grupos definidos por Haesbaert. Mas não nos iludamos, embora as organizações não governamentais tenham este efeito desterritorializador, as questões e os problemas ambientais são globais, devem respeitar as escalas dos Estados nacionais e os poderes aí contidos não são eliminados e, sim, somados. Partindo dessa análise, conclui-se que diversas escalas, traduzidas em alianças, permitem facilitar o acesso aos recursos naturais e, por consequência, pode influenciar nas negociações ambientais internacionais. Convém lembrar, neste momento, da citação de Santiago (2007, p.49),

> (...) *el tema ambiental es un ejemplo claro de una preocupación global, pues enlaza a todo un gran sistema mundial sobre una misma causa. Es quizá una de las manifestaciones más dramáticas de la interdependencia de los Estados y de la dependencia de todos los seres del Planeta*[29].

Não adianta se esquivar da questão multiescalar e da cooperação internacional para as pesquisas e intervenções relacionadas à questão ambiental. A cooperação internacional já amplamente utilizada em outros assuntos não relacionados à questão ambiental entre atores estatais ou não estatais agora caminha para novos horizontes: sumarizada a questão ambiental e a problemática dos resíduos.

A cooperação internacional já vista por redes de ONGs em outras agendas como uma possibilidade de melhor articulação de seus ideais, vem

[29]SANTIAGO, Julio. *Aplicación de las redes semantica para definir el alcance y analisar la cooperación internacional en materia ambiental de The Nature Conservancy en Costa Rica.* Costa Rica: Universidad Nacional, 2007.p.49.

neste momento com uma singularidade e intensidade antes não vista permear este tema.

Um processo inicial de cooperação, como simples trocas de informações, por exemplo, torna-se o ponto de partida para cooperações mais densas que serão retroalimentadas conforme os anseios e objetivos dos atores envolvidos. Resta a estes grupos enriquecer estas cooperações para que as mesmas atinjam seus propósitos de forma que preserve o sentido real da ação de cooperar.

2. As Organizações Não Governamentais Ambientais

As organizações não governamentais ambientais internacionais têm assumido uma infinidade de significados ao longo das duas últimas décadas. As razões para a dificuldade da definição do conceito de "organização não governamental" (ONG) são inúmeras e em uma delas reside no fato de ser o ator mais novo no cenário internacional e de atuação abrangente e, às vezes, excêntrica. As ONGs, principalmente ao longo das últimas décadas apoiadas pelo setor privado ou pelo Estado, proliferaram-se por todo o Mundo lutando por suas aspirações.

Esses atores manifestaram-se com objetivos diversos que vão desde ajuda assistencial, desenvolvimento local, cidadania e, por fim, a evidência desta tese: a questão ambiental.

Mas afinal como resumir o que são organizações não governamentais internacionais? É uma difícil e singular resposta, mas que direciona para inúmeras possibilidades de definição conceitual deste ator não governamental que após a Conferência Rio 92, certamente, projetou-se como um parceiro nas relações inter/intraestatais para a resolução de impasses socioambientais.

Eis aqui o desafio deste Capítulo II: informar sobre as principais definições para o ator organização não governamental ambiental e, ao mesmo tempo, demonstrar sua trajetória que não reside somente na busca da formulação de sua identidade, mas também em demonstrar seus trabalhos em prol da questão ambiental. Estas organizações ao demonstrarem seus trabalhos relacionados com a questão ambiental e social contribuem para a formulação na escala nacional e internacional do fenômeno socioambientalista.

Ao mesmo tempo, este Capítulo acrescenta que a definição do termo organização não governamental está associada à própria expansão do movimento internacional ambientalista uma vez que uma das formas de manifestação encontradas por estes atores muitas das vezes se resumiam à presença nos fóruns internacionais ambientais.

2.1 O conceito de Organizações Não Governamentais Ambientais

Existem muitos conceitos de organizações não governamentais (ONGs), dos mais abrangentes aos mais restritivos. Diegues (2008, p.44) entende que essas instituições se tornaram "guardiãs dos recursos externos". Outros, como Dupas, (2005, p.103) ditam que as organizações não governamentais são "entes do campo privado".

As ONGs são lidas neste trabalho, como formas de organização social, sujeito social que reinventa um fazer político fundado na participação direta por meio do diálogo e ganham dimensões ainda maiores quando possui capilaridade ao atuar em redes. No entanto, vamos resgatar algumas definições interessantes para este ator.

A denominação em inglês "*No Governamental Organizations"* (NGOs) usada pela primeira vez nas Nações Unidas, em 1950, refere-se às organizações que atuam em nível supra e internacional e que não foram estabelecidas por acordos governamentais. Em 1996, amplia esta definição denotando ainda a particularidade de serem organizações que atuam também na escala local e nacional. Estas são formadas por qualquer grupo de cidadãos voluntários com interesses comuns sem visão de fins lucrativos e com o propósito de realizar serviços humanitários, para supervisionar a política no nível da comunidade. Servem também para ajudar a implementar acordos internacionais e se organizam em responder a problemas que envolvam meio ambiente, direitos humanos e a saúde[30].

No entanto, o trabalho de organizações, que veio ser definido como ONGs pelas Nações Unidas em 1950, foram detectadas segundo os estudos de Mccormick, (1992, p.32) em 1865 com a entidade *Commons Open Spaces and Footpaths Preservation Society*[31], com sede na Grã-Bretanha e dedicada à preservação de terras de uso público bem como a utilização da terra para produção agrícola. Veja abaixo a tabela com outras ONGs e suas respectivas datas de fundação:

---

[30]Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Resolução 288 (X) de 27 de fevereiro de 1950 e resolução 1996/31 de 25 de julho de 1996. IN: CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL (ECOSOC). Resolução 288 (X) de 27 de fevereiro de 1950 e resolução 1996/31 de 25 de julho de 1999. Disponível em: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/NGOS/RES31-96.HTM#Res96-31>. Acesso em: 16.04.2012.

[31]A história da ONG bem como suas atuais atividades consta na página eletrônica: *OPEN SPACE SOCIETY. History*, 2011. Disponível em: <http://www.oss.org.uk/history/>. Acesso em: 17.01.2010.

Tabela 2- Fundação de algumas organizações ambientalistas selecionadas (1865-1914)

Ano	Organização	País
1865	*Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society*	Grã-Bretanha
1867	*East Riding Association for the Protection of Sea Birds*	Grã-Bretanha
1870	*Association for the Protection of British Birds*	Grã-Bretanha
1880	*Fog and Smoke Committee*	Estados Unidos
1883	*Natal Game Protection Association*	África do Sul
1885	*British Ecological Society*	Grã-Bretanha
1886	*Audubon Society*	Estados Unidos
1891	*Society for the Protection of Birds*	Grã-Bretanha
1892	*Sierra Club*	Estados Unidos
1895	*National Trust*	Grã-Bretanha
1896	*Massachusetts Audubon Society*	Grã-Bretanha
1898	*Coal Smoke Abatement Society*	Estados Unidos
1903	*Society for the Preservation of the Wild Fauna of the Empire*	Suíça
1905	*National Association of Audubon Societies*	Suécia
1909	*Liga Suíça para a Proteção da Natureza*	Austrália
1912	*Society for the Promotion of Nature Reserves*	Grã-Bretanha
1913	*British Ecological Society*	Grã-Bretanha

Fonte : MCCORMICK, John. Rumo ao paraíso. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 1992, p.34.

Outras definições surgiram para este ator. Viola (1996) visualiza as organizações não governamentais como fruto da expansão do movimento ambientalista que elabora novas formas sociopolíticas transnacionais para responder à preocupação diante da degradação ambiental.

O Banco Mundial (1996) define organizações não governamentais como organizações privadas independentes do governo que almejam com suas atividades aliviar o sofrimento, promover o interesse dos mais pobres, proteger o meio ambiente, realizar serviços sociais básicos com fins de desenvolvimento social[32].

Hall, por sua vez, torna explícito que as organizações não governamentais podem desempenhar um papel de aliança com atores do sistema internacional.

[32]Ver: Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Resolução 288 (X) de 27 de fevereiro de 1950 e resolução 1996/31 de 25 de julho de 1996. IN: CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL (ECOSOC). Resolução 288 (X) de 27 de fevereiro de 1950 e resolução 1996/31 de 25 de julho de 1999. Disponível em: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/NGOS/RES31-96.HTM#Res96-31>. Acesso em: 16.04.2012.

Deste modo, para Hall (1997, p.288),

> (...) agências governamentais, organizações de movimentos de base e organizações externas de financiamento são muitas vezes aliadas de Organizações Não Governamentais.

Ferreira (1999) define as organizações não governamentais (ONGs) como a promessa de universalidade, criada pela disseminação de um novo formato de ação ambientalista diante das dificuldades surgidas nas sociedades acerca deste tema. Sendo assim, na ótica do fenômeno ambientalista, as ONGs conforme afirma Ferreira (1999, p.43):

> Essa promessa de universalidade e as dificuldades a ela inerentes foram acompanhadas pela disseminação de um novo formato de ação ambientalista, conhecido como Organizações Não Governamentais (ONGs).

Organizações não governamentais também são definidas como atores nas relações internacionais ambientais importantes para a execução de atividades por possuírem habilidades e recursos, incluindo os financeiros, para desenvolverem processos ambientais internacionais de cooperação. Raustiala (1997) estuda este ente afirmando (1997, p.719):

> "(...) *nongovernmental organizations are increasingly important participants in international environmental institutions – NGOs have been formally – but not fully – incorporated into what were previously state only activities" (...) NGOs are distinctive entities with important skills and resources to deploy in process of international environmental cooperation".*

Madon (1999) concordando com a mesma definição de ONGs dita por Raustiala (1997) nos acrescenta com mais ênfase a dimensão internacional e a multiescalaridade destes grupos. Deste modo, em Madon (1999, p.256), "*one of the main defining characteristics of INGOs is that they operate simultaneously at different levels of the global system*". Esta singularidade alertada por Madon enriquece o campo de ação destas organizações na esfera ambiental.

Jordan (2000) também no campo das relações internacionais destaca a relevância das ONGs no cenário internacional, evidenciando o dinamismo destes grupos na interlocução com os mais diversos atores internacionais. Ao mesmo tempo, a autora destaca não somente o dinamismo de interlocução, mas, também, de participação nas agendas mais diversas que vão desde ajuda humanitária, bem como a questão ambiental. Esta desenvoltura com os diversos autores pode segundo Jordan diminuir as assimetrias entre agendas comuns aos países. Sendo assim, Jordan (2000, p.2051),

> *"Nongovernmental organizations (NGOs) are widely considered to be one of the most dynamic phenomena in international relations today (…)Because transnational advocacy networks normally involve people and organizations in structurally unequal positions, networks can become sites for negotiating over which goals, strategies, and ethical understandings are compatible"*.

Slaughter (1997) e Platiau (2001), na luz do direito internacional, definem organizações não governamentais em função de seus tipos de atuação: contra o Estado, em parceria com ele ou substituindo-se a ele em casos específicos. Os autores defendem o reconhecimento da personalidade jurídica das organizações não governamentais ao lado dos Estados e das organizações internacionais.

Monteiro (2003) e Pattberg (2005) caracterizam as organizações não governamentais como pertencentes ao setor não lucrativo e que estão em constante crescimento. Este tipo de organização se caracteriza pela ausência de lucro e pela busca do bem estar para o conjunto social, desde os interesses mais específicos aos coletivos.

Gil (2004) menciona esses grupos como associações criadas para possibilitarem intervenções públicas e privadas que acarretem em sucesso para os seus membros, para a comunidade a que pertencem ou para membros de outra comunidade escolhida para atuação, ou ainda, para o conjunto da sociedade. Sendo assim, Gil (2004, p.152),

> *En conjunto las ONG son un tipo de asociaciones creadas para posibilitar la intervención pública y privada en el logro de un bien común, ya sea para el conjunto de miembros de esta*

> *entidad, bien para otros sectores de la comunidad, o para el conjunto de la sociedad.*

Apenas no ano de 2004, nas análises de Gil, existiam 40 mil ONGs atuantes no México, 25 mil no Kenia e 10 mil na Índia. Para o cenário brasileiro, estudos da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais para o Brasil (ABONG) demonstram a existência de 270 ONGs no País para o ano de 2010. Acredita-se que este número possa ser bem maior, pois muitos destes grupos não estão formalizados juridicamente.

Como particularidade presente nestas novas organizações e que permitem aqui detalhar ainda mais a definição de organizações não governamentais, menciona-se a função de agente pioneiro e inovador diante de temas e técnicas para as questões ambientais. Nessa função, essas instituições, em muitos casos, possuindo a tecnologia de última geração, muito antes que parcelas da comunidade científica, buscam em suas atividades com a comunidade prestar serviços em prol do desenvolvimento destes grupos; atuam como defensoras ou como transformadoras de uma realidade local; tentam assegurar valores como o da sociedade solidária, tolerante e sustentável ambientalmente; buscam a proteção das minorias étnicas e estimulam o desenvolvimento e o pacifismo. Em muitos casos, surgem como estrutura mediadora entre indivíduo, esfera privada e instituições públicas.

As principais características destes atores são: estarem organizados em alguma medida institucional; terem caráter privado, com a existência separada institucionalmente dos poderes públicos; gozarem de autonomia e serem dotadas de capacidade de controle de suas próprias atividades; não repartirem nem distribuírem os benefícios gerados entre seus administradores e funcionários; não gerarem lucros; contarem com voluntariado em muitas de suas causas; utilizarem da mídia para veiculação e protesto de suas causas.

Finger (1996) tem razão ao apontar a centralidade do papel das ONGs nas mudanças sociais em curso atualmente pelo Mundo. Funcionando como agentes do aprendizado social, as ONGs ambientalistas têm contribuído com sua fluidez em transmitir conhecimento no mundo contemporâneo.

Hall (1997) relata que sempre que uma ou mais organizações não governamentais interagem positivamente com interesses públicos ou privados, seus esforços individuais e coletivos podem gerar um efeito multiplicador significativo e, assim, resultar na ampliação da escala de suas atividades. As organizações não governamentais podem contribuir para uma boa mediação por meio de sua habilidade em articular os interesses dos movimentos de base, em ajudar a informar e coordenar a ação local com as de agências externas, dentro de estratégias de gerenciamento de conjunto de recursos. As ONGs podem, assim, desempenhar um papel crucial de construção de alianças com agências governamentais, organizações de movimentos de base e organizações externas de financiamento sejam para a construção de um diálogo harmonioso ou como voz de protesto.

As redes de informação geradas por estes grupos e os seus projetos, desde sempre, buscaram atuar em causas ignoradas ou marginalizadas pela sociedade. Exemplo disso são os diversos trabalhos de combate à pobreza em países pobres que não recebem dos diversos atores envolvidos com esta agenda a devida intervenção para resolução. A sensibilização e a educação para o desenvolvimento também são pautas dos trabalhos de ONGs, que pretendem, através da conscientização, a real mudança da continuidade da concretização de causas inaceitáveis. Não se necessita, muitas vezes, de solução de problemas e sim que eles sejam evitados.

A ajuda humanitária e de emergência são campos históricos de atuação das ONGs justamente na sua principal preocupação em assistir as causas ignoradas ou marginalizadas. A proteção às populações oprimidas, marginalizadas e/ou ignoradas e a preocupação com a questão ambiental, que proporciona possibilidade de afetar o modo global de vida humana, tornaram-se bandeiras de discursos destes grupos, bem como de execução de muitos projetos envolvendo estes temas.

A intensa degradação ambiental, percebida por estes grupos, levou a inúmeras formas de atuação no cenário mundial que caminham para inserções mais intimistas, como protestos realizados pelo *Greenpeace* contra o aquecimento global e o desmatamento da Amazônia. Estas inserções surgem como atividades positivas, pois, de certo modo, informam a população para as temáticas. No entanto, deve-se

ter critério de leitura mais minuciosa dos trabalhos de ONGs em relação aos recursos aportados para as execuções de projetos e às mudanças repentinas de abordagens de temas de forma aleatória.

Observe a seguir o estudo de Reis (2009), demonstrado através de dados, a frequência de mudança de projetos diante da ausência de recursos financeiros para executá-los.

Tabela 3 – Mudanças de objetivos e/ou de público de acordo com sua área de atuação das ONGs

Área de atuação		Mudou de atuação	Mudou de atuação	
		Sim	Não	Total
Saúde	Absoluto	4	15	19
	%	21,1	78,9	100
Pobreza e Desemprego	Absoluto	9	8	17
	%	52,9	47,1	100
Jovens em Situação de Risco	Absoluto	32	68	100
	%	32,0	68,0	100
Comunidades Excluídas	Absoluto	12	21	33
	%	36,4	63,6	100
Mulheres, Negros e outras minorias	Absoluto	11	23	34
	%	32,4	67,6	100
Comunidades Rurais e Tradicionais	Absoluto	4	14	18
	%	22,2	77,8	100
Terceiro Setor e Sociedade Civil	Absoluto	14	28	42
	%	33,3	66,7	100
Outros	Absoluto	11	17	28
	%	39,3	60,7	100
Total	Absoluto	97	194	291
	%	33,3	66,7	100

Source: REIS, E., *New Ways of Relating Authority and Solidarity: Theoretical and Empirical Explorations. In: Anns Denis and Devorah Fischman (eds.) The ISA Handbook in Contemporary Sociology, London, SAGE*, 2009. Tradução: Luciana Ziglio.

Cabe ressaltar nesta tabela três itens. Primeiro verifica-se, por exemplo, na tabela, o grupo de ONGs que atuam em defesa das mulheres, dos negros e de outras minorias. No universo de 34 entidades pesquisadas, 11 delas ou 32,4% já mudaram suas propostas de atuação para outra causa quando não conseguiam

recursos públicos ou privados para o desenvolvimento de suas atividades. Segundo, a questão ambiental neste estudo não se apresenta como área de atuação independente. As áreas apresentadas na tabela incorporam esta questão quando esta surge como fenômeno. Terceiro, observa-se que do total de 291 organizações pesquisadas, 97 delas ou 33,3% mudaram seu foco de atuação.

Essa mudança de objetivos leva a pensar que em alguns casos a atividade de ajuda humanitária, defesa de oprimidos e a proteção ambiental viraram comércio e serviços. Deve-se lembrar das reflexões de Gudynas (2002) na advertência para o trabalho das ONGs. Para ela, muitos destes grupos são a continuidade da reprodução do sistema capitalista, com uma responsabilidade social embutida e que privilegia somente uma parcela ínfima da sociedade e não a sociedade civil como um todo no aspecto democrático de acesso aos recursos naturais. Sendo asssim, Gudynas (2002, p.159),

> *"Frente a las protestas sociales desencadenadas por impactos sociales y ambientales, los gobiernos parecen más interesados en medidas para encauzar y controlar los movimientos sociales por sus constantes críticas a su gestión. Así, en América Latina, se ha apelado a los registros de las ONG, se imponen canales burocráticos para los reclamos ciudadanos, y se enfatiza la propaganda sobre las acciones"*.

No tocante à participação de ONGs na questão dos resíduos surge nos últimos tempos como um item a ser incluído em programas de trabalho com as comunidades por atingir diretamente a qualidade de vida destes grupos nos quesitos saúde, acesso adequado à água e aos alimentos, contra o trabalho infantil e o trabalho escravo adulto. Sabe-se que estes itens mencionados anteriormente se incluem em realidades internacionais (Medina, 2005). É neste caminho que Finger (1996) aponta ao analisar as organizações não governamentais transnacionais como entidades não lucrativas cuja missão principal é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento.

No entanto, o leitor deve se perguntar neste momento qual a definição mais consistente para este ator denominado organização não governamental. Ao iniciar este Capítulo, a premissa inicial foi que são grupos de organização social que reinventam um fazer político fundado na participação direta por meio do diálogo e

ganham dimensões ainda maiores ao atuarem em redes. Nesta definição, que não se esgota em si, as ONGs, nesta tese, são traduzidas como grupos de organização social, dotados de relativa institucionalidade, privados com atuação em projetos públicos e privados. Não buscam fins lucrativos e podem se utilizar de participação voluntária ou não, seus membros são remunerados por atuação em suas atividades. Sendo assim, esta organização social, traduz os desejos, intencionalidades da parcela social que representa por meio deste grupo intitulado organização não governamental. Os desejos e intencionalidades podem ser em prol de causas ambientais, sociais, religiosas, humanitárias, socioambientais e outras definições dos quais estes grupos preconizarem como causas de militância.

Estes desejos e intencionalidades são criados, retroalimentados e direcionam suas atividades; podem apoiar um discurso vigente, não necessariamente ser uma voz de protesto diante de causas das quais se apropriam.

O fazer político, os discursos criados ou reinventados com a participação de seus componentes são legitimados, por meio das diversas inserções, tais como: fóruns, campanhas publicitárias, campanhas de arrecadação de recursos com a sociedade civil. Estas legitimações ganharam dimensões multiescalares. As campanhas de ONGs assumem a esfera global. Todas as redes criadas ou reinventadas por estes grupos tem este fim: legitimação de seus discursos em esferas multiescalares.

Dentro desta definição, estão as ONGs ambientais e socioambientais que emergiram em todos os continentes. Algumas delas movimentam milhões de dólares e contam com contribuições pelo Mundo nos dias de hoje. Evidencia-se como estudo de caso a trajetória da organização *World Wide Fund for Nature* (WWF), primeira ONG ambientalista de espectro verdadeiramente mundial, criada em 1961, a *Nature Conservancy* (TNC), criada em 1951, e o *Greenpeace* criado em 1972, por suas singularidades em se tornarem redes socioambientais internacionais em suas atividades.

2.1.2 *World Wildlife Fund (*WWF*), GREENPEACE E Nature Conservancy (*TNC*)*

Em 1961, quando foi fundado, a sigla WWF significava "*World Wildlife Fund"*, traduzida para o português como "Fundo Mundial da Natureza". No entanto, com o crescimento da organização ao redor do planeta nas décadas seguintes, a atuação da instituição mudou de foco e as letras passaram a simbolizar o trabalho de conservação da organização de maneira mais ampla. Com isso, a sigla ganhou sua segunda tradução: *World Wide Fund For Nature* ou Fundo Mundial para a Natureza.

Atualmente, porém, a sigla WWF tornou-se tão forte internacionalmente que, para evitar confusão ou mensagens equivocadas, não se faz mais tradução para qualquer significado literal. Ou seja, agora a organização é conhecida simplesmente como WWF, uma organização de conservação global. A única exceção é a América do Norte, onde o antigo nome de Fundo Mundial para a Natureza é usado.

O WWF nasceu da "*International Union for Conservation of Nature"* (IUCN) ou a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais. Fundada em 1948, sua sede está localizada na Suíça. A IUCN atua em mais de 160 nações, 112 agências de governo, 735 ONGs, possui milhares de especialistas e cientistas, mais de 12 mil voluntários e coloca-se entre as principais organizações ambientais do Mundo[33].

Mas a WWF rapidamente enveredou por um caminho mais autônomo que subordinado à IUCN, com projetos próprios que se expandiam. Em seus primeiros três anos de vida, a WWF tinha bases na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Suíça, na Holanda, na Alemanha e na Áustria, chegando num período de dez anos a ter escritórios em vinte países. As características conservacionistas de seus projetos (voltados para espécies individuais, áreas virgens, apoio a organizações existentes, educação para a conservação, etc.) são representativas da orientação das organizações não governamentais ambientalistas dos anos sessenta. Ferreira aponta através de seus estudos o crescimento exponencial desta organização não governamental. Sendo assim, Ferreira (1999, p.44),

[33]Veja página eletrônica: *INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE*. (2012) *Welcome to the IUCN Members: web pages,* 2012. Disponível em: <http://www.iucn.org/about/union/members/>. Acesso em: 09.04.2012.

> "Entre 1983 e 1991, a renda da WWF cresceu de nove milhões de dólares para 53 milhões de dólares, e seus membros aumentaram de 94 mil para mais de 1 milhão. Hoje a WWF tem 4,7 milhões de filiados em todo o mundo e dispõe de um orçamento anual de 293 milhões de dólares".

Até 1989, diferentes organizações nacionais da rede WWF (WWF-EUA, WWF - Reino Unido e WWF-Suécia) financiavam diretamente projetos desenvolvidos por instituições em outros escritórios da organização ou entidades dos países receptores dos projetos. Todavia, com a ampliação do suporte técnico-financeiro, ao longo dos anos, consolidou-se a criação de mais escritórios regionais da organização. A Rede WWF tem hoje atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários[34].

O *Greenpeace*, nascido em 1972, dedicou-se à preservação dos grandes mamíferos marinhos inicialmente, mas também, voltou-se para outros tipos de atuação, como em testes nucleares. Um grupo local de Vancouver, em 1969, teve uma ideia que já havia sido posta em funcionamento por outros grupos. Tratava-se de navegar até a zona das provas atômicas, situada nas Aleutas. O barco, *Phyllis Cormack*, tinha em seu mastro duas bandeiras: uma da Organização das Nações Unidas (ONU) - para marcar o internacionalismo da tripulação - e outra que unia as palavras "*green"* e "*peace"* numa única ideia: a da defesa do meio ambiente e a da paz a qualquer preço. O que os movia, mais do que a coragem, era a convicção de que a destruição do planeta pelo ser humano havia chegado ao ponto de ameaçar o presente e o futuro de todos os seres vivos. Era preciso fazer algo para impedir o teste nuclear - porque as ações falam mais alto do que as palavras. O barco não conseguiu chegar ao seu destino final, pois sua tripulação fora presa pela guarda costeira nos EUA, mas ao chegar a Vancouver, foi surpreendido por milhares de pessoas que celebravam seu retorno.

Assim nascia o *Greenpeace* como "Organização Não Governamental" (ONG) também internacional, para atuar na defesa do meio ambiente inspirando as pessoas a mudarem suas atitudes e comportamentos. Seu modo de atuação é através da denúncia, expondo os crimes ambientais de que toma conhecimento. A

[34]Veja página eletrônica: WWF. WWF - *Brasil uma organização nacional*. (2012?) Disponível em: <http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_brasil/index.cfm>. Acesso em: 23.09.2009.

entidade, diferentemente do WWF e da *Nature Conservancy* (TNC), não recebe recursos financeiros de empresas, partidos políticos nem governos, pois, em seu discurso, alega que o recebimento de dinheiro destes grupos pode subentender que suas atividades sejam tendenciosas aos desejos de seus mantenedores. Deste modo, o *Greenpeace* mantém seu fôlego enquanto entidade não governamental internacional através das doações de seus colaboradores individuais da sociedade como um todo. No período entre 1985 e 1990, o *Greenpeace* aumentou seu número de membros de 1,4 milhões para 6,75 milhões e os rendimentos aumentaram de 24 milhões para 100 milhões de dólares. Em 1992, o *Greenpeace* tinha escritórios em 24 países, hoje está com 42 escritórios em funcionamento e conta com a colaboração de aproximadamente 3 milhões de pessoas militantes e mantenedoras economicamente[35].

A "*Nature Conservancy"* (TNC) surge em 1951 completando 61 anos de atuação. No início, a TNC se afirmou comprando terras com o propósito de promover a preservação dos recursos naturais na linha ambientalista que vemos em Martínez Alier (2007) quando trata do culto da sacralidade da natureza. De maneira muito rápida construiu um império de recursos e parcelas da sociedade adeptas ao seu discurso. Sendo assim, em Diegues (2008, p.71),

> "A TNC abriu suas portas em 1951, com um punhado de funcionários trabalhando num escritório compartilhado com outro grupo de ambientalista fora de Washington. Este discurso ganhou tanta força que, na década de 1980, a renda da TNC era de 222 milhões de dólares e sua equipe de 933 empregados".

Podemos aqui relembrar da *Fundação Ford*, *MacArthur*, *Gordon* e *Betty Moore*, assim como o Banco Mundial, GEF, governos, Agência de Cooperação Internacional dos Estados Unidos da América (USAID) e bancos multilaterais e bilaterais como doadores de recursos financeiros para a TNC. Ainda com Diegues (2008, p.72),

[35]Veja página eletrônica: *GREENPEACE*. *Worldwide*, 2010. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/international/about/worldwide>. Acesso em: 23.09.2009.

> "Durante os anos de 1990, somente a USAID, que era considerada uma sócia vital para prosperidade econômica, disponibilizou quase US$ 300 milhões para o movimento internacional de conservação. (...) Hoje sua renda oscila em 1,8 milhão de dólares e recebe o apoio de aproximadamente 1.900 empresas."

Ao se observar rapidamente a trajetória das ONGs TNC, *Greenpeace* e WWF, levantam-se dois caminhos pelos quais elas podem servir aos que necessitam efetivamente de ajuda, aos que transformam as tragédias sociais e aos grandes problemas ambientais mundiais em indústria lucrativa. Nesta perspectiva da transformação das tragédias sociais em indústrias lucrativas tem-se, abaixo, a afirmativa de Prado (2007, p.43):

> "As ONGs podem servir a dois senhores, os que necessitam efetivamente de ajuda e os que transformam as tragédias humanas em indústria lucrativa".

Atentar para que estas organizações possam realmente gerar um campo de luta, mobilizar pessoas, recursos e instituições em defesa de uma determinada causa, deve ser a atitude da sociedade atual. Ao mesmo tempo esta sociedade deve refutar as ONGs que se utilizam das tragédias socioambientais para apenas sua autopromoção e autolucratividade. Não se pode negar que através do trabalho gradual e intenso, milhares de organizações não governamentais vêm com respostas, mesmo que superficiais ou pouco adequadas, à crise ambiental que afeta a época atual. Em certos casos, surgem, sim, com respostas eficientes e realmente transformadoras. Por estes avanços e retrocessos no campo de atuação das ONGs que estes grupos ganharam as dimensões em que são vistos nas agendas socioambientais e pela sociedade.

Neste sentido, convém lembrar-se de Milton Santos (2008, p.134) nos conceitos de organizações. Para ele,

> "Na realidade, uma coisa são as organizações e os movimentos estruturados; e outra coisa é o próprio cotidiano como um tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias, sempre em movimento. A organização é importante como o instrumento de agregação e multiplicação de forças afins, mas separadas. Ela também pode constituir um meio de negociação necessário para vencer etapas e encontrar um novo patamar de

> resistência e luta. Os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhes assegurem um autêntico pragmatismo existencial e constituam a sua riqueza e fonte principal de veracidade".

O grande desafio destas organizações, aqui nesta tese, definidas como ONGs, está nesta sinergia de agregação, multiplicação de forças e resposta com seus ideais às reais necessidades da parcela social da qual representa sem ignorar a multiescalaridade local-global uma vez que atuam com seus projetos em inserções internacionais. Neste sentido, as organizações devem preconizar todos os momentos em suas ações o senso crítico para que sua ação seja realmente a expressão da realidade das quais visam representar.

2.2 O movimento ambientalista internacional

O movimento ambientalista, para muitos autores, é considerado a real possibilidade de modificações na sociedade contemporânea. Com seus propósitos de proteção à natureza, atrai apaixonados pelo tema: voluntários, naturalistas, planejadores, empresários, sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades religiosas e, por fim, gestores de políticas públicas em diversas escalas compreendidas aqui do local ao global.

Mccormick (1992) descreve as origens do movimento ambientalista datadas do Mundo Antigo em 3.700 antes de Cristo, quando cidades sumerianas foram abandonadas por falta de acesso à água. Em um tempo mais recente, com o mesmo autor, outro vestígio das questões ambientais surge na África Meridional, em 1658, onde publicaram-se proclamações para restringir a derrubada inconsequente de florestas para obtenção de lenha e o abate de elefantes para o uso do marfim.

Em 1863, na Grã-Bretanha, surge o primeiro instrumento para a proteção ambiental através da criação da lei de poluição do ar. No mesmo período, nos EUA, surgiu o decreto do Congresso, em 1864, transferindo o Vale Yosemite e o Mariposa "*Grove de Big Trees"* para o Estado da Califórnia, sob a condição de que os espaços fossem mantidos para utilização pública, lazer e recreação, e inalienáveis a

qualquer tempo. A delimitação de uma área para fins de recreação nunca havia sido adotada como elemento de administração de terra nos EUA.

Em 1909, os protecionistas europeus se reuniram no Congresso Internacional para Proteção da Natureza, em Paris, que contou com a presença dos governos da Áustria, Argentina, Bélgica, Grã-Bretanha, Dinamarca, França, Alemanha, Hungria, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Portugal, Romênia, Rússia, Espanha, Suécia e Estados Unidos, que juntos fundaram a Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza com a missão de coletar, classificar e publicar informações sobre a proteção nacional da natureza e fazer propaganda em defesa da causa.

A Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de recursos (UNSCCUR), realizada em 1949, com a participação de 530 delegados de 49 países, foi um encontro preocupado com as questões sobre conservação após 40 anos de omissão internacional com este tema. Embora de grande importância, muitos dos temas e conclusões deste encontro foram sem dúvida precoces, tanto que mesmo tendo gerado muita discussão na época, duas décadas se passariam antes que se refletissem mais amplamente sobre política internacional de conservação ambiental. No entanto, para muitos especialistas, inquestionavelmente, a UNSCCUR foi o primeiro grande marco na ascensão do movimento ambientalista internacional, pois conseguiu reunir, após eventos mundiais calamitosos, organismos internacionais como FAO, OMS, ICSU e OEA (respectivamente *Food and Agriculture Organization, Organization Mundial Health, International Council for Science, Organization of American States*). Ao mesmo tempo é considerado um evento de grandes repercussões por ocorrer no período do pós II Guerra Mundial.

O interesse de Rachel Carson pelos efeitos do DDT surgiu em 1945, quando trabalhava para o Serviço de Peixes e Animais Selvagens dos EUA. O livro *Silent Spring*[36] não foi, em absoluto, a primeira advertência pública sobre o impacto ambiental causado pelos pesticidas persistentes; mas, certamente, uma obra de alcance internacional para análise sobre problemas ambientais. Tais prognósticos haviam sido feitos em 1945 (as propriedades inseticidas do DDT foram descobertas

[36]Em português traduzido como Primavera Silenciosa relata a aplicação do DDT: Dicloro-Difenil-TricloroetanoDicloro-Difenil-Tricloroetano. IN: CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia,2010.327pg.

em 1939). Poluente orgânico persistente, economicamente viável para uso industrial, o DDT, antes mesmo que seus efeitos ambientais tivessem sido intensivamente estudados, foi eleito como pesticida universal e tornou-se, dentre os novos pesticidas químicos, o mais utilizado. No final de 1962, *Silent Spring*, vendeu meio milhão de cópias e incitou a criação de um grupo consultivo presidencial sobre pesticidas. Neste mesmo período, temos que mencionar, como um dos fatores favoráveis à construção de um interesse mundial pela questão ambiental, que o mundo já havia assistido, na II Guerra Mundial, aos efeitos do uso de bombas nucleares devido aos episódios de Hiroshima e Nagasaki.

Relembre-se, também, de que provas nucleares e instalações de produção de bombas geraram a chuva radioativa que afetou particularmente a população de Nevada, Novo México e o Estado de Washington entre 1944 e 1946. Este período é considerado o maior da história norte-americana em termos de exposição pública aos elementos radioativos (Martínez Alier, 2007).

Entre os anos de 1930 e 1950, tem-se o uso do *Love Canal*, localizado a oeste de Nova Iorque, como depósito *in natura* de resíduos químicos industriais, o que expôs a população, mais uma vez, à poluição ambiental (Martínez Alier, 2007).

Parece-nos importante mencionar o caso de poluição química em Minamata em 1963, quando a exposição de comunidades à produção química excessiva de mercúrio ocasionou muitas mortes e enfermidades que ultrapassaram gerações, tendo sido dissertadas, em muitos estudos, como as doenças de Minamata. Inúmeras indenizações foram efetuadas, mas milhares de vidas foram ceifadas.

A Conferência da Biosfera realizada em Paris (no ano de 1968), sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi também de grande importância para as questões ambientais. Nela descutiu-se os impactos ambientais causados na biosfera pela ação humana. Seu produto mais importante foi o programa interdisciplinar "O Homem e a Biosfera" que procurou reunir especialistas dos sistemas naturais, a fim de estudarem as consequências das demandas econômicas em tais ambientes[37].

[37]Em Ribeiro, W. (2001:64) "Esta conferência se definiu como um dos encontros onde a ciência é tida como a solução para os problemas ambientais". RIBEIRO, Wagner. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.176pg.

A busca por uma sociedade mais justa, mobilizada e com participação no movimento ambientalista, relaciona-se, para muitos autores, com a data 22 de abril de 1970, o “Dia da Terra”. Isso porque, nesse dia, 20 milhões de pessoas estiveram nas ruas dos Estados Unidos buscando dignidade para a vida e para a proteção ambiental. A partir dessa época, o ambientalismo no país finalmente amadureceu e repercutiu pelo mundo inteiro através das manifestações de rua geradas por este processo.

Neste momento de auge do interesse em proteção do ambiente, surgiu, em paralelo à atuação do Clube de Roma, uma reunião de especialistas com missão de elaborar estudos das tendências dos problemas gerados pela economia que ameaçam a sociedade mundial. As informações obtidas, nesse encontro, alimentaram os grandes eventos internacionais que viriam a acontecer, como o marco das questões ambientais e desenvolvimento humano, denominada Conferência de Estocolmo.

2.2.1 A Conferência de Estocolmo e a Conferência Rio 92

A Conferência de Estocolmo (1972) foi, para a maioria dos autores estudiosos do tema, o acontecimento que mais influiu na evolução do movimento ambientalista internacional. Em primeiro lugar, confirmou a tendência direcionada a uma nova ênfase sobre meio ambiente humano. Observou-se a busca de metas de proteção da natureza e conservação dos recursos naturais, até a visão mais restrita, como o da não utilização dos recursos naturais por parte dos homens, como por exemplo, a leitura da natureza intocável (Martínez Alier, 2007;Diegues 2008).

A presença de Organizações Não Governamentais (ONGs) na Conferência – e a importância que tiveram – marcou o começo de um papel novo e mais persistente para estes grupos diante dos governos e das organizações intergovernamentais. Estocolmo não somente colocou as ONGs nacionais em contato umas com as outras, como também tornou evidente para elas o fato de que enfrentavam problemas comuns que pediam respostas combinadas. Como outros frutos deste encontro, houve a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

(PNUMA) e a abertura de reuniões paralelas que proporcionassem a consolidação das proposições feitas durante a conferência.

O desmatamento, a perda da diversidade genética dos recursos bióticos, a extinção de espécies, a erosão dos solos e a perda da fertilidade das terras, a desertificação, a contaminação química da atmosfera, dos solos e dos recursos hídricos, a produção e a disposição de resíduos tóxicos e lixo radiativo, a chuva ácida gerada pela industrialização e destruição da camada foliar das florestas, o aquecimento global e a rarefação da camada de ozônio ganharam definitivamente espaço público para discussão. Foi quando, pela primeira vez, realmente a comunidade internacional se reuniu para discutir o meio ambiente global e as necessidades de desenvolvimento. Sendo assim, Leff (2001, p.89),

> "Os problemas ambientais tomaram uma primeira importância desde que foram difundidos no mundo por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo em 1972: o desmatamento (...) a produção e disposição de resíduos tóxicos e lixo radioativo".

As ONGs tiveram, de fato, pouca influência na conferência e nem sempre conseguiram concretizar tudo quanto poderiam nos fóruns, mas houve um rápido crescimento do número e da qualidade dessas instituições na década pós Estocolmo, resultado da capacidade em articular informações e de representar a sociedade em suas demandas.

A criação da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) pós Estocolmo, surge como resposta para tentar solucionar a crise ambiental detectada. Com recursos da Fundação Ford, iniciou-se, em 1977, a preparação de uma Estratégia de Conservação Mundial (*WCS – World Conservation Strategy*) concretizada através do documento de política conjunta com UNEP/IUCN/WWF (respectivamente, *United Nations Environment Programme, International Union for Conservation of Nature, World Wide Fund for Nature*). Este documento, finalizado em 1980, objetivou influenciar os governos, órgãos da ONU, organismos intergovernamentais e demais interessados a impulsionar a conquista do desenvolvimento sustentável visando à conservação dos recursos vivos.

Simultaneamente à criação da IUCN, temos, no mundo, a fundação dos “partidos verdes”, que surgiram para desafiar a velha ordem de não preservação dos recursos naturais. O primeiro fundado foi em 1972, na Nova Zelândia e, logo em seguida, na Holanda e na Alemanha. Nesse mesmo momento de contestação de cunho político, temos os nascimentos dos ativistas ambientais não ligados a partidos políticos, apresentando-se em forma de ONGs. Estamos falando do surgimento de grupos como o *Greenpeace* e a WWF.

Em 1987, é publicado o que foi considerado um marco histórico para o ambientalismo mundial, chamado “O Nosso Futuro Comum", mais conhecido como "Relatório Brundtland". Elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - criada pelas Nações Unidas e presidida por Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega na época, tal texto critica as nações desenvolvidas e industrializadas do período que exportam pobreza e poluição para o planeta. Porém, também ressalta a necessária busca de eficiência econômica, com justiça social e harmonia ecológica. Este relatório deixou bem claro sua proposta: a exploração dos recursos naturais, os investimentos econômicos e o desenvolvimento tecnológico não devem comprometer a construção de um futuro justo, seguro e próspero, embasado na responsabilidade comum com o ambiente do planeta. Sendo assim, o prefácio deste relatório abre com as afirmativas de Gro Brundtland,

> Uma agenda global para mudança - foi o que se pediu à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que preparasse. Tratava-se de um apelo urgente da Assembléia Geral das Nações Unidas para: propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante (...) recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento (prefácio do relatório).

Há ainda, neste relatório, o nascimento do conceito de desenvolvimento sustentável (1991, p.46):

> Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.

Todos estes fatos criaram um campo fértil para a concretização da reunião RIO 92, na cidade do Rio de Janeiro (Brasil). A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou RIO 92, realizada em junho de 1992, trouxe delegações nacionais de 178 países, além de ONGs de todo o Mundo. Foi também a primeira reunião internacional a se realizar com a participação de nações do antigo bloco soviético após o fim da Guerra Fria. Temos ainda, nesse evento, as nações africanas, abrangendo o maior número de países que compunham o cenário geopolítico mundial da época. Este encontro foi sucesso também na criação de seus documentos. Como relatou Ribeiro (2001, p.108):

> "O objetivo da CNUMAD foi o estabelecimento de acordos internacionais que mediassem as ações antrópicas no ambiente. Eles trataram das mudanças climáticas globais e do acesso a manutenção da biodiversidade, na forma de Convenções Internacionais. Também foram elaboradas duas declarações : a do Rio, uma carta de princípios pela preservação da vida na Terra ea Declaração das Florestas, que estabelece a intenção de manter as florestas. A *Agenda XXI* , um plano de ação para a virada do século, visando minimizar os problemas ambientais mundiais, também é resultado daquela reunião".

Sendo assim, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorreu a assinatura das Convenções da Biodiversidade e de Mudanças Climáticas. No entanto, outro aspecto de extrema importância para esta tese também é fruto da CNUMAD: a participação da sociedade civil organizada por meio de ONGs. Pela primeira vez, a comunidade internacional ONU, chefes de Estado e ONGs estavam juntos. Tinha-se assim, O Fórum Global 92 ou Fórum das ONGs.

Para Gadotti (2002, p.21),

> O Fórum Global, organizado pela sociedade civil contou com a presença de 10.000 mil representantes de organizações não governamentais (ONGs) das mais variadas áreas de atuação de todo o mundo. Ele se constituiu de um conjunto de eventos que englobou, entre outros, os encontros de mulheres, crianças, jovens, índios. Nesse fórum, foi elaborada a primeira minuta da "Carta da Terra", conclamando todos os participantes a adotar o seu espírito e os seus princípios, em termos, individual e social, e através das ações concretas das ONGs signatárias.

E, com Ribeiro (2001, p.108),

> Outro dado importante a ser considerado foi a participação da sociedade civil organizada por meio das ONGs - pela primeira vez na história da ONU em uma reunião envolvendo Chefes de Estado. A influência deste segmento foi importante, como reconheceram alguns diplomatas, pois a pressão das ONGs resultou na inclusão de alguns temas na pauta de negociações.

Todos estes instrumentos enfatizam o conceito de desenvolvimento sustentável em seus textos. Entretanto, para realmente fazer com que os países não somente assinassem os documentos redigidos nesse encontro, como também fosse mais além, como fazer a internalização na escala nacional destes instrumentos, tornava-se necessário definir agendas nacionais. Cada país saiu da conferência do RIO 92 com esta missão, considerando suas realidades, e em busca do desenvolvimento sustentável[38].

[38]Na Agenda 21 alguns capítulos merecem lembrete. O capítulo 21, seção II, em que "a saúde e a qualidade de vida e o potencial de desenvolvimento são afetados pelo manejo inadequado de sobras sólidas. (...) A reciclagem e a reutilização tornam-se atraentes porque os locais de depósito estão se esgotando ou sendo fechados". E o capítulo 27- Uma parceria social para o desenvolvimento sustentável- em que "As ONGs desempenham papel essencial no processo de participação democrática e são especializadas em diversos campos importantes para o desenvolvimento sustentável. O sistema das Nações Unidas e os governos devem fortalecer mecanismos que envolvem as organizações não governamentais no processo decisório". IN: GRUPO DE TRABALHO DA CONFERÊNCIA RIO+10. *AGENDA21*, 2002. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao-/Rio10/Riomaisdez/index.php.9.html>. Acesso em: 14.04.2012.

2.2.2 Depois da Conferência Rio 92 aos dias atuais

Assim, temos como premissa da Ordem Ambiental Internacional (Ribeiro, 2001), depois da conferência RIO 92, o desafio de regular a ação humana no planeta. Junto com esta Ordem Ambiental Internacional inicialmente instituída, tinha-se o desafio da construção e aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável. É necessário, portanto, aqui neste trabalho, elaborar um breve resgate deste conceito.

Em Sachs tem-se uma definição de desenvolvimento sustentável. Segundo ele, durante as três décadas que separam os eventos "Conferência de Estocolmo" e a "Cúpula de Johanesburgo" este conceito foi refinado levando a importantes avanços epistemológicos sobre o mesmo. Sendo assim em Sachs (2009, p.36),

> O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidades social e ambiental e de viabilidade econômica.

Dentre todas as dimensões que comportam para Sachs o desenvolvimento sustentável (cultural, econômica, política, ambiental, distribuição territorial e a dimensão internacional), a que mais prevalece é a dimensão social. Sendo assim, Sachs (2009, p.71):

> "Algumas palavras sobre sustentabilidade cabem aqui. Muitas vezes, o termo é utilizado para expressar a sustentabilidade ambiental. Creio, no entanto, que este conceito tem diversas outras dimensões (...) a sustentabilidade social vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental".

Em Leff (2001) também se encontra uma importante definição para o desenvolvimento sustentável. Para ele este conceito responde a impasses de ordem econômica diante da premissa de manutenção da condição de sobrevivência humana. Para ele, solidifica-se com a evolução e a aplicação do desenvolvimento sustentável o desenvolvimento duradouro e o questionamento das bases de produção da sociedade atual.

Sendo assim, Leff (2001, p.15):

> "O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza".

No entanto, concordamos com Veiga, quando ousa em afirmar da dificuldade de se construir o conceito de desenvolvimento sustentável e a banalização realizada por muitos atores da Ordem Ambiental Internacional com o conceito. Para ele noções importantíssimas como esta podem jamais ter definições suficientemente claras para que seu sentido venha a ser aceito por largo consenso, mas também não impede um menor acordo quando realizar-se sua definição. Para ele o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não foi totalmente dissecado. Sendo assim Veiga (2005, p.208):

> "(...) em meio a tantas linhas especulativas, o que parece se destacar é uma forte visão convergente de que as sociedades industriais estão entrando em uma nova fase de sua evolução. E que essa transição será tão significativa quanto aquela que tirou as sociedades europeias da ordem social agrária e levou-as à ordem social industrial. Ao mesmo tempo, as diversas versões sobre o desenvolvimento sustentável parecem estar muito longe de delinear, de fato, o surgimento dessa nova utopia de entrada no terceiro milênio. Este é um enigma que continua à espera de um Édipo que o desvende".

Devidamente dimensionado o conceito de desenvolvimento sustentável com suas implicações de definições para este trabalho, simultaneamente, os grandes fóruns ambientais internacionais avançam. A Conferência Rio + 10 - Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) reafirmou por parte dos países e formadores de opinião a preocupação tanto com as questões ambientais, quanto em assegurar a perpetuação da vida humana no planeta. A citação abaixo fundamenta nossa observação. Sendo assim, (2002, pg.1)

> Nós, os Chefes de Estado ou de Governos, reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 10 em Johanesburgo, África do Sul de 26

> de agosto a 4 de setembro de 2002, reafirmamos o nosso compromisso de conquistar o desenvolvimento sustentável, da mesma forma que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento o fez no Rio de Janeiro, dez anos atrás. Estamos convencidos de que as medidas drásticas e renovadas se fazem necessárias e de que deverão fazer parte de um compromisso assumido por todos os países, num espírito de solidariedade internacional, de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável[39].

A Conferência Rio + 10 manteve o espaço das ONGs e como resultados prósperos do encontro entre as 737 organizações não governamentais tem-se o documento de plataforma política destes grupos perante as questões de fome, emprego, impactos ambientais e as possibilidades de desenvolvimento sustentável[40].

Nos textos produzidos nos outros encontros da conferência, há a reafirmação da importância de parcerias com ONGs que promovam fundamentalmente trabalhos voltados ao protagonismo das comunidades. Sendo assim, (2002:21)

> "g) Apoiar a atual contribuição voluntária das ONGs, da comunidade científica e de outros parceiros na gestão dos desastres naturais, de acordo com as diretrizes acordadas[41]".

A tradição dos eventos mundiais é mantida e neste contexto formula-se a Rio+ 20. O fórum das ONGs tem espaço consolidado neste evento e com provocativas bem interessantes com relação aos marcos de discussão propostos para este fórum. O relatório "*A just and fair green economy" do* posicionamento do *Greenpeace*, uma das expressões mais influentes entre as ONGs, para o fórum

[39]Texto original em inglês. IN:GRUPO DE TRABALHO DA CONFERÊNCIA RIO+10. *DRAFT POLITICAL DECLARATION SUBMITEED BY THE PRESIDENT OF THE SUMMIT: Johannesburg*, 2002.Disponível em: <http://www.contenderministries.org/UN/SDdocs/draftpoliticaldeclaration.pdf>. Acesso em: 27.11.2009.

[40]GRUPO DE TRABALHO DA CONFERÊNCIA RIO+10. *Lista de organizações não governamentais participantes do Fórum das ONGs*, 2002. Disponível em: < http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/documentos/1741-listaongs.pdf.154.pdf>. Acesso em: 17.04.2012.

[41]IN: CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: *Plano de implementação -1759*, 2002. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.9.html>. Acesso em: 13.08.2009.

diante da Economia Verde é desafiador[42]. De forma clara, demonstra o posicionamento da entidade contrária ao conceito organizado para a Conferência Rio + 20 do significado da "Economia Verde" rechaçando os relatórios produzidos para o evento. Sendo assim, Crespo (2012, p.1)

> *"Almost twenty years after the Earth Summit in Rio de Janeiro we face a paradox: We know solutions are available and affordable, that investments in clean technologies are rising, that deforestation can be stopped, and food provided for all if governments have the will. We also know development in both North and South remains deeply unsustainable"*.

Os eventos mundiais, aqui relembrados, abriram um campo heterogêneo de perspectivas, marcados pela gama de interesses em torno de um único objetivo: a continuidade do processo de apropriação do meio ambiente. Nos países do Norte, suas preocupações se concentram nos problemas ambientais globais que, rompendo o equilíbrio dinâmico do ambiente, colocam em perigo a dinâmica atual do sistema econômico. Nos países do Sul, a busca é pela proteção de seus recursos naturais e de suas populações locais envolvidas com estes recursos. Tanto nos países do Norte ou Sul têm-se atores adicionais reivindicando seus ideais como, por exemplo, as ONGs, foco de análise neste trabalho.

Estes eventos, periodizados neste trabalho, construíram também tal como Ribeiro (2001) alertou, a Ordem Ambiental Internacional, definida pelo autor, como medida para regular a ação humana, normas que estabelecem limites para a intervenção humana. Por se tratar de uma ordem ambiental internacional, entende-se como aquela que é elaborada para restringir a ação humana no ambiente, seja ela natural ou não, e em escala mundial. A possibilidade de escassez dos recursos naturais e as evidências da intensa degradação ambiental, perceptíveis por todo o mundo, mobilizaram a comunidade internacional para ações pontuais sobre o tema.

Esta Ordem Ambiental abriga inúmeros atores que se solidarizam para se contrapor aos problemas ambientais. Podemos aqui destacar a ação dos Estados-

---

[42]*GREENPEACE*. *A Just and Fair Green Economy: Report GREENPEACE,* 2012. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/international/PageFiles/358991/rio2012expectations.pdf>. Acesso em: 09.02.2012

Nações, sociedade civil organizada, organizações internacionais ambientais, empresas privadas, instituições nacionais ou supranacionais e, por fim, as organizações não governamentais nacionais e/ou internacionais que formulam parcerias, estabelecem, em conjunto, arcabouços jurídicos nacionais e internacionais, informam populações em diversas partes do Mundo sobre as possibilidades de proteção ao ambiente ou a degradação do mesmo. Juntos, até onde lhes convém, denunciam, solidarizam e hostilizam práticas ambientais e constroem, deste modo, a Ordem Ambiental Internacional com suas conexões em redes de informação e trabalhos.

Acselrad (2010) alerta, também, para a mobilização dos atores diante de injustiças ambientais como resultado da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penalizam as condições de saúde da população trabalhadora, que mora em bairros pobres e é excluída dos grandes projetos de desenvolvimento. Essa é uma lógica que mantém grande parte da população, às margens das cidades e da cidadania, sem água potável, coleta adequada de lixo e tratamento de esgoto. Uma lógica que permite que grandes empresas lucrem com a imposição de riscos ambientais e sanitários aos grupos que, embora majoritários, por serem pobres, têm menos força para serem na sociedade, e, sobretudo, nas esferas do poder. As lutas ambientais, nos dias atuais, buscam certamente a qualidade do meio ambiente e preservação dos recursos, mas também, a inclusão social e a diminuição das desigualdades do sistema. Cabe aqui relembrar Martínez Alier (2001, p.238) quando diz que “os movimentos sociais crescem como resposta à percepção das externalidades negativas”.

O movimento ambiental, ao longo deste Capítulo, define-se com suas atuações, cujo os estímulos e as respostas, frequentemente, diferenciaram-se, mas um certo número de objetivos teve de ser atingido antes que um movimento mais vasto pudesse emergir: o progresso da pesquisa científica; um crescimento da mobilidade pessoal; a intensificação da indústria; a disseminação dos assentamentos humanos; mudanças mais amplas nas relações sociais e econômicas; somando a tudo isto a degradação dos recursos naturais e dos ambientes.

De forma própria e pela dissonância criativa de suas múltiplas vozes, o ambientalismo também lança seus desafios à desordem ecológica global, ou seja, o risco de suicídio ecológico, provocado pelo desenvolvimento desenfreado e pelo desencadeamento de forças tecnológicas sem precedentes, sem que o desenvolvimento sustentável, em sua totalidade, tenha sido contemplado.

Ambientalismo surge então como voz de protesto. Nesta perspectiva, o movimento ambientalista traz em seu discurso mudanças concretas em relação ao desenvolvimento sustentável (Leis & Amato, 1994) e se apresenta, sim, como possível porta-voz das comunidades mais agredidas pela poluição, com infraestrutura desintegrada, ausência de investimentos econômicos, sistemas de habitação e saúde precários, escolas inadequadas, desemprego crônico, acúmulo de resíduos, ausência de saneamento, alta pobreza. Talvez este seja o caminho para o fim do silêncio de comunidades afetadas por esta injustiça ambiental deste século. Sendo assim, como afirma Bocuhy (2004, p.283): "O Brasil paga hoje um alto custo pelo manto de silêncio que paira sobre os episódios de contaminação humana".

Viola e Leis (1998) nos relatam que um dos pontos positivos do movimento ambientalista seria justamente a definição de *networking* internacional nos mais diversos níveis de ação. Este movimento ambientalista em suas diversas formas e aqui neste trabalho, compreendida por organizações não governamentais, pode criar uma teia de relações transnacionais e uma voz para a maior parcela da sociedade mundial em suas demandas.

As ONGs são, cada vez mais, reconhecidas como ferramentas interessantes para a execução de projetos com obtenção de bons resultados em busca do tão sonhado desenvolvimento sustentável. Elas se multiplicaram pelo mundo, assim como o movimento ambientalista, e mostraram sua força política e econômica nos grandes fóruns mundiais. Elas são os novos atores na ordem ambiental internacional. Sendo assim, para Gadotti (2002, p.26):

> "As ONGs foram consideradas na Conferência da ONU como "olhos da população" ou, ainda, como interlocutoras obrigatórias entre governos dos países pobres e as instituições financiadoras dos países ricos."

Castells (1999) detecta os movimentos sociais como formas de organização e intervenção descentralizada e integrada em redes, característica dos novos movimentos sociais, refletindo a lógica de dominação da formação de redes na sociedade informacional e reagindo a ela. Claramente este seria para ele o movimento ambientalista, utilizando as redes nacionais e internacionais de atividade descentralizada como fio condutor. Assim, Castells (1999, p.412) afirma que,

> Um novo mundo está tomando forma neste fim de milênio. Originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos independentes: a revolução da tecnologia da informação, crise econômica do capitalismo e do Estatismo e a consequente reestruturação de ambos, e o apogeu de movimentos sociais culturais, tais como: liberalismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. As interações entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante: a sociedade em rede, uma nova economia, a economia da informacional/global e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa cultura esta subjacente à ação e as instituições sociais em um mundo interdependente.

Leff (1998) confirma o pensamento atual em relação ao movimento ambientalista. Em seu estudo sobre o movimento na América Latina, ressaltou que o ambientalismo se inscreve em um processo de resignificação do Mundo atual, e nesse sentido, propõe um novo projeto de civilização que implica a construção de uma nova racionalidade produtiva e uma nova cultura.

Para o leitor cabe aqui informar que cada ator do ambientalismo tem traços comuns com os demais atores que o compõe, bem como, traços totalmente divergentes. Este mosaico de diferenças e semelhanças é o que permite concretizar um cenário fértil no campo dos grandes fóruns ambientalistas mundiais para a resolução de impasses presentes na sociedade. Os pontos convergentes permitem que vários interlocutores como organizações não governamentais, Estados Nacionais, sociedade civil e outros atores possam se reunir em arenas de discussão ambiental para articular e criar respostas aos problemas ambientais. Os pontos divergentes levam também ao mesmo direcionamento, mas não necessariamente com a mesma sinergia positiva quando todos os atores cooperam.

Neste cenário, as ONGs apresentam-se por meio de seus relatórios em pré-reuniões, nas reuniões paralelas, campanhas de protesto demonstrando sua identidade e contribuições propostas para a sociedade civil.

Assim o movimento ambientalista segue com sua característica mais interessante: a possibilidade multiespectral de sua composição e atuação. Composição por permitir que movimentos dos mais diversificados como grupos de proteção aos direitos dos animais, ONGs de proteção à biodiversidade, possam ser definidas como integrantes do movimento ambientalista. Atuação por defenderem suas intenções diante do desenvolvimento sustentável ou do socioambientalismo. Como afirmou Ribeiro (2010, p.11) "o socioambientalismo surgiu da reunião de movimentos sociais e do movimento ambientalista". Ou seja, as ONGs são entendidas nesse trabalho como articuladoras de questões sociais e ambientais, o que no caso da coleta seletiva de materiais reciclados é fundamental.

2.3 O movimento ambientalista no Brasil

Jacobi (2003) relata a emergência do ambientalismo no Brasil em três partes: o nascimento deste fenômeno a partir da década de 1970, a multiplicação de atores envolvidos na questão a partir da década de 1980 e a situação atual iniciada ao final dos anos 1990. O pesquisador nos relembra da década de 1980 em que as lutas que representam marcos da ação ambientalista no Brasil crescem, à medida que indicam início de questionamentos de políticas de governo pela comunidade científica e organizações ambientalistas. O engajamento da Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC) no movimento antinuclear e no movimento que denuncia a degradação ambiental do município de Cubatão na Baixada Santista é um fator que agrega legitimidade e potencializa protestos e mobilização da opinião pública no País.

Neste momento histórico surge a primeira rede de ONGs, a Associação Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA) criada com a missão de congregar as organizações não governamentais por meio de redes. O primeiro ponto desta rede surgiu em São Paulo e espalhou-se pelo Brasil. Para Carvalho (2001, p.7),

> Apesar da diversidade e de todas as tensões que envolviam a complexa concentração entre as entidades, houve no período preparatório da ECO-92, uma grande sensibilização para a internalização da "variável" ambiental pelos diversos atores e segmentos sociais. A capacidade de convocação do Fórum é uma expressão disto. Foi também neste período que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) Nacional institui um Departamento de Meio Ambiente e contrata um ambientalista que militava na Associação Permanente de Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA) São Paulo para assumir este departamento e representá-la junto ao *Fórum* das ONGs. Muitos movimentos não ambientais passam a identificar-se com o *Fórum* e declarar seu "perfil ambiental", identificando uma dimensão ambiental em suas agendas, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conselho Missionário Indígena (CIMI), CUT, entre outros. Neste momento houve tanto um alargamento do ambiental quanto uma ambientalização de lutas sociais diversas.

Gonçalves (1996) relata que as questões ambientais começam a ser objeto de reflexões na esfera mundial em 1960. Junto com movimentos sociais dos mais diversos, tais como: negros, mulheres, indígenas; o movimento ambientalista, também, expõe suas intenções. No Brasil, o movimento ambientalista terá sua primeira manifestação para ele em 1970 dentro do período militar. Sendo assim, o Estado Brasileiro criará organismos ambientais para impedir que o ambientalismo nascente no País ganhe forças com os movimentos contra ditatoriais.

Scherer-Warren (1993) associou o movimento ambientalista brasileiro como novas articulações dos movimentos sociais em luta pela sobrevivência e defesa da natureza analisando o movimento contra as barragens, movimento indígena e movimento dos seringueiros.

Viola (2002) argumenta que a inserção do Brasil para as questões ambientalistas surge embrionária a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, culminando nos dias atuais com diversos atores interagindo de maneira positiva quando buscam, por exemplo, a atividade industrial menos poluente e de forma negativa quando associados a correntes radicais do fenômeno ambientalista mundial que preconiza a relação com o meio ambiente de forma romântica. No entanto, foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) que obrigou atores a se situarem num espaço multissetorial levando sua reflexão e prática em direção ao desenvolvimento

sustentável, o que muda o conteúdo, diminuindo significativamente o discurso que falava em proteção ambiental de forma isolada, sendo substituído por um que advoga a necessidade de pensar nas relações entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, como eixos de convergência da relação entre sociedade e Estado.

Crespo (2002) afirma que o período da Conferência Rio 92 foi o mais próspero para o início da mudança de mentalidade do movimento ambientalista no Brasil através da busca de realmente expressar as necessidades em relação ao tema da sociedade brasileira como um todo, afinidade com o discurso das práticas ambientais e ao mesmo tempo o início da estruturação de um corpo de trabalho para o tema.

No entanto, torna-se como que universalmente aceito pelos estudiosos do movimento ambientalista, que a relação entre movimento ambientalista e as questões ambientais no Brasil ganharam importância relevante a partir da realização no Rio de Janeiro da Conferência da ONU em 1992, que originou uma nova instância de articulação – o Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Este evento provocou um fenômeno para a prática da discussão da temática.

A temática ambientalista atrelada ora às atividades das ONGs e ora atrelada aos movimentos sociais no Brasil mescla-se em situações de profissionalismo e amadorismo, informalismo e institucionalização de suas atividades e projetos. Esta situação, segundo Acselrad (2010, p.105) modifica-se a partir de 1990,

> A literatura corrente assinala uma importante mudança verificada no ambientalismo brasileiro nos anos 1990, com a diferenciação interna operada por um movimento de institucionalização. Assinala-se terem surgido, no período, organizações com corpo técnico e administrativo profissionalizado e com capacidade sistemática de captar recursos financeiros, abrindo-se na ocasião um debate em torno da definição “identitária” daqueles que reinvindicam como parte do movimento ambientalista.

Como exemplo prático deste processo, parte das entidades dedicou-se a atuar diretamente no domínio gestionário-administrativo, servindo os aparatos burocráticos do "setor ambiental dos governos" e fornecendo informação, perícia

técnica ou mediação de conflitos. Voltaram-se, assim, fortemente para o Estado, eventualmente buscando ocupar espaço nas representações reservadas à "sociedade civil" nos órgãos consultivos de política ambiental, ou para o mercado, fornecendo soluções discursivas, mediação e legitimação ao processo de "ambientalização" de empresas (Acselrad, 2010). Neste caminho, o movimento ambientalista no Brasil, particularmente os atores denominados ONGs, em seus discursos atuam com setor privado, governos, sociedade civil, universidades ao mesmo tempo.

Assim como vemos relatado por Viola (1996), o ambientalismo brasileiro surge com a formação de novas forças sociopolíticas transnacionais – como produto destas três décadas de preocupação pública com a deterioração ambiental. As ONGs são uma das formas. Sendo assim Viola (1996, p.28):

> "Emergem e desenvolvem-se: 1- organizações não governamentais; 2- agências estatais (de nível federal, estadual e municipal) encarregadas de proteger o meio ambiente; 3- grupos e instituições de pesquisa; 4- um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseado na eficiência no uso dos materiais, na conservação da energia, na redução da poluição, no *ecodesign*[43] e na qualidade total; 5- um mercado consumidor verde; 6- redes multissetoriais que estabelecem e certificam o caráter sustentável dos processos de produção, de transporte e o ciclo de vida dos produtos, como as normatizações; 7- agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais".

Ferreira (1999) nos leva a pensar que o movimento ambientalista no Brasil, depois da Conferência Rio 92, reafirmada cinco anos depois, como a opção pela

[43]Para Roberto Naime, o conceito de *ECODESIGN*, ou ECODESENHO (traduzindo para o português), ou ainda DESENHO ECOLÓGICO tem como objetivo a concepção de produtos que sejam mais respeitosos e compatibilizados com o meio ambiente, ou seja, que causem o menor impacto ambiental negativo possível. O objetivo é a concepção de produtos que produzam impactos positivos. NAIME, Roberto. Noções de *Ecodesign*, 2010. Disponível em:<http://sanambiental.blogspot.com.br/2010/06/nocoes-de-ecodesign.html >. Acesso em: 10.04.2012. Ainda temos outra concepção de *Ecodesign*, com Loschiavo, ligada a expressão cultural quando vemos as embalagens serem utilizadas pelas classes mais pobres como reutilização em diversos fins. Deste modo temos dois grandes caminhos para o *Ecodesign* um voltado para as classes ricas e outro para as classes pobres. LOSCHIAVO, M. A Bahia e o Design. *Revista Design em Foco.* 2004, Disponível em: <http://www.closchiavo.pro.br/site/pdfs/revista_design_em_foco.pdf>. Acesso em: 6.10.2010.

democracia ambiental que ganhou espaço oficial. Inicia-se aqui para autora a institucionalização do movimento ambientalista e o caminho para a profissionalização do setor através de ONGs muitas vezes. Este movimento de profissionalização é visto por Jacobi (2003) como a "junção dos projetos sociais já amplamente reivindicados por movimentos sociais, com a questão ambiental, fruto de uma tendência estadunidense em relação ao tema". Neste momento, segundo o pesquisador, vemos surgir o conceito de organizações não governamentais socioambientalistas.

Herculano (2004) reforça que o ambientalismo brasileiro, além disso, tem um grande potencial para se renovar e expandir seu alcance social, na medida em que se associa e se solidariza com massas pobres e marginalizadas, que vêm se mobilizando em favor de seus direitos. Os movimentos sindicais, sociais, populares, entre outros, podem também contribuir para renovar e ampliar o alcance de sua luta se nela introduzirem a questão ambiental.

No Brasil, o nascimento da organização socioambiental "Compromisso Empresarial Para Reciclagem" (CEMPRE BRASIL) no Fórum Mundial das ONGs na Conferência RIO 92 nos direciona para as perspectivas que confirmam os pesquisadores do movimento ambientalista no País mencionados até então. A CNUMAD não foi somente um marco para o movimento ambientalista no Brasil, mas, também, marco para a consolidação na arenas relacionadas ao meio ambiente da presença das ONGs, traduzidas em 1992 pelo Fórum Mundial das ONGs. Além disso, como já mencionamos no início deste parágrafo, a organização não governamental CEMPRE BRASIL foi concebida pelos seus primeiros idealizadores neste Fórum das ONGs. Foi na CNUMAD o ponto inicial de todo o processo que futuramente seria a organização não governamental internacional socioambiental GARSD. As sementes dos ideais de constituição de uma alternativa para a diminuição do uso dos recursos naturais por meio do estímulo da reciclagem e da coleta seletiva definidas como premissas para o CEMPRE BRASIL que nascia neste fórum, ecoaram deste evento traduzindo–se na jornada de 20 anos e no nascimento da organização GARSD. Ali era o ínicio da afirmativa socioambiental para a questão dos resíduos sólidos com escalas internacionais.

Ao final deste Capítulo é importante rever a seguinte reflexão: as Organizações Não Governamentais (ONGs), inquestionavelmente, atuaram e continuarão atuando em fóruns nacionais e internacionais relacionados a questão ambiental, bem como, em agendas associadas à questão econômica e em agendas nacionais e internacionais, buscam o desenvolvimento sustentável, em prol de causas humanitárias e em prol do socioambientalismo, pois estes atores são dotados deste plurarismo em sua identidade. Para alcançarem as suas aspirações, articulam, reinvindicam, protestam, silenciam, ridiculaziram, espetacularizam, militam e constroem redes – da esfera local a global.

A multiescalaridade é um álibi para desempenhar a construção de alianças que podem ser com agências governamentais, organizações de base, organizações internacionais de financiamento, Estados Nacionais, setor privado e outros atores com os quais convier. Estas alianças, dependendo do objetivo, podem ser de cooperação ou de conflito.

3. As redes de Organizações Não Governamentais Ambientais

A palavra “rede” ao longo da história das civilizações recebe inúmeros significados que partem de uma definição de verbete até as definições mais abstratas quando relacionadas a temas sociais.

Para a informática, por exemplo, uma rede de computadores consiste em dois ou mais computadores e outros dispositivos ligados entre si de modo a poderem compartilhar recursos físicos, lógicos que podem ser desde mensagens, impressoras, dados e entre outros.

Para uma definição associada à linguagem, o dicionário Aurélio (2012, p. 1466) possui a definição relacionada à palavra rede:

> “Tecido de malha com aberturas regulares. É feita pelo entrelaçamento de fibras que são ligadas por nós ou entrelaçadas nos pontos de cruzamento. As redes podem ser feitas de algodão, náilon ou outras fibras. A rede de trançado simples é mais comum, mas a rede de trançado duplo é mais resistente[44]”.

Contudo esta definição apresentada no dicionário destina-se a aplicações restritas, já presumivelmente pré-históricas e artesanais, quer de caça ou pesca para fins de apresamento ou retenção do animal desejado.

A definição de rede incorporou outras definições e passou a abarcar a ideia de quantidade de pontos concretos ou abstratos interligados por relações diversas. Este fenômeno ocorreu porque as redes passaram também a serem utilizadas em outras atividades, como por exemplo, navegação, construção e espaço aéreo. Deste modo, seus conceitos se sofisticaram, ampliaram-se e foram empregados por um vasto leque de ciências que vão desde a Sociologia, Informática, Biologia, Engenharia e também a Geografia.

[44]Dicionário Aurélio *on-line,* 2012. Disponível em <http://www.dicio.com.br/rede/>. Acesso em: 11.04.2012.

Partindo destes exemplos surge a construção do Capítulo III: discorrer sobre o conceito de rede, com especial interesse à ciência geográfica, a fim de alertar a importância deste conceito para análise da organização não governamental socioambiental internacional "*Global Alliance for Recycling and Sustainable Development"* (GARSD). O discurso da reciclagem defendido neste Capítulo encontra sua sustentação e proliferação por meio do trabalho em rede, juntamente com a cooperação internacional.

3.1 O conceito de rede

Existem muitos conceitos de rede, dos mais abrangentes aos mais restritivos. Há quem entenda que rede é vida, ou seja, tudo que acontece na vida se dá em rede, pois todas as coisas se inter-relacionam (Capra, 1996). Outros a entendem como o conjunto de relações interpessoais não necessariamente conectadas de forma consciente (Faria e Teixeira, 2000) ou voltadas para um objetivo comum (Lopes e Moraes, 2000).

Para Castells (1999, p.566), que analisa a rede sob a ótica da sociedade da informação e da conectividade virtual, ela é:

> "Um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede de fluxos financeiros globais, são conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia. São campos de coca e papoula (...) e instituições financeiras de lavagem de dinheiro na rede de tráfico de drogas".

Esta conectividade virtual[45], mencionada por Castells, seria resultado de novas formas de organização.

[45]CASTELLS, Manuel. (1999:163) "Os sites *World Wide Web* estão se tornando pontos de encontro para os ambientalistas em todo o mundo, como no caso dos sites criados em 1996 por organizações como o *Conservation International* e a *Rainforest Action Network* em defesa da causa dos povos indígenas nas florestas tropicais. A *Food First*, uma organização baseada na Califórnia conectou-se a uma rede de grupos ambientalistas sediados em países em desenvolvimento, para discutir a relação entre as questões ambientais e a miséria. Assim, por meio da Internet, teve condições de coordenar suas ações com a *Global South* uma organização sediada na Tailândia que fornece informações a partir da perspectiva ambiental da Ásia recém-industrializada. Mediante o acesso a essas redes, grupos locais, em todo o mundo, passaram a ter condições de agir de forma global, exatamente no mesmo nível em que surgem os principais problemas relativos ao meio ambiente". IN: CASTELLS, Manuel. *A*

Sendo assim, Castells (1999, p.412) revela:

> "Um novo mundo esta tomando forma neste fim de milênio. Originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos independentes: a própria revolução da tecnologia da informação; uma nova crise econômica do capitalismo e do Estatismo, bem como a consequente reestruturação de ambos; e o apogeu de movimentos sociais culturais, tais como: liberalismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. As interações entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa cultura está subjacente à ação e às instituições sociais em um mundo interdependente".

Turk (2002) no universo das redes associadas ao voluntariado e ao campo de assistência social trabalha com as redes relembrando as dimensões políticas e culturais de seus atores. Para ela (2002, p.25),

> A rede é uma articulação de atores em torno, vamos nos expressar assim, de uma questão disputada, ao mesmo tempo, política e social, profundamente complexa a processualmente dialética. Trabalhar em rede é muito mais difícil do que empreender a mudança de comportamento (...). É a superação do voluntarismo e do determinismo, da impotência diante da estrutura e da onipotência da crença em que tudo poder mudar. Na intervenção das redes, o profissional não se vê nem impotente nem onipotente, mas como um sujeito inserido nas relações sociais para fortalecer, a partir das suas questões históricas e das suas relações particulares, as relações destes mesmos sujeitos para ampliação de seu poder, saber e de seus capitais.

Whitaker (2006), em uma definição mais restritiva e voltada para as redes formadas por indivíduos, ONGs, empresas e/ou repartições públicas, que de alguma forma se vinculam em torno de valores ou de uma causa em prol do interesse público ou da comunidade, destaca a horizontalidade na rede, defendendo que o conjunto resultante é como uma malha de múltiplos

---

sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, Vol. 1,1999. 617pg.

fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado ponto principal ou central, nem representante dos demais. Para ele, são elementos fundamentais para a configuração de uma rede social: a democracia, a circulação de informação, a não representação e a participação livre.

Inoue ao analisar o regime global de biodiversidade realiza a análise do conceito de redes. Sendo assim, Inoue (2007, p.82),

> (...) considera redes como formações sociopolíticas com hierarquias flexíveis, que não possuem centro e sim, pontos focais, que envolvem atores da sociedade civil (indivíduos, grupos, ONGs e comunidade científica), do mercado e do Estado, que se relacionam sem levar em conta fronteiras geográficas ou geopolíticas. Suas bases não são territoriais e seus eixos de identificação coletiva não estão relacionados aos conceitos de classe ou nacionalidade.

No entanto, o conceito de rede, associado ao corpo de discussão da Geografia foi abordado em inúmeras análises. Geiger (1963) relata a importância no estudo das cidades em debruçar o olhar sobre as redes para compreender a evolução urbana no Brasil. Para ele, o crescimento e a estagnação das cidades podem ser mais bem entendidos ao incorporar as redes existentes entre e dentro dos centros urbanos.

Raffestin (1993), em a "Geografia do Poder", apresenta o conceito de rede ligado ao território e relacionado à ótica de um ou mais grupos sociais a que está a servir. Para ele (1993, p.45),

> Os atores que em função de suas finalidades combinam energia e informação, segundo uma ou várias estratégias, não agem fora de um contexto social, que compreende um modo de produção, um modo de conhecimento, um modelo cultural, um modelo político.

Ainda com ele também se tem as redes adaptadas às variações do espaço e às mudanças advindas do tempo. São móveis e inacabadas, num movimento longe de ser concluído. Para Raffestin (1993, p.39; 204),

> Domesticar é, portanto, encerrar em uma rede, numa malha em que todas as partes estão debaixo do olhar (...). As redes fazem e desfazem as prisões do espaço

> tornado território: tanto libera como aprisiona, pois ela seria um instrumento para a obtenção do poder.

Claval (1982) ilustra o papel da rede também como instrumento de poder com sua afirmação: os poderes centrais se dedicam agora mais à mobilidade das ideias e das ordens. Deste modo, para Claval (1982, p.57),

> *El sistema político que estructura y domina a las sociedades no puede querdarse en el vacío, sin contacto con la población, sin capacidad para resolver sus problemas (...) sus relaciones con las redes donde se intercambian las noticias deben ser constantes y estrechas*.

Dias (1995) atenta para o estudo novamente das redes como fruto da produção de novas complexidades produzidas ao longo do século XX, que redesenharam o mapa do mundo com processos de múltiplas ordens, tais como: a integração financeira e a integração da informação. Esses processos necessitaram de estratégias de circulação e de comunicação, duas faces da mobilidade a qual pressupõe a existência de redes, uma forma singular de organização. Sendo assim, Dias (1995, p.147) relata:

> "(...) as qualidades e instantaneidade e de simultaneidade das redes de informação emergiram mediante a produção de novas complexidades no processo histórico. Muitas são as complexidades produzidas ao longo do século 20 que redesenharam o mapa do mundo, dos países e das regiões. (...) A densificação das redes – internas a uma organização ou compartilhadas entre diversos parceiros – regionais, nacionais ou internacionais, surge como condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas."

Haesbaert (2002) também nos apresenta a noção de rede no conceito geográfico, quando parte do pressuposto de que uma análise interessante seria a observação da rede enquanto fortalecedora de determinados territórios ou, em outras palavras, como um elemento do território. Para ele (2002, p.124),

> Assim dependendo da escala geográfica e da corrente da geografia da qual estamos trabalhando, estaremos ora percebendo mais os territórios, ora as redes que os conectam, ou que as compõem.

Ainda com o mesmo autor, somos desafiados a olhar para as redes como novas formas de se viver nos dias atuais. Para ele (2004, p.280),

> Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós – moderna, onde controlar o espaço indispensável a nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir fronteiras, mas, sobretudo, viver em redes, em que nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas também na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar hoje significa também construir e/ou controlar fluxos e redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento.

Correa (2006) alerta para os estudos de rede urbana no Brasil atrelada apenas as práticas de planejamento e evidenciando a importância de análise das redes como reflexo, meio, condição social e parte integrante da sociedade e de seu movimento. A partir do estudo das redes bancárias e das redes de multinacionais no Brasil, o geógrafo fundamenta a importância desta perspectiva no universo geográfico.

Contel (2007) ao estudar a geografia das redes bancárias no Brasil, contextualiza as redes como fruto de ações humanas que somadas constroem uma concepção de espaço geográfico cheio de intencionalidades. Estas ações humanas são produzidas por atores e as redes servem de mecanismos para o entendimento destas ações bem como o entendimento do que os atores desejam para si na construção destas redes.

Routledge (2007) analisa as redes como possibilidades encontradas por organizações de movimentos sociais, incluindo as organizações não governamentais (ONGs) para fortalecimento de seus discursos e iniciativas. Para ele (2007, p.1),

> *"New forms of political solidarity and consciousness have begun to emerge, as social movements, trade unions, nongovernmental organizations (NGOs), and other organizations increase their spatial reach, constructing networks of support and solidarity for their particular struggles, and by participating with other movements in broad networks to resist neoliberal globalization".*

Barroso (2009) caminha por um conceito de redes como novas formas de organização e articulação territorial, gerando um espaço de fluxos, que se converte em articulações de poder nas dinâmicas territoriais. O território recebe este dinamismo das redes que pode servir como elemento de integração ou de segregação.

Para os fins desta tese, consideram-se redes como formações geopolíticas com hierarquias definidas e flexíveis segundo os interesses dos atores que não possuem centro, mas compartilhamento de poder e que envolve sociedade civil (definidos por indivíduos, movimentos sociais, ONGs, comunidade científica), setor privado e esfera pública, que se relacionam levando em conta diferenças geopolíticas, superadas para que o trabalho em rede, em torno de uma questão comum a todos que procuram soluções, possa alcançar propósitos. Nesta tese, a questão comum aos atores da rede de organização não governamental socioambiental GARSD, traduz-se na busca de soluções e conscientização na escala internacional da gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares. O poder a ser compartilhado neste grupo revela-se em vozes que se direcionam para a gestão dos recursos naturais, compreendidos aqui, não como afirmam alguns estudiosos do enfoque tradicional como as matérias-primas extraídas da natureza, e sim como a segunda natureza, transformada e definida como resíduos.

Partindo de nossa afirmativa de que as redes são frutos de interesses culturais, econômicos, políticos e ambientais, que entendemos por relações geopolíticas, essas possuem concretude no território como resultado de suas ações. Deste modo, para se ter perenidade, necessita-se de horizontalidade, participação, compartilhamento, autonomia e identidade de seus atores. A harmonização desses itens por todos os atores não se traduz em atividade fácil, mas para que possa efetivamente atingir seus desejos precisam de o mínimo de coesão entre esses elementos. Percebem os grupos sociais que, ao trabalharem em redes, obtêm mais poder de voz de suas ações e, por consequência, para nossos estudos, conquistam o poder espacial. Sendo assim para Ferreira (2002, p.4),

> Os objetivos comuns reúnem as ONGs em redes para se solidarizarem, sem perder de vista que elas têm objetivos específicos que as particularizam, e cria um

> universo extremamente diversificado de ONGs (...). A ideia de rede implica admitir a complexidade do social, composto por setores e agrupamentos, campos de múltiplas relações de poder que podem resultar em cooperação ou em conflito.

Concordamos com Castells (1999) quando relata que a sociedade em rede possui suas contradições, conflitos sociais e, em nossa afirmativa, os conflitos geopolíticos, em que temos as relações assimétricas de poder e de recursos naturais entre seus componentes. Todavia, ainda de acordo com o mesmo autor, esses impasses são provocados pelas características da sociedade em rede. Para ele, formas alternativas de organização social é resultado da complexidade deste novo modelo social. Para nós, as ONGs podem ser formas alternativas de organização social.

Partindo dessa perspectiva de poder, mencionando-a como constituinte das redes, Foucault (1975) relata o poder como sinônimo de autoridade presente em todas as partes, em todas as relações. O poder não se possui, exerce-se e não necessariamente pertence a um grupo social, mas pode também estar em um indivíduo ou em vários grupos sociais. Possuí-lo se torna estratégico.

Sendo assim, estas definições aqui relembradas para o conceito de rede tornam-se interessantes para este trabalho a partir do momento em que estar agindo em forma de redes não significa somente maior abrangência de suas ações, mas também a possibilidade de garantir poder e fortalecimento de seus discursos. Estar integrado em redes aumenta a possibilidade de maior empoderamento. Ao mesmo tempo não estar em redes pode ocasionar o efeito reverso: a segregação e o enfraquecimento. Afinal de contas, em relações entre grupos apresentam-se dois caminhos: cooperação e conflito.

3.1.2 A estrutura horizontal das redes

Dabas (2005) relata que a horizontalidade das redes é uma contraposição à estrutura piramidal e às relações tradicionais de poder e representação proposta pela organização da ordem mundial.

Segundo Martinho (2002), uma rede social só pode ser caracterizada como tal se sua configuração for flexível e regida por mecanismos de autorregulação, à maneira dos sistemas adaptativos. Para ele, as redes não têm uma estrutura central de poder, cada ponto que a forma é um centro em potencial e, portanto, um centro de poder. Dessa maneira, a ausência de subordinação, hierarquia, ou seja, horizontalidade é característica fundamental para que a rede exista.

Isso não impede a existência de figuras de líderes ou de autoridade numa rede. Todavia, elas surgem de forma legítima, assumindo e mantendo compromissos, além de também atuarem como seguidores (Ayres, 2001) de forma democrática diante da vontade do conjunto.

Portanto, a horizontalidade que ora se exige para a rede social não deve ser total. Pode haver algum grau de organização e/ou distribuição de funções, como Whitaker (1993, p.5) relata. Sendo assim, para Whitaker,

> Em uma rede todos são iguais, todos têm a mesma iniciativa, todos são sujeitos de sua ação, corresponsáveis pela ação da rede, todos guardam sua liberdade (...). Mas pode haver uma distribuição de funções.

Deste modo, faz-se necessária a distribuição de funções justamente para que o trabalho em coletividade tenha continuidade, direcionamento e evoluções. Assim afirma-se nesta tese que a horizontalidade entre os atores componentes de uma rede é premissa para que as relações preservem o ajustamento de interesses entre os entes. Somente nesta perspectiva permitida com a horizontalidade, a cooperação realmente encontra o terreno fértil para propagar-se em todos os pares detentores do poder de expressão, execução e participação. Não é tarefa fácil manter o equilíbrio entre a horizontalidade e a tendência a hierarquização e empoderamento de certos atores dentro das redes. No entanto, faz-se necessária vigilância e abertura para ajustes, sempre que ocorrer a predominância não aceita por todos os seus componentes.

3.1.3 As redes e sua forma democrática e participativa

Partimos do pressuposto de que a democracia é uma forma de gestão do poder, normalmente estudada no âmbito das relações de poder entre os governantes e os governados dos Estados Nações, mas que pode ser utilizada em qualquer estrutura que incorpore organizações.

Bobbio (1995, p.323) define democracia, dentro da teoria moderna nascida com o advento do Estado Moderno, como uma forma de república de intercâmbios genuinamente populares.

A literatura tem afirmado que a democracia repousa em três grandes princípios: maioria; igualdade; liberdade. Vêm de Aristóteles as ideias de que democracia é o governo que domina o número e que a alma desta consiste na liberdade, no fato de que todos são cidadãos (Bobbio, 1995). Nos dias de hoje, as premissas de Aristóteles não são suficientes para dar a amplitude que o conceito de democracia requer. Basta lembrar que, na democracia aristotélica, só participava das decisões a maioria dos homens livres. Além disso, a regra da maioria, por si só, é um instrumento frágil tanto para a concretização, como para a manutenção da democracia.

Assim, devem se aliar os princípios da soberania popular e da participação aos princípios da maioria, da igualdade e da liberdade. Isso porque, em primeiro lugar, só há democracia onde o voto dos eleitores é soberano e que todos os envolvidos podem ser eleitores. Em segundo lugar, porque uma democracia meramente formal pode importar em decisão e igualdade, mas não necessariamente em justiça, em inclusão ou em espaço de discussão. Para isso, é necessária a participação efetiva.

Dessa forma, a participação é um importante instrumento de concretização e manutenção da democracia, pois é através dela que surge o espaço para o crescimento, para a distribuição e para o aprendizado. Não se trata de contrapor a ideia de participação à ideia de representação. O que se busca é a efetiva contribuição para transformação da realidade e a participação cria o capital social e o conhecimento.

Nas redes e, sobretudo, nas redes sociais, os valores democráticos e participativos devem ser mais presentes e necessários do que em uma estrutura piramidal. A estruturação horizontal contribui para o exercício

desta democracia. Na rede de organizações não governamentais socioambientais (GARSD), objeto de análise nesta tese, a mesma afirmativa prevalece. Martinho (2002, p.2) expressou com clareza este processo em que "ou a rede nasce de um legítimo e reconhecido desejo de participação e de construção ativa de um projeto coletivo ou não seria rede".

Embora, em processo de tomadas de decisões possa predominar, em alguns momentos, com componentes específicos das redes sociais, a regra não pode manter-se. Turk (2002, p.22) nos alerta para este fenômeno, conforme a seguir:

> "(...) essas redes são constituídas a partir da síntese da experiência e do conhecimento profissional dos atores sociais em uma ação conjunta e participativa, que visa à construção de uma práxis interdisciplinar no atendimento a situações individuais e/ou coletivas que emergem em um determinado contexto social".

Este contexto social, discutido por Turk, pode pertencer a um integrante da rede, naquele momento, e tornar-se referência para os demais a partir do aprofundamento das relações existentes na gestão democrática e participativa dos membros da rede, mas não como forma imperativa e sim por afinidades e necessidades vistas pelo grupo como um todo. O que já existe por realidade com um membro da rede pode ocorrer em um período atemporal com os demais componentes. Da mesma forma surge a possibilidade de que este fenômeno não possa ocorrer com os demais, mas o trabalho em rede também envolve a solidariedade e os valores compartilhados. Partindo desta visão, a rede se fortalece ao permitir o desenvolvimento de um contexto social específico de um integrante. Viver em redes com valores e objetivos compartilhados, no exercício da equidade entre os pares, não é tarefa fácil, mas ao mesmo tempo, não pode ser negada ou não exercida.

3.1.4 Atuar em redes com valores e objetivos compartilhados

Não temos como afirmar a existência de uma rede se os seus objetivos e valores não têm algo em comum nem podem ser compartilhados entre seus membros. Luis (2006) nos relata a facilidade das

organizações não governamentais (ONGs) ao realizarem a cooperação com organismos nacionais e internacionais para a execução de seus projetos e exposição de suas atividades.

Esses objetivos e valores compartilhados podem ser mais bem definidos com o conceito de capital social aplicado por Andre Gorz (2005), que defende a existência de uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infraestrutura e financiamentos), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). O aumento das relações de confiança e de reciprocidade na comunidade otimiza tanto o capital físico-econômico como o capital humano. Nesse sentido, o que distingue o desempenho dos membros de uma e de outra comunidade, com níveis educacionais e recursos materiais constantes, seria o capital social – ou o capital imaterial visto por Gorz como o conhecimento.

Nadvi (2004) relembra que para que os valores sejam compartilhados em redes, há a necessidade de se construir modelos de trabalho que atendam aos problemas comuns, respeitando as competências específicas e a liberdade de independência de cada integrante na execução das atividades propostas pela rede.

Partindo do pressuposto que os conhecimentos e objetivos compartilhados pretendem possibilitar a vivência em redes, que traduzidos em realidade de ações comuns, expressam a identidade coletiva e respeitam a vontade de todos os membros, chegamos ao horizonte da preservação da autonomia. Estes objetivos compartilhados não devem suplantar as identidades individuais dos atores, ou seja, sua autonomia (Arruda, 2007).

As organizações e indivíduos que participam de uma rede não deixam de ter identidade própria e autonomia para suas decisões dentro e fora da rede. Os participantes permanecem estruturados da mesma forma que eram antes de ingressar ao grupo, podendo atuar dentro e fora da rede de acordo com suas convicções. No entanto, cada participante entende que a rede potencializa as forças individuais e organiza ações conjuntas, somando forças e ideias individuais. Para o bom funcionamento das redes, faz-se necessária uma liderança para que os trabalhos sejam conduzidos de forma organizada, desde que ela não se traduza em impeditivo de autonomia de algum ator envolvido nestas redes. A própria manifestação da autonomia,

por todos os atores, cria um ambiente de liberdade que permite a expansão da criatividade, sendo item principal para alguns autores da existência do trabalho em redes (Ayres, 2001).

Espera-se que para sua real efetividade, os participantes da rede não sejam limitados por hierarquias. A diversidade de talentos e experiências dos participantes autônomos e independentes gera o ambiente criativo, transformador do grupo, que é sua força motriz (Ayres, 2001). Neste momento, surge mais um desafio para o trabalho em redes: a manutenção da autonomia para que esta não seja substituída pela hierarquia "engessadora".

Aqui se tem um aspecto desafiador para o trabalho em rede: a equalização da manutenção da autonomia dos participantes e, ao mesmo tempo, estabelecer objetivos em comum que realmente auxiliem na evolução individual e coletiva de seus membros. Desse modo, segue as seguintes indagações: Como honrar a cada intervenção proposta pela/para a rede em se tratando dos valores individuais/compartilhados? Como respeitar continuamente este processo que aqui seria o capital social? Como garantir a autonomia e ao mesmo tempo os valores e objetivos compartilhados? Este movimento de garantia contínuo e delicado deve prevalecer dentro do grupo que atua em rede? Como possibilidade de salvaguarda dos objetivos compartilhados, o maior número possível de situações que promovam o debate como encontros (não) presenciais podem surgir como alternativas.

A fim de estabelecer a maior amplitude da preservação das opiniões de seus componentes, as redes contemplam encontros presenciais periódicos nos quais podem compartilhar assuntos, visões, perspectivas e avaliações de suas atividades. A existência desses eventos nesses grupos estimula a participação e a troca de informações sobre os resultados obtidos nos trabalhos locais realizados independentes do processo de se atuar em redes. Portanto, esses encontros presenciais também fortalecem o ato de se trabalhar em redes. Mas, devemos deixar claro que os trabalhos realizados em paralelo, anteriores a este encontro, devem ser rigorosamente cumpridos para que esta reunião presencial seja próspera ao máximo.

Definimos aqui, por trabalhos paralelos e anteriores ao encontro presencial, as reuniões virtuais, os materiais produzidos em meio eletrônico, bem como as conferências eletroeletrônicas. Estes instrumentos são valiosíssimos quando realmente contemplam a todos os integrantes da rede e quando os compromissos assumidos nos encontros são de fato concretizados por todos.

As ONGs ao aderirem o uso dos recursos virtuais em seus trabalhos podem acrescentar agilidade e dinamismo entre seus membros e, ao mesmo tempo, com os demais atores dos quais desejam se relacionar: setor privado, Estados Nacionais e sociedade. Teodósio coloca o uso do ciberespaço como possibilidade de que a sociedade tem para promover a fiscalização de projetos com o Estado e com o setor privado. Este setor privado inclui as ONGs. Para ele (2002, p.247),

> O objetivo principal é exigir do governo, empresas e mesmo da sociedade as posturas e propostas inicialmente negociadas entre eles, o cumprimento das leis, ou então, a adoção de posições condizentes com visões consideradas mais avançadas de organização e convivência social. Um dos recursos mais empregados para esse controle tem sido a Internet, vista como forma de democratização dos controles sociais sobre a máquina pública e organizações privadas.

Esta ferramenta eletrônica tem a função de apoio para tomada e alinhamento de decisões de seus componentes. As redes socioambientais podem usar este instrumento de inúmeras formas cabendo somente sumarizá-lo para o devido dimensionamento que para os fins deste trabalho caminham para a facilidade permitida da comunicação em rede diante da distância física dos integrantes da GARSD. Neste sentido, atingi-se o equilíbrio onde reuniões virtuais são muito bem vindas e delas saem resoluções prósperas ao grupo tanto quanto se as mesmas reuniões ocorressem presencialmente. Da mesma maneira que os valores não são respeitados e realmente compartilhados presencialmente, o mesmo processo torna-se válido para o meio virtual, partindo do pressuposto que o uso do meio eletrônico é de cunho instrumental e não o real fator decisório das agendas comuns pertencentes às redes socioambientais.

Sendo assim, sobre a forma eletrônica ou presencial, as redes socioambientais e a exemplificação GARSD, constroem ao longo de suas trajetórias os seus capitais socioambientais. Mas o que seria o capital socioambiental neste trabalho?

3.1.5 A criação do capital socioambiental

Galaz e Pietro (2006) relataram que os movimentos sociais têm o desafio de unir flexibilidade, dinamismo, fluidez, rapidez, espontaneidade, mudanças, fixação, força, criação, capacidade organizacional rápida e silenciosa para realizar manifestações, que possam ser vistas em escala global. Estas manifestações, em sua maioria, surgem como forma de protesto diante de questões das quais buscam mudanças. As ONGs podem se utilizar destas adjetivações propostas por Galaz e Pietro, assim como os demais grupos de movimentos sociais para a defesa de suas aspirações relacionadas à questão ambiental caso julguem pertinentes.

As ONGs ao se manifestarem em fóruns ambientais internacionais, ao realizarem seus projetos com as comunidades das quais se propuseram a atuação, ao publicarem campanhas midiáticas para propagarem seus discursos, ao participarem com suas produções documentais em reuniões ambientais para contribuição diante das questões ambientais e ao serem designadas por Estados Nacionais na execução de projetos com a sociedade, produzem o que neste trabalho define-se como o capital socioambiental.

Essas ONGs ao desenvolverem seus projetos, ora estão mais predispostas à atuação em agendas com viés social, ora predispostas à atuação em agendas com viés ambiental. Aqui reside uma interface deste ator: necessariamente em sua essência, não ser um ente de dimensões e atuações ambientais restritamente e, tampouco, ser um ente somente de dimensões e atuações sociais, mas sim com ambas, aqui definidas por dimensões socioambientais.

Deste modo, as ONGs atuarão em movimentos de justiça ambiental como Acselrad (2010, p.108) disserta por meio da expressão “ressignificação da questão ambiental”, mas também atuarão em causas

estritamente associadas à sacralidade da natureza tratada por Martínez Alier (2007).

Veiga, em suas reflexões sobre o fenômeno do socioambientalistmo e de definição do conceito de desenvolvimento sustentável, não se surpreende com esta nova modalidade de relação dentro da questão ambiental. Ao contrário relata como processo inerente da não aceitação da sociedade em rever as bases de desenvolvimento e de finalmente incorporar o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, para Veiga (2007, p.129),

> Pode parecer estranho, mas o processo de adoção do termo socioambiental nada tem de fortuito ou de acaso. Responde a uma necessidade objetiva. A um imperativo que nunca poderá ser entendido – e muito menos explicado – por quem incita em negar ou rejeitar que a relação entre cultura e natureza tenha um caráter essencialmente dialético.

Deste modo, o discurso socioambiental pode comportar-se como uma nova tentativa de retroalimentação do ciclo do capitalismo que reside em refutar mudanças e de postergá-las, ou o inverso, ser o cerne de uma efetiva mudança diante do uso dos recursos naturais pela sociedade contemporânea. Pode o fenômeno socioambiental, assim como o movimento ambientalista caminhar para o agente com a força motriz para que a sociedade questione: Aonde efetivamente tem-se a raiz dos problemas? Em Ribeiro tem-se uma direção para esta questão (2010, p.10),

> (...) a produção de objetos na dimensão capitalista predominante também torna o ambiente um fator central para a reprodução do capital. Um modo de produção baseado na produção contínua de objetos, que os torna passíveis de ser descartados mesmo que em total condição de uso, necessita repor a base material usada para fabricá-los. E de muita energia para alterar as condições naturais dos recursos naturais.

Não surpreenderia verificar que os discursos socioambientais de organizações como WWF, TNC, *Greenpeace* apresentadas nessa tese alimentem a estrutura do capitalismo. Conforme suas intenções e posições diante do desenvolvimento sustentável e do socioambientalismo, as ONGs

realizarão cooperações favoráveis ou não ao sistema socioeconômico. Sendo assim, surgem os projetos executados por estes grupos, relatórios, publicações, discussões em que se encontram favoráveis às ações do setor privado, dos Estados Nacionais e de parcelas mínimas da sociedade, favoráveis a estrutura do sistema econômico vigente, sem nenhum esforço de contraposição.

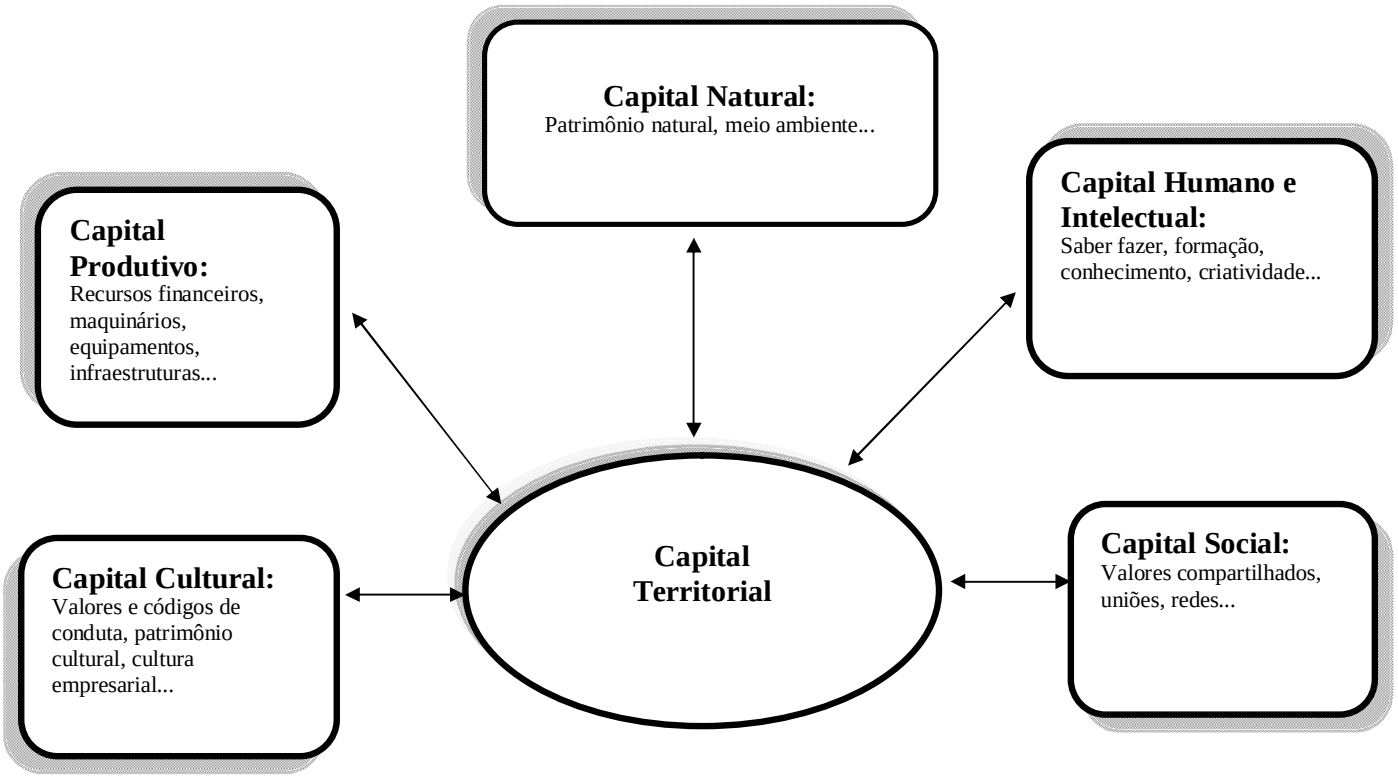
Diante deste posicionamento que é conveniente ao sistema socioeconômico, pode-se esperar que as ONGs se manifestassem como entes para prestação de serviços ambientais e para a criação de capitais socioambientais. Gudynas alerta para esta prestação de serviços. Para ele (2002, p.159),

> *Incluso los convenios entre gobiernos y organizaciones no-gubernamentales deben ser examinados con cuidado, ya que no en pocos casos responden a un tras paso de actividades, donde se conciben a las ONGs como meros ejecutores, conformando una política más parecida a la privatización de servicios que al fortalecimiento de la sociedad civil.*

Ou seja, a ação das ONGs pode ocorrer para a cooperação em prol de causas sociais, ambientais ou até mesmo servir como uma prestação de serviço. Independente disso há a produção do capital socioambiental.

Barroso (2009) nos afirma em suas análises que os capitais em suas diversas modalidades contribuem para o desenvolvimento territorial. Os capitais aparecem para a autora em forma de: capital cultural (valores, códigos de conduta, patrimônio cultural); capital social como as redes sociais criadas por movimentos populares; capital humano e intelectual como o acesso e acúmulo de conhecimento; capital produtivo como acesso aos recursos financeiros e equipamentos diversos para produção industrial; capital natural entendido como as formas de patrimônio natural e recursos naturais. Sendo assim Barroso, traduziu o que denomina as diversas modalidades de capital por meio da figura abaixo.

Figura 2 – As diversas formas de capital como recursos para o desenvolvimento



Fonte: BARROSO, Inmaculada. *Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 2009, Vol. XIII (289). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-289.htm.>. Acesso em: 13.04.2012. Tradução Luciana Ziglio.

O desenvolvimento local, segundo Barroso, é estimulado com as diversas relações estabelecidas com os capitais propostos em suas reflexões, com destaque maior para o capital social que para a autora traduz-se nos valores compartilhados dentro de um único grupo ou entre grupos por meio de redes e outras formas associativas vislumbradas. O capital social para Barroso é o destaque entre os capitais para a articulação e manutenção das redes. Para ela (2009, p.9),

> *"Se considera así que el desarrollo de los territorios no puede entenderse si se centra únicamente la atención en la existencia de recursos económicos, naturales, humanos o culturales, independientemente de que éstos sean aprovechados con racionalidad, sino que hay que tener también y muy especialmente en cuenta la disponibilidad de aquellos otros clasificados como sociales y que están muy estrechamente vinculados al*

> *territorio; es decir, que el desarrollo no puede producirse ni entenderse al margen de la sociedad que lo genera".*

Barroso se apoia na definição de Putnam (1993:196) que afirma que o capital social é:

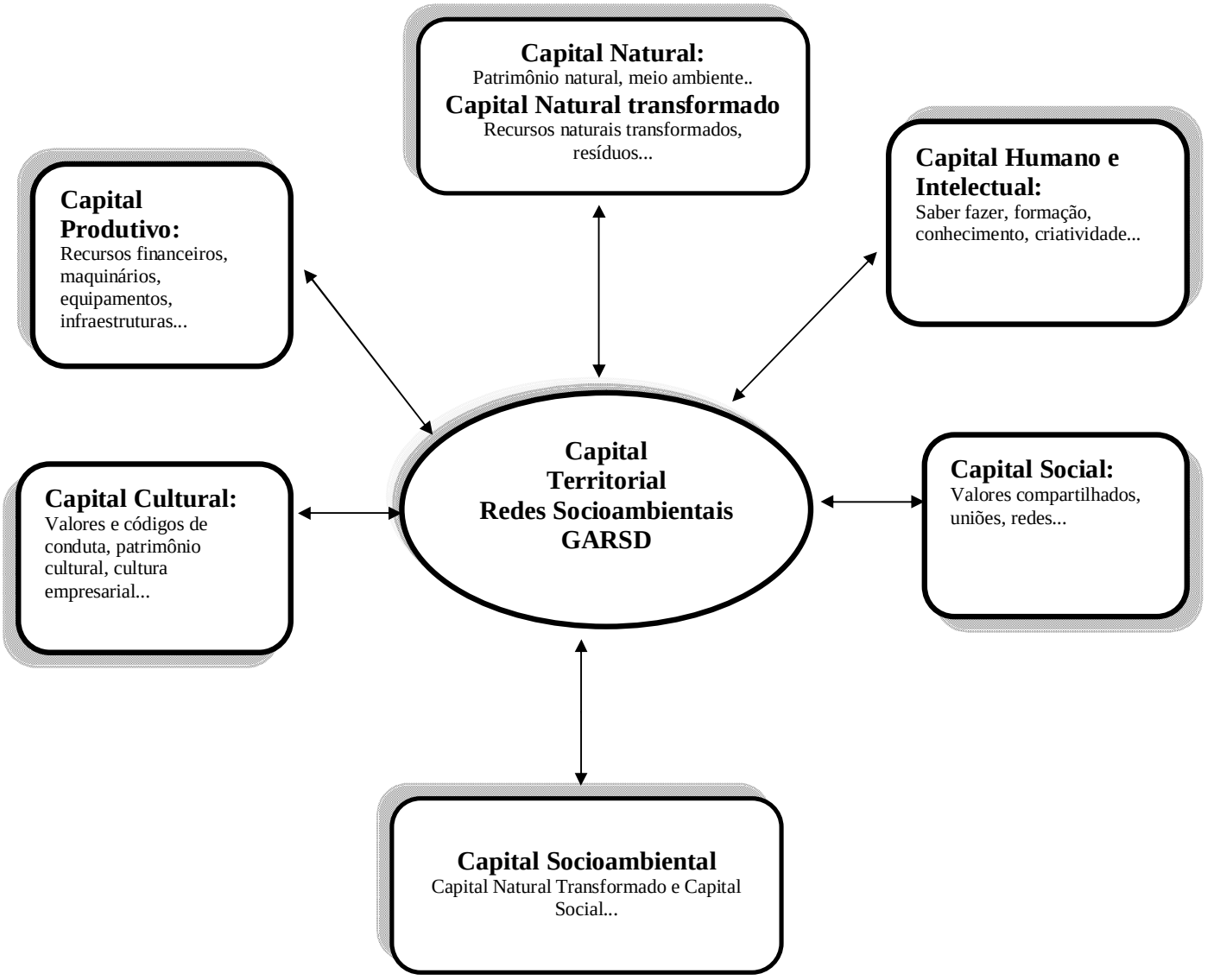
> *"Ello conlleva la valoración del llamado capital social, un concepto con diferentes significados que, en líneas generales y aunque con algunos matices y variaciones, puede ser entendido como "la confianza, las normas que regulan la convivencia, las redes de asociacionismo cívico, entendidas como elementos que mejoran la eficiencia de la organización social promoviendo iniciativas tomadas de común acuerdo."*

Esta análise de Barroso torna-se o ponto de partida para a conceituação de capital socioambiental, que define-se como todas as relações sociais e produtos produzidos por atores da Ordem Ambiental Internacional, aqui neste trabalho representados por organizações não governamentais internacionais, em diversos cenários : participação em fóruns nacionais ou internacionais, organização de campanhas de telecomunicações, manifestos, produção de documentos ambientais, campanhas de educação ambiental, execução de projetos com parcelas da sociedade e entre outros. Estas relações sociais e produtos que configuram a ordem ambiental, em suas diversas escalas podem legitimá-la ou contestá-la e estão somadas a um novo aspecto: uma nova dimensão do capital natural definido para este cenário como o recurso natural de base restrita que se autoreproduz por meio das novas formas assumidas, alimentando a lógica do sistema capitalista, tornando possível o impossível: reposição da base material. Surge então o capital socioambiental: o capital natural multifacetado associado ao capital social.

Este capital socioambiental amplia e/ou modifica os recursos naturais e suas propriedades no curso da sociedade capitalista. A cooperação internacional, por meio das redes socioambientais de ONGs, propicia nestas sociedades, uma nova forma de acesso aos recursos naturais que visa à reprodução da base material restrita e assegura a expansão permanente do sistema capitalista.

A figura 3, produzida por Barroso e adaptada por Ziglio, apresenta as redes socioambientais inseridas nas modalidades de capital com a geração do capital socioambiental.

Figura 3 – Redes socioambientais nas diversas modalidades de capital e a criação do capital socioambiental



In: Barroso, Inmaculada et. al. e adaptado por Luciana Ziglio.

O capital socioambiental, proposto aqui, traduz-se em uma nova leitura do conceito de capital natural e capital social proposta por Barroso. O

capital natural aqui é definido também com a variável transformada, em que não se lida mais, por exemplo, com o petróleo para a confecção de produtos, mas sim com o resíduo como recurso para novos produtos. O capital social ganhou a dimensão ambiental ao associar-se com inúmeras parcelas da sociedade organizadas em diversas modalidades institucionais para atuarem em questões ambientais. Com esta modalidade de capital socioambiental, o movimento ambiental, presente nas últimas décadas, surge com uma dinâmica que trará novas leituras para conceitos de sociedade, produção, consumo e descarte na lógica do sistema capitalista. Sendo assim para Ziglio (2011, p.1),

> O movimento socioambiental presente nas últimas décadas inclui uma nova dinâmica para a leitura da exclusão social associada aos catadores de materiais recicláveis. O aspecto social relacionado à coleta seletiva de catadores ganha dimensões mundiais e passa a ser fator determinante para muitos programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos espalhados pelo Mundo.

O princípio da cooperação, entre as ONGs e com outros atores da Ordem Ambiental pode garantir o avanço e multiplicação do capital socioambiental. Deste modo, a ação de uma organização não governamental em escala local pode perpetuar-se pelo princípio da cooperação e tornar-se uma ação global de outras organizações não governamentais. Ao mesmo tempo, o capital socioambiental criado por esta ONG traduzido como seu discurso, prática e projetos tornam-se globais. A cooperação e as redes estabelecidas são ferramentas nesta dinâmica de criação do capital socioambiental. Para Dias (1995, p.154),

> Na escala planetária ou nacional, as redes são portadoras de ordem – através delas, as grandes corporações se articulam, reduzindo o tempo de circulação em todas as escalas nas quais elas operam; o ponto crucial e a busca de um ritmo, mundial ou nacional, beneficiando-se de escalas gerais de produtividade, de circulação e de trocas.

O capital socioambiental surge como alternativa, dentro da Ordem Ambiental Internacional para a manutenção do capital natural e para perpetuação do desenvolvimento sustentável. O impasse está no

direcionamento que esta alternativa terá na Ordem Ambiental Internacional ou seja, o capital socioambiental será uma resposta que somente retroalimentará a ordem econômica vigente? ou o capital socioambiental será um ponto de transformação e aproximação com o desenvolvimento sustentável? Qual será o direcionamento? Em Veiga (2007, p.36), a duplicidade de caminhos é eliminada quando se escolhe no processo produtivo a supremacia do lucro e a exaustão dos recursos naturais. Para ele,

> Quando um processo produtivo se baseia essencialmente na exaustão de recursos naturais, cujo caso clássico foi o da destruição de florestas da Indonésia, o PIB registra aumentos excepcionais, pois seus fundamentos metodológicos não preveem qualquer dedução que reflita a depreciação do capital natural. Quando um derramamento de petróleo compromete ecossistemas litorâneos, o PIB aumenta graças às despesas de reparação que geram transações monetizadas, mas não se altera por serviços de limpeza baseados em trabalho voluntário.

Neste cenário exposto estão as ONGs. Ao seu modo, as redes socioambientais de organizações não governamentais internacionais e particularmente, a GARSD, realizam cooperações técnicas, econômicas, sociais, culturais permitidas entre os atores que as compõe. Fortalece-se enquanto rede internacional quando age desta maneira e ao mesmo tempo propõe sua contribuição para o mundo em desenvolvimento sustentável. Os discursos emitidos por estes atores não estatais, bem como suas atitudes de inserção social e com o modo de produção, desdobrarão em ações positivas ou negativas para o ambiente. Cabe à sociedade, Estados Nacionais, movimentos da sociedade civil, setor privado, organismos multilaterais e demais atores envolvidos no ambientalismo aceitá-los ou recusá-los.

4. Global Alliance for Recycling and Sustainable Development (GARSD)

A organização não governamental internacional socioambiental *Global Alliance for Recycling and Sustainable Development* (GARSD), fruto da união de organizações não governamentais socioambientais nacionais, representa a transmissão do discurso de informar à sociedade Mundial a respeito da importância da gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares direcionados para Países do Sul. Através de ferramentas como a aplicação de projetos de educação ambiental, ou ainda a organização de programas de coleta seletiva de resíduos as suas respectivas comunidades, são alternativas para a gestão dos resíduos nesses países, segundo a GARSD.

As organizações componentes da GARSD, em sua escala local de atuação, mas imbuídos da propositiva global, iniciam o processo de confecção de sua própria identidade como uma rede internacional socioambiental de organização não governamental (ONG) e inter-relacionam-se com as comunidades locais propondo seus projetos carregados de sua intencionalidade. Desta forma, gradativamente, projeta e fortalece seu discurso, nas escalas locais e globais e, assim, como outras redes internacionais de ONGs já consolidadas constroem a si mesmas e as realidades das quais interagem.

Este processo de formação, ampliação e fortalecimento da GARSD em permanente construção não termina com o desfecho desta tese de doutorado. No entanto, delimitar este fenômeno, através de sua cronologia é importante para a real compreensão do mesmo.

A reciclagem, objeto de atuação da GARSD, posiciona-se como ferramenta para os problemáticos binômios na escala internacional: produção versus consumo, produção versus descarte, resíduo versus novos materiais. Por meio da cooperação internacional com Estados Nacionais, organizações não governamentais internacionais, institutos de pesquisa internacionais, entidades governamentais, sociedade e outros atores buscam legitimação de seu discurso e apoio para seus projetos. Sendo assim, no Capítulo IV, a GARSD apresenta e analisa o objeto de

estudo deste trabalho no tocante aos seus objetivos, integrantes, estratégias de ação, desde sua formação até a presente data.

4.1 O surgimento

A GARSD é uma organização não governamental socioambiental internacional, resultado da união de organizações não governamentais socioambientais nacionais, direcionadas na busca de alternativas para a gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Traduz-se em uma organização não governamental mundial que propõe respostas para a realidade de gestão de resíduos sólidos urbanos em países Sul-Sul. Por meio de produção de relatórios e publicações técnicas, seminários para a participação da sociedade civil, intercâmbios com organismos internacionais públicos, privados e não governamentais pretende estabelecer uma nova referência, com a legitimação de seu discurso para a gestão mundial de resíduos sólidos urbanos.

As organizações fundadoras e seus respectivos representantes reuniram-se pela primeira vez em São Paulo, no ano de 2007, para alimentar a seguinte prerrogativa: Sabe-se que a geração de resíduos sólidos urbanos domiciliares são gerados da escala local-global, sendo assim, quais são os instrumentos para sua efetiva gestão?

Os três dias de reuniões, em 2007, das ONGs: *Asociación para la Defensa del Ambiente y de la Naturaleza* (ADAN), *Thailand Institute of Packaging Management for Sustainable Environment* (TIPMSE), *Compromiso Empresarial para Reciclaje en el México* (SUSTENTA), *Compromiso Empresarial para Reciclaje en el Uruguay* (CEMPRE URUGUAY) e Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE BRASIL) possibilitaram o surgimento da *Global Alliance for Recycling and Sustainable Development* (GARSD) e confirmou, simultaneamente, que estas organizações não governamentais como as organizações não governamentais fundadoras da GARSD. A GARSD, definida como rede internacional de organizações não governamentais socioambientais, expressa em seu nome o seu principal objetivo por meio de estímulo e criação de programas de coleta seletiva de

materiais recicláveis de origem domiciliar urbana, ou seja, a reciclagem dos materiais recicláveis (*Recycling*) com geração de renda por meio da cadeia de negócios da reciclagem (*Development*) é uma ferramenta de gestão dos resíduos sólidos nas escalas do local ao global. A seguir, veremos as imagens da primeira reunião deste grupo, ocorrida em São Paulo, em novembro de 2007, pelo qual consolidou o surgimento da rede.

Imagem 11 - Primeira reunião da GARSD, 2007

(ADAN)

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2007.

(TIPMSE)

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2007.

(CEMPRE BRASIL)

Fonte: CEMPRE BRASIL,2007.

(CEMPRE URUGUAY)

Fonte: CEMPRE BRASIL,2007.

(SUSTENTA)

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2007.

Portanto, a GARSD nascida em novembro de 2007, tem por missão ser suporte para a promoção da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos domiciliares, buscando, com esta perspectiva, a mudança de atitude da sociedade global diante da geração desses detritos. Esta mudança de atitude esperada pela rede é a participação da sociedade e todos os atores da Ordem Ambiental Internacional em programas de coleta seletiva de materiais recicláveis.

Para alcançar este objetivo, os seus integrantes estimulam o trabalho em rede e, nessa direção, têm por premissas a cooperação com a sociedade civil, organizações públicas, indústrias, formadores de opinião e outros atores envolvidos com o tema reciclagem, para que as suas propostas de gestão de resíduos sólidos domiciliares ganhem adeptos.

Somam-se aos seus objetivos: a diminuição do uso da técnica de disposição final em aterros sanitários e lixões para os materiais recicláveis; o aumento das taxas de reciclagem em níveis internacionais, por meio dos esforços nacionais das ONGs que compõem a GARSD; o aumento dos trabalhadores envolvidos com a coleta seletiva de materiais recicláveis em toda a cadeia da reciclagem que surge na coleta realizada por catadores de materiais recicláveis encerra-se na sua transformação em novas matérias-primas, pelas indústrias recicladoras.

A GARSD para concretizar seus objetivos criou neste mesmo evento que culminou em seu nascimento, a estrutura de trabalho denominada “Conselho Gestor”. Essa estrutura composta por integrantes das associações não

governamentais que compõem a rede devem coordenar para que os objetivos bem como as metas da GARSD sejam cumpridos.

4.1.2 O Comitê Gestor

O Comitê Gestor, criado no primeiro encontro da GARSD em 2007, é composto por membros das ONGs da rede. Tem por orientação respeitar e zelar tanto o objetivo central como os secundários da GARSD para que sejam cumpridos.

É também de sua competência zelar para que as estratégias e prioridades escolhidas pela rede sejam respeitadas e cumpridas; auxiliar na escolha de atividades que preconizem os objetivos da rede; prover que as atividades escolhidas sejam cumpridas; zelar os recursos financeiros, materiais e técnicos de que a rede dispõe bem como acompanhar a execução destes recursos; garantir que a informação produzida na GARSD por meio de suas publicações, relatórios, reuniões, eventos, fóruns conduza aos seus objetivos.

Este conselho tem uma liderança eleita a cada dois anos pelos integrantes da GARSD. A primeira eleição foi realizada no “I Evento da Rede GARSD”, em 2007, no Brasil e a ONG escolhida para este período foi o Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRE BRASIL.

O legado desta liderança é a de prover que as funções do Comitê Gestor sejam respeitadas e executadas. O “II Evento da Rede GARSD”, ocorrido em Bangcoc (Tailândia), em 2009, reelegeu o CEMPRE BRASIL para segunda liderança da rede no próximo biênio 2010 a 2012. É premissa do comitê gestor em sua composição possuir a representatividade de todos os integrantes da GARSD. Hoje, a rede conta também com o ingresso do CEMPRE COLÔMBIA e da *Pet Plastic Recycling South Africa* (PETCO) com seus respectivos representantes.

A partir de novembro de 2007 até a presente data, totalizando 4 anos de existência, a rede se esforça para que seus objetivos e metas sejam conhecidas e cumpridas.

4.2 As Organizações Não Governamentais fundadoras da GARSD: *Asociación para la Defensa del Ambiente y de la Naturaleza* (ADAN Venezuela)

A *Asociación para la Defensa del Ambiente y de la Naturaleza* (ADAN) integrante da GARSD foi fundada em 1990, na Venezuela. O nascimento da ADAN vem de uma iniciativa estritamente empresarial preocupada em ter disponível, na Venezuela, conhecimentos técnicos e experiências concretas de programas ambientais relacionados com a coleta seletiva de materiais recicláveis e reciclagem com viés empresarial e adaptado à realidade venezuelana. Sendo assim, tem-se abaixo a identidade visual desta ONG.

Figura 4 – Identidade visual: ADAN

Fonte: Reciclaje: Un Compromiso de Responsabilidad Social, ADAN, Seminario Iberoamericano, 2004.

Neste caminho, com o apoio do setor privado, buscar a gestão dos resíduos sólidos urbanos venezuelanos, proporcionando, com os projetos desenvolvidos pela ADAN, uma melhor qualidade de vida da população, traduz-se no objetivo da organização. Para tanto, desde 1990, realiza, nesse país, trocas de trabalhos com instituições públicas, escolas e comunidades sobre suas reflexões na busca de atingir seu propósito. Neste intuito, tem, por áreas de ação na Venezuela, cartilhas de educação ambiental, projetos pilotos envolvendo comunidades na participação de programas de coleta seletiva; organização de eventos, fóruns de discussão aberta a todos os interessados. Destacam-se desta ONG três inserções: *La escuela de residuos sólidos*, programa de educação ambiental escolar; o curso

"*Herramientas para una gestión eficiente de los residuos sólidos municipales*", programa técnico para os gestores municipais venezuelanos; *Programa del Reciclage en Isla Margarita*, que mantém em funcionamento um centro piloto de reciclagem.

Apesar dos logros em seus projetos e de 21 anos de existência, em 2008 ocorreu a finalização das atividades da ADAN. O não recebimento de recursos financeiros por parte de seus mantenedores foi a principal causa para que a ONG não participasse da GARSD e não mantivesse suas atividades.

4.2.1 *Compromiso Empresarial para Reciclaje* (CEMPRE URUGUAY)

O *Compromiso Empresarial para Reciclaje en el Uruguay* (CEMPRE URUGUAY), fundado em 1996, é a segunda ONG a compor a rede socioambiental de organizações não governamentais GARSD. O nascimento do CEMPRE URUGUAY vem de uma iniciativa de dez empresas preocupadas em ter disponível, no Uruguai, conhecimentos técnicos e experiências concretas de programas ambientais relacionados com a coleta seletiva de materiais recicláveis e reciclagem com viés empresarial e adaptado à realidade uruguaia. Vide abaixo a identidade visual da organização não governamental.

Figura 5 – Identidade visual: CEMPRE URUGUAY

Fonte: http://www.cempre.org.uy/; acesso 31.08.2009

Como fruto do trabalho do CEMPRE URUGUAY, editou-se em 1998 o Manual do Gerenciamento do Lixo, publicação brasileira produzida no CEMPRE BRASIL, que recebeu a versão para o idioma espanhol e adaptações técnicas para as necessidades locais pertinentes ao tema. Tal publicação reúne, na perspectiva destas organizações, questões cruciais para a gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares nos países latino-americanos.

Figura 6 – Capa da publicação Lixo Municipal em espanhol

Fonte: http://www.cempre.org.uy/; acesso 31.08.2009

Destaca-se, também, nas atividades do CEMPRE URUGUAY, o Concurso *"CEMPREndimientos para el Reciclaje"* com o objetivo de estimular práticas éticas com a reciclagem e reutilização dos materiais no país. Com nove edições concluídas e com prósperos resultados, o concurso estimula a comunidade acadêmica, a empresarial e a sociedade civil uruguaia a refletirem sobre as questões dos resíduos em seu país.

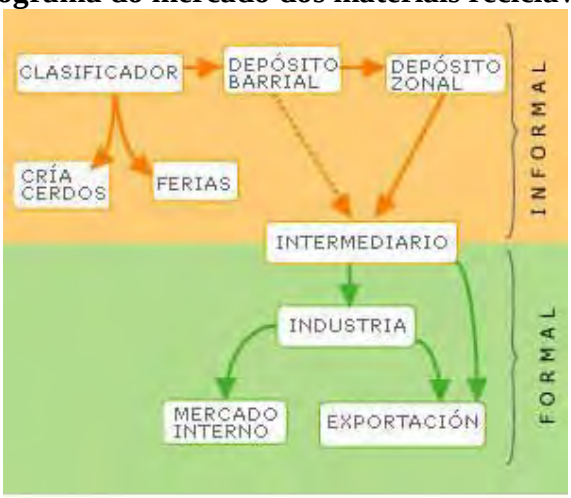
Imagem 12 – Concurso Cemprendimientos, Uruguai, 2009

Fonte: Luciana Ziglio, abril, 2009.

Fonte: Luciana Ziglio, abril, 2009.

Cabe ressaltar, nesta tese, o trabalho técnico produzido por esta organização e denominado "*Esquema del mercado de los Reciclables en Uruguay"*, que relata a estrutura do mercado de materiais recicláveis no Uruguai. A figura a seguir sintetiza a estrutura do mercado de recicláveis.

Figura 7 - Fluxograma do mercado dos materiais recicláveis no Uruguai



Fonte: http://www.cempre.org.uy/; acesso 31.08.2009

No fluxograma acima, são os *classificadores* entendidos neste trabalho técnico produzido pelo CEMPRE URUGUAY, como os catadores que recolhem os materiais recicláveis e realizam a venda destes para *depósito barial*

(intermediários), *ferias* (feiras), *cria-cerdos* (com animais). Esta estrutura definida como informal neste trabalho do CEMPRE URUGUAY alimenta o funcionamento da estrutura formal do mercado de materiais recicláveis do país. Este estudo também detectou que uma gama de materiais recicláveis não são reciclados em território uruguaio e para auxiliar neste aspecto, a organização mantém em sua página eletrônica, uma base de dados com compradores de materiais recicláveis no Uruguai.

Diante deste estudo e com vistas ao estímulo do mercado de recicláveis no país, desde 2007, o CEMPRE URUGUAY é interlocutor com a prefeitura de *Assunción* para a organização do plano municipal de resíduos sólidos com a inclusão dos catadores. Veja abaixo fotos de catadores organizados no Uruguai.

Imagem 13 - Estrutura do mercado dos materiais recicláveis no Uruguai

Fonte: CEMPRE URUGUAY, 2011.

Fonte: CEMPRE URUGUAY, 2011.

4.2.2 *Compromiso Empresarial para el manejo integral de los residuos sólidos* (SUSTENTA)

O *Compromiso Empresarial para Reciclaje en el México* (SUSTENTA), fundada em 1997, é a terceira organização não governamental a compor a rede de organizações não governamentais GARSD. O nascimento do SUSTENTA vem de uma iniciativa de sete empresas preocupadas em ter disponível, no México,

conhecimentos técnicos e experiências concretas de programas ambientais relacionados com a coleta seletiva de materiais recicláveis e reciclagem com viés empresarial e adaptado à realidade mexicana. Logo abaixo, a identidade visual da organização.

Figura 8 – Identidade visual: SUSTENTA

Fonte: http://www.sustenta.org.mx . Acesso 31.03.2010

Destacam-se, nas atividades do SUSTENTA, seminários técnicos realizados entre iniciativa privada, universidades e sociedade civil e a manutenção, no México, de uma rede de contatos com compradores de materiais recicláveis e recicladores do país, por meio de sua página eletrônica. A entidade também se aproximou das instituições públicas a partir de 2011 para oferecer suporte técnico para o plano de resíduos do México com a inclusão dos catadores, no entanto esta ação ainda é discutida como possibilidade de gestão.

4.2.3 *Thailand Institute of Packaging Management for Sustainable Environment* (TIPMSE)

Thailand Institute of Packaging Management for Sustainable Environment (TIPMSE) é a quarta organização não governamental a compor a rede de organizações não governamentais GARSD. O nascimento da TIPMSE, em 2005, vem de uma iniciativa de quatro associações locais[46], preocupadas em ter disponível, na Tailândia, conhecimentos técnicos e experiências concretas de programas

[46]As associações são respectivamente: *The Federation of Thai Industries namely the Plastic Industry Club, Pulp and Paper Industry Club, Glass Industry Club, Aluminum Industry Club.*

ambientais relacionados com a coleta seletiva de materiais recicláveis e reciclagem com viés empresarial e adaptado à realidade tailandesa. Vide a seguir a identidade visual da organização.

Figura 9 – Identidade visual: TIPMSE

TIPMSE
Packaging for Environment

Fonte: www.tipmse.or.th Acesso 17.05.2010

Como frutos dos trabalhos de destaque da TIPMSE, comprovam-se a implantação, na Tailândia, de experiências-pilotos de programas de coleta seletiva de materiais recicláveis, sistema que não existia oficializado no país. Estas experiências-pilotos têm o apoio técnico e operacional das estruturas públicas de saneamento do país. Veja a seguir as imagens.

Imagem 14 - Coleta seletiva domiciliar, Tailândia

Fonte: http://www.tipmse.or.th/en/activities/index.aspx. Acesso 1.09.2009.

As experiências-pilotos estimuladas pela TIPMSE espalham-se em escolas, aeroportos, mercados, universidades, escritórios, estimulando os índices de reciclagem, bem como a estrutura do mercado de recicláveis no País.

Imagem 15 - Coleta seletiva nos aeroportos e escritórios, Tailândia

Fonte: TIMSE, 2009.

Fonte: TIMSE, 2009.

Assim como o CEMPRE BRASIL, a TIPMSE em suas experiências-pilotos de estímulo à coleta seletiva de resíduos realizou a inserção dos catadores na estrutura de recolhimento destes materiais, organizando-os, dentro das legislações tailandesas, em cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Do intercâmbio de informações realizadas entre o CEMPRE BRASIL e a TIPMSE, durante as visitas desta organização no Brasil, surgiu a escolha deste caminho para organização jurídica e inclusão dos catadores como cooperados. Veja a seguir uma imagem de cooperação entre as duas organizações.

Imagem 16 - Visita da equipe TIPMSE ao Brasil, na Cooperativa RioCoop, Rio de Janeiro

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2005.

O projeto "*Recycle 360"* nasce também como uma das experiências-pilotos da TIPMSE. Em 2011, pontos de entrega voluntária foram instalados em 119 pontos da capital tailandesa para o recolhimento dos materiais recicláveis. Os pontos de entrega voluntária são atendidos por estrutura de coleta municipal e de cooperativas de catadores para a retirada deste material deixado pela população nestes pontos. Veja a seguir uma foto desta experiência.

Imagem 17 – Projeto 360 nos restaurantes, Tailândia

Fonte: *Recicle* CEMPRE: "*Presentation* - TIPMSE", 2011.

Para finalizar como destaque de suas atividades, a TIMPSE mantém em sua página eletrônica uma rede de contatos com compradores de materiais recicláveis e recicladores do país, bem como, os valores de comercialização na cadeia de reciclagem tailandesa.

4.2.4 Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE BRASIL)

O Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE BRASIL) é a quinta organização não governamental a compor a rede de organizações não governamentais GARSD. O nascimento do CEMPRE no Fórum Mundial das ONGs da Conferência Rio 92, em 1992, vem de uma iniciativa de três empresas brasileiras preocupadas em ter disponível, no Brasil, conhecimentos técnicos e experiências concretas de programas ambientais relacionados com a coleta seletiva de materiais recicláveis e reciclagem com viés empresarial e adaptado à realidade brasileira. A seguir, a identidade visual da organização.

Figura 10 – Identidade visual: CEMPRE BRASIL

Fonte: www.cempre.org.br Acesso em 17.05.2010.

Como fruto dos trabalhos do CEMPRE BRASIL, evidencia-se a implantação de programas de coleta seletiva no Brasil, através do projeto Bioconsciência e da pesquisa Ciclosoft[47]. Também foram realizados pela organização, eventos para que

[47]O Programa Bioconsciência foi um projeto realizado entre CEMPRE BRASIL e Fundação Banco do Brasil. Foram produzidos materiais técnicos, denominado Kit Bioconsciência, que foram entregues em todo o território nacional aos prefeitos da gestão municipal do ano de 2002. Este material continha

setor privado, esferas de governo, acadêmicos e sociedade civil pudessem refletir e atuar de forma ativa na gestão dos resíduos sólidos urbanos no Brasil. A seguir imagens de dois eventos produzidos por esta ONG, sendo um realizado em 2000 e outro em 2008.

Imagem18 - Recicle CEMPRE, 2008

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2008.

Imagem19 - Gestão Integrada do Lixo, 2000

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2000.

Além das inserções com eventos para legitimação de seu discurso, o CEMPRE BRASIL por meio da organização de grupos de catadores em cooperativas de recebimento e separação de materiais recicláveis, através do Projeto Especial de Cooperativas de Catadores, o CEMPRE fomenta por esta prática, a inclusão dos catadores na estrutura de coleta de materiais recicláveis que, até então, tinham por destino final aterros sanitários/lixões do País ou a comercialização informal, mantida por catadores e intermediários não oficializados no exercício de suas atividades para as esferas de governo do Brasil. O Projeto com seis anos de existência na entidade auxiliou na formação de 75 cooperativas de catadores de

---

informações para que a gestão pública municipal pudesse operar com mais propriedade a gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares por ela instituída. A Pesquisa CICLOSOFT, realizada pelo CEMPRE BRASIL desde 1994, detalha todos os municípios brasileiros com coleta seletiva de resíduos com operação municipal. Veja página eletrônica: COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. CEMPRE BRASIL (2011) *Pesquisa CICLOSOFT* < www.cempre.org.br/ciclosoft >Acesso 25.04.2012.

materiais recicláveis[48]. Sendo assim, a mudança de realidade vista nas imagens abaixo se concretizam: a saída de indivíduos da catação de materiais recicláveis em lixões para o recebimento dos materiais recicláveis de estruturas municipais e privadas de coleta seletiva, como as cooperativas. Veja a seguir imagens.

Imagem 20 – Catadores em lixões, PA

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2008

Imagem 21 - Cooperativas, Porto Alegre, RS

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2008.

As imagens seguintes são frutos dos projetos realizados em parceria com as empresas *Wal Mart* Brasil, Coca Cola Brasil, *Unilever* Brasil e Pão de Açúcar, em que as cooperativas de catadores são responsáveis pela comercialização dos materiais advindos deste programa de coleta seletiva disponibilizados nas lojas das respectivas empresas mencionadas. O CEMPRE BRASIL protagonizou-se como interlocutor entre setor privado e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

[48]Dados do CEMPRE BRASIL: Projeto Especial de Apoio às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, 2012.

Imagem 22 - Pontos de entrega voluntária *Wall Mart* e Coca Cola

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2008.

Imagem 23 - Pontos de entrega voluntária *Unilever* e Pão de Açúcar

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2008.

A capacitação denominada “Cooperar Reciclando – Reciclar Cooperando” destaca-se nas atividades do CEMPRE BRASIL. Produzida por meio da parceria: CEMPRE BRASIL, Organização do Auxílio Fraterno (OAF) e a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) tem

sua primeira versão datada de 1998. Veja a seguir uma imagem deste material de capacitação que está em sua quarta edição no ano de 2012.

Imagem 24 - Curso "Cooperar Reciclando: Reciclar Cooperando"

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2008.

O material é composto por seis grandes tópicos, sendo: relações humanas; limpeza urbana; parcerias com as instituições públicas para a coleta seletiva de materiais recicláveis; dicas de comercialização dos materiais recicláveis na estrutura do mercado de sucatas do País em que estão inseridos com o curso; a importância da organização em grupos, para que seu trabalho com a sociedade civil possa ter credibilidade e, por fim, o cuidado com a segurança no trabalho em cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Este material tem o propósito de ser apoio didático para especialistas imbuídos de organizar os catadores de materiais recicláveis em grupos de cooperativas de catadores de materiais recicláveis dentro da perspectiva mencionada por Singer (2008, p.289) para alcance da economia solidária. Neste material, portanto,

> A autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto.

Segundo dados do CEMPRE, este material já beneficiou mais de 500 grupos de catadores de materiais recicláveis desde sua primeira edição[49].

4.3 O primeiro biênio da GARSD (2007-2009)

O nascimento da GARSD ocorre, simultaneamente, com o seu primeiro evento enquanto rede internacional de organizações não governamentais socioambientais, ocorrido no Brasil, em novembro de 2007. Neste encontro, as organizações da Venezuela, Uruguai, Tailândia, Brasil e México assumiram a importância do trabalho em rede para a questão da consolidação da temática dos resíduos sólidos na escala internacional, além de firmar o compromisso de avançar fortalecendo a GARSD. Nesse sentido, o primeiro biênio da rede de organizações, que teve como liderança dos trabalhos o CEMPRE BRASIL, preocupou-se em não somente consolidar o hábito do trabalho em rede deste grupo, como também concretizar sua identidade através de materiais e projetos produzidos em conjunto.

O primeiro evento da GARSD contou com dois dias de atividades e discussões que culminaram no compromisso de trabalho coletivo, em busca de avanços na gestão dos resíduos sólidos urbanos para o biênio 2007 a 2009. A seguir tem-se o registro da primeira reunião da GARSD ocorrida em 2007.

Imagem 25 – Primeiro biênio da GARSD, 2007.

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2008.

[49]Dados do CEMPRE BRASIL: Projeto Especial de Apoio às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, 2012.

O primeiro biênio da GARSD despertaram resultados concretos da intencionalidade da manutenção da rede. Esta intencionalidade se traduziu em materiais de divulgação da rede, materiais de apoio às capacitações para catadores de materiais recicláveis, intercâmbios entre seus membros e com entidades interessadas em estabelecer cooperação internacional com a GARSD.

O primeiro resultado foi a manutenção da sinergia de troca de informações e experiências entre seus membros. O segundo resultado foi a construção da identidade da rede, através da consolidação de sua identidade visual, a sigla GARSD e a simbologia correspondente. Veja abaixo a identidade visual da rede.

Figura 11 - Identidade visual: GARSD

Fonte: www.garsd.org, Acesso 18.04.2012.

A simbologia da reciclagem rodeando o globo terrestre traduz as intenções da rede: em forma de linhas e reunidas, as ONGs, que as representam, levarão a ferramenta da reciclagem e do desenvolvimento sustentável ao Mundo. Outro item a ser considerado, neste primeiro biênio de rede, foi a elaboração do material institucional de divulgação da GARSD, chamado de *GARSD Highlights* e que tem o propósito de apresentar a rede, a prática da coleta seletiva e da reciclagem como suas premissas além de uma breve apresentação sobre cada organização não

governamental fundadora: CEMPRE BRASIL, CEMPRE URUGUAY, ADAN, SUSTENTA, TIPMSE. A seguir é possível visualizar a imagem deste trabalho.

Figura 12 – GARSD: *Highlights*

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2008.

A confecção do *Kit to set waste picker cooperatives* também foi uma das ações do primeiro biênio da GARSD. O material em inglês, disponível para especialistas na gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, serve como ferramenta para a consolidação, em escala mundial, da introdução de cooperativas de catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares.

Este modelo foi visto, como referência pelos integrantes da GARSD, por meio da experiência do CEMPRE BRASIL com mais de 500 grupos de catadores de materiais recicláveis que receberam a capacitação do “Cooperar Reciclando – Reciclar Cooperando”.

O material visa permitir que grupos se organizem como cooperativas de catadores de materiais recicláveis, respeitando suas particularidades locais de institucionalização. Os grupos estão aptos a utilizarem este material, a partir do momento, em que se definem como catadores de materiais recicláveis e que podem recebê-los e comercializá-los na estrutura de mercado de reciclagem dos países dos quais pertencem. Veja a seguir a imagem ilustrativa deste material.

Imagem 26 - *Kit to set waste picker cooperatives*

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2008.

Como atividades de intercâmbio da GARSD, têm-se na sede do secretariado em exercício a recepção de delegações de autarquias públicas, ONGs, comunidade epistêmica, organismos internacionais e demais atores envolvidos com a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Nesse primeiro biênio, o CEMPRE BRASIL, sede do secretariado, compartilhou experiências que merecem destaque com países como Marrocos, Paraguai, Uruguai e organismos internacionais como o Banco Mundial.

A primeira relação internacional estabelecida pela rede neste biênio foi com o governo do Paraguai. A visita da delegação de *Assunción* (Paraguai) abriu um terreno próspero para a rede GARSD no tocante ao intercâmbio de experiências em resíduos sólidos urbanos. Em fevereiro de 2009, representantes do sistema de limpeza urbana, preocupados com a estrutura de coleta seletiva da capital paraguaia, estiveram no CEMPRE BRASIL para avaliar as condições técnicas do sistema de coleta seletiva brasileiro com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis e estudar a possibilidade da implantação desta dinâmica em sua realidade. Com duração de dois dias e uma tarde de intercâmbio com o CEMPRE BRASIL, o intercâmbio possibilitou que os representantes do sistema de limpeza urbana pudessem compreender com maior profundidade o trabalho do CEMPRE BRASIL como ONG e ator inserido na dinâmica da gestão de resíduos sólidos do Brasil, o fenômeno de inclusão das cooperativas de catadores de materiais

recicláveis no processo de coleta seletiva e reciclagem dos materiais no Brasil e, por fim, o conhecimento da rede socioambiental GARSD.

O encontro foi próspero para ambos os lados: no que se refere à rede, uma possibilidade de novos parceiros; para a delegação, experiências sobre inclusão de catadores nos programas públicos de coleta seletiva de materiais recicláveis e a autarquia municipal como parceira para este processo. Veja a seguir imagem deste intercâmbio.

Imagem 27 - Visita da delegação paraguaia ao Brasil

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2009.

Em maio de 2009, o CEMPRE BRASIL esteve no CEMPRE URUGUAY, em um encontro realizado entre as duas ONGs. O alvo de compreensões foram os processos brasileiros de parcerias entre catadores, empresas recicladoras, setor privado e esferas de governo. Em 2009, a parceria entre cooperativas de catadores de materiais recicláveis e esferas de governo não se apresentava na realidade uruguaia como possibilidade de gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares. O intercâmbio realizado com a realidade brasileira poderia servir como inspiração para a uruguaia no tocante ao fortalecimento do trabalho dos grupos de catadores e a possibilidade de se transformarem em sujeitos do sistema de coleta seletiva municipal do Uruguai. Além disso, esta realidade brasileira pode vir a contribuir para a diminuição da informalidade da estrutura de compra/venda da cadeia de reciclagem uruguaia.

Com vistas ao estímulo do mercado de recicláveis no país, desde 2007, o CEMPRE URUGUAY é interlocutor com a prefeitura de *Assunción* para a organização do plano municipal de resíduos sólidos com a inclusão dos catadores. Estes intercâmbios podem munir a ONG, em questão, para mudança de atitude dos atores envolvidos com os resíduos no Uruguai: esferas de governo, sociedade, setor privado e outros atores. Ao mesmo tempo, para o CEMPRE BRASIL e para a rede é o fortalecimento das relações socioambientais estabelecidas entre os integrantes. Observe a seguir uma imagem de registro deste encontro.

Imagem 28 – Visita do CEMPRE BRASIL ao CEMPRE URUGUAY

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2009.

Em maio de 2009, a delegação do governo de Marrocos, representado por autarquias municipais e federais, esteve na sede do secretariado da GARSD, CEMPRE BRASIL, para levantar informações, no país, sobre o sistema de coleta seletiva com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Este intercâmbio, acompanhado de representantes do Banco Mundial, trouxe experiências para ambas as partes.

O intercâmbio permitiu aos representantes do Marrocos, a oportunidade de perceber que na realidade brasileira a geração de emprego, renda e diminuição dos impactos ambientais de disposição final são desdobramentos da cadeia do mercado de recicláveis, em que os catadores estão como entes. No Marrocos, a gestão dos resíduos sólidos vem acompanhada da disposição final em lixões, ausência do

trabalho dos catadores de materiais recicláveis na estrutura formal de coleta seletiva, programas incipientes de coleta seletiva.

Para a rede, a oportunidade do fortalecimento das relações em outro país garante ao grupo que a compõe o fortalecimento do discurso em prol da gestão dos resíduos com a inclusão de catadores, recicladores e sociedade na escala global. Veja a seguir imagem resultante deste encontro.

Imagem 29 - Visita da delegação de Marrocos e do Banco Mundial ao CEMPRE BRASIL

Fonte: Luciana Ziglio, 2009.

Estes intercâmbios, aqui apresentados como frutos dos trabalhos da rede no primeiro biênio (2007 a 2009), somam-se às relações que fortalecem os trabalhos em rede para a questão dos resíduos em dois caminhos: o primeiro no próprio fortalecimento da rede indicando que seu discurso na busca de uma gestão dos resíduos sólidos para realidades dos países Sul é ouvido por outros países com o mesmo dilema; o segundo, no intercâmbio de experiências entre os pares que não são da rede proporciona que esta se construa com mais elementos que garantam sua continuidade a partir do momento que novos horizontes de realidades são absorvidos nestas relações. Estes encontros fortalecem os dois lados: os membros não integrantes e os integrantes. Contudo, isto não significa que os países não integrantes em um futuro próximo possam vir a ser componentes da GARSD.

Este cenário fértil de avanços culminou para a efetiva organização do segundo evento da rede, na Tailândia, em 2009, com a entidade líder para a recepção do evento, a TIPMSE, também integrante da GARSD.

4.3.1 O segundo evento da GARSD (2009)

O segundo encontro da GARSD, consolidado em 2009, na Tailândia, teve a participação de 60 pessoas que consistiam em: empresas, organizações internacionais como a *United Nations Environment Programme* (UNEP), organizações não governamentais internacionais como a *CARE International*, setor empresarial asiático reciclador, imprensa e, por fim, ONGs componentes da GARSD. Em três dias de reuniões, mais do que compartilhar as experiências de suas realidades nacionais de gestão de resíduos, a rede também comentou sobre seus avanços nesses seus dois anos de atividades.

Imagem 30 - Segundo evento da GARSD, Tailândia, 2009

Fonte: Luciana Ziglio, 2009.

Os três dias que compuseram este evento estabeleceram diretrizes para o biênio da GARSD (2010 a 2012). Além das reuniões de discussão destas diretrizes,

a conferência contou com visitas em dois locais de inserção de parceiras da TIPMSE, sendo uma delas com a gestão pública municipal e a segunda com a cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

A parceria entre a esfera de governo municipal de Bangcoc e a TIPMSE consolidou-se em dois pilares: o primeiro na troca de informações técnicas sobre coleta seletiva, educação ambiental para a ampliação dos programas de sensibilização, em que a TIMPSE seria o instrumento de comunicação para as comunidades escolhidas pela esfera municipal com o objetivo de conscientização com vistas a participar dos programas de coleta seletiva oferecidos pela esfera municipal.

O segundo incumbiu a TIPMSE como responsável, pelas capacitações técnicas a fim de concretizar a formação da cooperativa de catadores. O bairro escolhido em região periférica de Bangcoc sofria, como outras comunidades periféricas, de ausência de saneamento básico, acesso à água e coleta adequada de resíduos sólidos domiciliares. Ao mesmo tempo, a comunidade contava com uma boa parcela de habitantes que coletavam materiais recicláveis em outras comunidades para realizar a venda e, assim, garantirem sua renda. A criação da cooperativa para esta comunidade uniu a necessidade local à oportunidade de renda. A comunidade endereça aos seus próprios membros, que atuam com a coleta seletiva, os materiais recicláveis e os orgânicos. Materiais não recicláveis e orgânicos são retirados pela prefeitura. Deste modo, os catadores não realizam mais a coleta de materiais recicláveis em outros bairros, pois seu próprio bairro oferece o mesmo com a implantação da coleta seletiva. A seguir, observa-se uma imagem desta experiência.

Imagem 31 - Cooperativa de catadores ou *Salengs*, Tailândia, 2009

Fonte: Luciana Ziglio, 2011.

Fonte: TIPMSE, 2012.

Foi o objetivo principal em seus primeiros anos de vida, compreendidos entre 2008 a 2010, divulgar sua identidade e existência, bem como trocar informações sobre as realidades de gerenciamento dos resíduos dos países que a compõem. A rede através da troca de informações entre seus integrantes, através da formulação de materiais de educação ambiental local ou de alcance internacional, fortaleceu seu discurso, identidade e construiu suas primeiras propositivas. O encerramento do evento deixou definidas as metas da rede no biênio 2010 a 2012.

4.3.2 O segundo biênio da GARSD (2010-2012)

Após o encerramento do evento na Tailândia, os integrantes da GARSD regressaram as suas instituições nacionais, com atividades para o desenvolvimento da rede para os anos de 2010 a 2012. As iniciativas de execução definidas pelo grupo em conjunto, para este período estavam definidas, tais como: construção da página eletrônica da GARSD na rede mundial de computadores; estímulo à construção de um estudo técnico dos modelos de gestão de resíduos sólidos nos países integrantes da GARSD; manutenção da rede de informações já existente na

GARSD; ingresso de novas ONGs integrantes da rede e, por fim, a confirmação do terceiro evento da GARSD para novembro de 2011 no CEMPRE BRASIL.

A formalização do ingresso de duas novas ONGs para a rede GARSD concretizou-se. As mesmas começaram suas aproximações com a rede em 2011, sendo *Compromiso Empresarial para Reciclaje* CEMPRE COLÔMBIA, localizada na Colômbia e *Pet Plastic Recycling South Africa* (PETCO), localizada na África do Sul. Estas organizações estão comprometidas assim como as demais integrantes da GARSD com as mesmas atividades propostas para o biênio 2010 a 2012. Veja abaixo as identidades visuais das novas organizações integrantes mencionadas anteriormente.

Figura 13 – Identidade visual: CEMPRE COLOMBIA e PETCO

Fonte: www.garsd.org. Acesso 18.04.2012

O ingresso dessas duas ONGs na rede, a fortalece no cenário internacional. O ingresso da PETCO inseriu a rede GARSD ao continente africano para apresentação de suas intencionalidades. Já o ingresso do CEMPRE COLOMBIA permitiu somada a ONG mexicana o reforço na América Latina para a divulgação de suas propositivas para a gama de países que a configuram.

A página na rede mundial de computadores, reunindo as principais informações da GARSD, bem como o contato com cada ONG participante, nasceu

no primeiro trimestre de 2010 e possibilita a troca de informações com os interessados pela gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares na esfera global.

Esta página eletrônica pretende tornar-se para a rede um portal de contato em qualquer parte do mundo com os interessados em gestão de resíduos sólidos na perspectiva defendida pela rede, bem como ser uma ferramenta de divulgação e consolidação da GARSD para os atores da Ordem Ambiental Internacional. Veja abaixo a imagem de apresentação da página eletrônica da rede[50].

Figura 14 - Página eletrônica da GARSD

Fonte: www.garsd.org.br. Acesso em 17.05.2010.

[50]Para saber mais sobre movimentação transfronteiriça entre os países consultar: ZIGLIO, Luciana. A Convenção de Basiléia e o destino dos resíduos sólidos industriais no Brasil, 2006. Disponível em:< http://www.teses.usp.br/teses-/disponiveis/8/8136/tde17032006171602/en.php>. Acesso em 01.08.2012.

O intercâmbio entre os atores da Ordem Ambiental Internacional continuou neste período compreendido como segundo biênio da GARSD. Em novembro de 2010, tratou-se de receber a delegação chinesa composta por especialistas da esfera pública municipal, para trocas de informações sobre o trabalho da ONG CEMPRE BRASIL e as parcerias realizadas, no Brasil, com a esfera pública, sociedade, cadeia de comercialização da reciclagem e catadores. O encontro com duração de um dia resultou na apresentação do cenário brasileiro de gestão de resíduos sólidos domiciliares, a apresentação da experiência CEMPRE BRASIL em suas atividades com catadores de materiais recicláveis, a apresentação da rede GARSD e a visita a COOPAMARE. Vide abaixo a imagem que registrou este encontro.

Imagem 32 - Visita da delegação chinesa ao CEMPRE BRASIL

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2010.

A China utiliza-se da disposição final de seus resíduos em lixões e com uma grande concentração de catadores nestas áreas. Em Pequim, com a população de 1,3 bilhões de pessoas, é rotineira a catação informal de milhares de catadores de

materiais recicláveis. Sendo assim, a capital chinesa, bem como todo o país, busca soluções para a gestão de seus resíduos que incluam os catadores e uma parcela maior de população participante[51].

A experiência de CEMPRE BRASIL apoiando a formalização gradativa dos catadores de materiais recicláveis informais é extremamente interessante ao governo chinês que não tem este ator incorporado em sua cadeia de coleta, tratamento e disposição final de resíduos.

Em maio de 2011, mais uma vez se conclui outra cooperação internacional na rede. CEMPRE BRASIL esteve na República Dominicana para expor sua experiência no fomento à coleta seletiva e reciclagem com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis para os representantes da limpeza urbana da cidade de Santo Domingo. O evento, com duração de uma semana, permitiu que a municipalidade deste país iniciasse a estruturação de seu primeiro programa oficial de coleta seletiva de resíduos. Durante este encontro, o principal desafio localizado pelo grupo foi à inserção dos catadores de materiais recicláveis no sistema de coleta seletiva, pois para a realidade de sua gestão, a atividade desempenhada por estes catadores ferem os princípios de legislação trabalhista, sanitária e ambiental para a coleta de resíduo do município de Santo Domingo. Para auxiliar nesse impasse, o intercâmbio com outro integrante da GARSD, CEMPRE COLÔMBIA, concretizou-se, pois existe a similaridade de legislação entre esses países para o tema. Veja abaixo uma imagem de registro deste encontro.

[51]AGÊNCIA NOTÍCIAS EM ESPANHOL. EFE (2011) Catadores de material reciclável ajudam Pequim a evitar colapso em Lixões. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=UyQLLVEJJPk> Acesso em 20.04.2012.

Imagem 33 – CEMPRE BRASIL na República Dominicana.

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2011.

A organização não governamental, *Pet Plastic Recycling South Africa* (PETCO), em junho de 2011, acompanhada por uma delegação de empresas de catadores sul africanos de reciclagem esteve no Brasil para intercâmbios com o CEMPRE BRASIL. O evento de duração de uma semana tinha o propósito de oferecer aos seus integrantes informações sobre a cadeia de reciclagem no Brasil desde a catação pelo catador informal até a indústria recicladora. O CEMPRE BRASIL foi o responsável por relatar esta cadeia de reciclagem bem como proporcionar visitas aos recicladores e às cooperativas de catadores pertencentes a esse cenário. Veja a seguir imagem de registro deste encontro em que a PETCO visitou a COOPAMARE.

Imagem 34 – PETCO no CEMPRE BRASIL

Fonte: Luciana Ziglio,2011.

A organização PETCO como componente da rede GARSD abre a possibilidade de um leque de iniciativas e cooperações no tocante a reciclagem dos resíduos sólidos urbanos domiciliares para ambos os lados. Para a GARSD ter um integrante africano permite avançar em trabalhos neste continente. Para a PETCO abre o cenário de diálogo com ONGs em várias partes do mundo.

No segundo biênio da GARSD surgiram novos materiais técnicos. O *Guidelines for Establishing Solid Waste Recovery Organizations in Emerging Countries* pretende ser a primeira provocativa da rede na busca de estruturação da gestão de resíduos sólidos em países do Sul.

A publicação consta na página eletrônica "*Informal Waste Sector"* e se apresenta por quatro itens: definição de resíduos para a rede GARSD, objetivos da rede GARSD, como organizar localmente uma associação para auxiliar na problemática dos resíduos sólidos e, por fim, uma breve apresentação de cada integrante componente da GARSD[52].

[52]*GLOBAL ALLIANCE FOR RECYCLING AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT.* GARSD (2010) *Guidelines for Establishing Solid Waste Recovery Organizations in Emerging Countries*

Esses quatro itens versados na publicação eletrônica da GARSD são interessantes na medida em que esse grupo pretende se posicionar como referência no tema. No primeiro item, a rede ao posicionar-se para a definição de resíduos, pode tornar-se referência para a formulação de políticas nacionais e internacionais das quais ainda não se possua claramente esta definição. Além disso, já é fato na Ordem Ambiental Internacional, a presença de organizações não governamentais internacionais que foram acionadas nos mais diversos fóruns, incluindo os governamentais, para apresentarem seus estudos técnicos justamente no propósito de balizar formulações documentais.

Ainda na publicação, ao que se refere aos itens segundo e quarto, respectivamente, objetivos e apresentação de cada integrante, a rede vem claramente relatar sua posição de provocativa e informacional diante do tema "resíduos sólidos". Pretende com suas inserções ser um ator socioambiental internacional de relevância nesta temática.

Já o item terceiro, que esboça a organização de uma associação não governamental, expressa claramente os desejos da rede GARSD: que sua identidade se espalhe e se ramifique com as dimensões locais e/ou globais.

Sendo assim, através do instrumento de criação de publicações, a rede pouco a pouco amplifica seu discurso ao mesmo tempo em que o fortalece. Segue construindo sua história, internaliza nas comunidades seu trabalho e influencia nas escalas locais e globais gradativamente com suas manifestações.

4.3.3 O terceiro evento da GARSD (2011)

Em São Paulo, novembro de 2011, as ONGs componentes da GARSD reuniram-se para mais uma vez posicionarem os trabalhos diante dos dois biênios de atividades da GARSD e ao mesmo tempo consolidar propostas para o ano de 2012 de todos os seus componentes. Veja a seguir a imagem que registrou este evento.

<http://pt.scribd.com/doc/63260754/Guidelines-for-Establishing-Solid-Waste-Recovery-Organization-Guidelines-in-Emerging-COuntries-DRAFT-2-12-10> Acesso. 25.04.2012.

Imagem 35 – O terceiro encontro da GARSD, Brasil, 2011

Fonte: CEMPRE BRASIL, 2011.

O dia de atividades gerado por esse encontro configurou para a rede as diretrizes para trocas de experiências e implementações de seus projetos nas realidades das quais interagem. A discussão central, técnica, para o ano de 2012 alicerçou-se em dois pilares: o primeiro na continuidade dos projetos relacionados à educação ambiental e a continuidade da organização de grupos de catadores de materiais recicláveis em todos os países integrantes e o segundo, em uma harmonização das novas propostas de criação de projetos para comunidades, governos (em suas diversas esferas) e o setor privado.

Para melhor compreensão dos dois grandes pilares mencionados, anteriormente, vamos detalhar o discurso da continuidade dos projetos relacionados à educação ambiental. Todas as organizações componentes da GARSD em 2011 diferentemente do primeiro e do segundo biênio da rede que não tinham projetos em atividade com comunidades ou cooperativas de catadores, em 2011, já possuíam projetos em desenvolvimento[53]. No primeiro biênio, verificava-se o Brasil e a Tailândia com projeto de apoio de cooperativas de catadores em situação

[53]Os componentes da GARSD em 2011 são: SUSTENTA (México). CEMPRE BRASIL, CEMPRE URUGUAY, CEMPRE COLOMBIA, PETCO (África do Sul) e TIPMSE. A organização ADAN (Venezuela) foi extinta.

completamente divergente neste encontro em que apenas o SUSTENTA não tinha projetos desta natureza em operação. O "sinal verde" de atuação em projetos de educação ambiental em todas as organizações foi estimulado nesta reunião entre eles. Deste modo, todos os projetos em execução continuam agora com a perspectiva de que no ano de 2012 os mesmos iniciem, quando possível, com uniformidade metodológica. Compreende-se na rede por uniformidade metodológica nos projetos relacionados à educação ambiental a utilização de toda a experiência de implantação de projetos construída pelo CEMPRE BRASIL referência na rede para esse item, no entanto, respeitando as diferenças locais que cada membro da rede considera pertinente a sua realidade para a execução dos projetos. Nesta perspectiva comenta Cheri Scholtz, representante da organização não governamental PETCO:

> "Há muito a ser aprendido quando se trabalha em rede. Entre os destaques do que vimos no Brasil, está a formalização do trabalho dos catadores. A união em cooperativas contribui para o reconhecimento de sua importância na cadeia de reciclagem e para que tenham mais qualidade de vida[54].

Como resultados deste terceiro encontro da rede destacam-se além do início da uniformidade e execução de projetos com cooperativas de catadores e educação ambiental, na perspectiva técnica, o avanço do entrelaçamento do setor privado com todas as organizações na esfera global. Neste terceiro encontro o número de componentes do setor privado evoluiu. Enquanto o primeiro encontro realizado em 2007 contava com 4 empresas[55], o terceiro contava com 6 empresas[56] que ao longo dos quatro anos de consolidação e execução das atividades construídas pela GARSD acompanharam ou auxiliaram no cumprimento das mesmas.

As diretrizes da rede para o ano de 2012 foram discutidas. Por meio do painel denominado "Qual o painel da GARSD no futuro", a proposta política, as metas e próximas ações foram definidas. Como proposta política, a rede assumiu a

[54]COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. CEMPRE BRASIL (2011) GARSD realiza o seu terceiro encontro da rede <http://www.cempre.org.br/ci_2011-1_112_capa.php> Acesso 09.02.2012.
[55]As empresas foram respectivamente: Unilever, Pepsi, Coca Cola e Procter&Gamble.
[56]As empresas foram respectivamente: Danone, Tetra Pak, Coca Cola, Johnson & Johnson, Unilever, Procter&Gamble.

importância provocativa de articular com os respectivos Estados Nacionais para a importância da inserção em suas políticas relacionadas aos resíduos sólidos o trabalho realizado pelos grupos de catadores. A GARSD poderia ser o suporte teórico e/ou técnico para este cenário. Como proposta de meta, ao longo de 2012, o desafio é duplicar a quantidade de comunidades abrangidas em cada um dos projetos dos membros da rede, a fim de evoluir os índices de coleta seletiva e reciclagem nos respectivos países[57]. Como ações, para o ano de 2012, tem-se a participação na Conferência Mundial Rio + 20 e a busca de mais empresas mantenedoras da rede.

O trabalho em rede, na busca dessas metas, torna-se ainda mais desafiador. Tem-se aqui uma dupla missão dentro das ONGs e, em particular, o ator GARSD: consolidar-se com o discurso de trabalho em rede e com a missão de conseguir a efetividade do desenvolvimento sustentável, especificamente em resíduos, por meio da cooperação internacional. Afinal de contas, tem em seu nome o desenvolvimento sustentável: *Global Alliance for Recycling and Sustainable Development* ou GARSD.

4.4 GARSD: análises iniciais

Admitir que neste item se realize na rede GARSD uma análise inicial e que ela se encontra em processo de consolidação, nesta tese de doutorado torna-se a posição apropriada à rede de organizações socioambientais em questão. Como fundamentações para estas afirmativas estão em seus três anos de existência a criação recente de sua identidade visual e de seu discurso como rede socioambiental internacional. A cooperação internacional e o estímulo da coleta seletiva e reciclagem alicerçam as aspirações da GARSD como ferramentas à consolidação desta forma de trabalho socioambiental.

A prática da coleta seletiva e da reciclagem, bandeiras de discurso da rede socioambiental GARSD, são utilizadas como retroalimentação, do sistema capitalista, apresentado no Capítulo I. Sendo assim, a GARSD seria uma alternativa

[57]CEMPRE COLOMBIA com o projeto Familia, SUSTENTA (México) com projeto de educação ambiental nas escolas, CEMPRE BRASIL, CEMPRE URUGUAY, CEMPRE PERU, TIPMSE, PETCO, com o projeto de apoio às cooperativas de catadores.

dentro de um problema muito maior contemplado ao longo deste mesmo Capítulo, que versou sobre o equilíbrio entre o trinômio da produção & consumo & resíduos no contexto de uma sociedade capitalista contemporânea embasada na cultura do supérfluo e do “esverdeamento” das relações de produção.

A GARSD ao apropriar-se da multiescalaridade e do cenário internacional por meio da cooperação internacional, consolida-se ainda mais. A dimensão internacional para o problema de geração de resíduos que foi apresentada no Capitulo I, lentamente assumiu esta proporção escalar, pela simples razão de que a sociedade de consumo atual é global. Mas outro aspecto de fundamental importância para a GARSD e apresentado no Capítulo I merece destaque: a sociedade de consumo produz uma massa de desempregados, excluídos dessa dinâmica, mas, que são incorporados não em sua totalidade, nas relações de “esverdeamento” da produção capitalista. Sendo assim, a GARSD é fortalecida, em seus discursos, na sociedade de consumo atual quando estimula o indivíduo a participar de programas de coleta seletiva, pois nesta ação proporciona o aumento da produtividade dos recursos naturais, e também, fortalece-se quando estimula a expansão da cadeia de comércio da reciclagem incluindo neste processo um exército de indivíduos sem emprego. A GARSD caminha na perspectiva de emprego mencionada por Hirata, no Capítulo I, desta tese. Para ela e para a GARSD existe uma parcela de indivíduos que estão à margem do sistema capitalista de produção, desempregados e que não conseguem empregos formais. Sendo assim, a participação na estrutura de coleta seletiva de materiais recicláveis é a alternativa para este cenário. Estas novas formas de emprego, como vimos em Poschmann, no Capítulo I, criam novas formas de institucionalização de indivíduos e modificam as definições de emprego e desemprego utilizadas até então. Estas novas relações de trabalho preconizadas pela rede são válidas, no entanto, cabe ao leitor ter a clareza de que não se resolve o problema central desta discussão: a sociedade capitalista com toda a sua lógica de produção e expropriação. O discurso da “economia verde”, em que se tem a diminuição do desemprego associado ao trabalho de catadores quando estão em parceria com as esferas públicas, visto no Capítulo I, distrai a sociedade da discussão central.

A GARSD assim como outras organizações não governamentais socioambientais proporcionam ao conceito de cooperação internacional outro olhar. Estes atores modificam a ordem internacional estabelecida para o princípio da cooperação conforme relatado no Capítulo I deste trabalho, ao se posicionarem como atores não governamentais envolvidos com as questões internacionais. Sendo assim, o caráter transnacional acompanha estes novos atores. A GARSD, como ONG, vem neste novo cenário em que a cooperação não necessariamente acontece no âmbito das relações dos Estados Nacionais, mas em um processo aberto, descentralizado, não linear e repetitivo, mas ainda com a predominância da figura dos Estados Nacionais nestas relações de cooperação. A GARSD ambiciona concretizar estas cooperações com os Estados Nacionais para legitimar sua posição e discurso no cenário internacional. O princípio motriz para a GARSD é o da cooperação e não do conflito, e quando esse princípio é estabelecido com o Estado Nacional ele a toma em poder na Ordem Ambiental Internacional. As ações de cooperação internacional da GARSD, relatadas no Capítulo IV, ainda são muito tímidas, mas a rede ambiciona e a manifesta ao produzir em sua identidade visual, demonstrada também no Capítulo IV, sua intencionalidade com relação à cooperação internacional: ser um ator não governamental com a dimensão global que defende a reciclagem e, para isso, utilizará o mecanismo da cooperação.

A GARSD nasceu com essa intencionalidade e desenvolverá suas atividades com essa direção apresentada nessa hipótese. De forma gradativa concretiza essa condição ao produzir seus materiais de divulgação, projetos, reuniões, discursos apresentados no desenvolvimento do Capítulo IV. A cooperação internacional para a rede GARSD vem acompanhada da continuação de seu nome: "*Sustainable Development"* e entrelaça a rede com o Capítulo II para a discussão do conceito de ONG e o conceito de desenvolvimento sustentável.

A GARSD é uma organização não governamental internacional socioambiental com as características trabalhadas para definição desse fenômeno do qual o leitor acompanhou ao longo do Capítulo II. No entanto, para essa definição apresentada evidenciam-se algumas informações pertinentes ao objeto. A premissa inicial desse Capítulo confirma-se no objeto desta tese. Ela é uma organização social, dotada de institucionalidade, pois cria seus procedimentos internos (Comitê Gestor, no início

Capítulo IV) e externos (a não participação do voluntariado), privada, com atuação em projetos públicos e privados, mesmo que de forma muito tímida, com suas atuações em escalas nacionais por meio de seus membros, sem fins lucrativos e com seus membros remunerados por desempenho de suas atividades. Esta organização social GARSD traduz os desejos, intencionalidades da parcela social que representa e aceita seu discurso em prol da questão ambiental. Este discurso da GARSD retroalimenta a hipótese desta tese e desse modo apoia o discurso vigente dentro do sistema capitalista, sendo assim não é uma voz de protesto como assume outras ONGs.

O seu fazer político, os seus discursos criados, reinventados com a participação de seus componentes são legitimados, por meio das diversas inserções, tais como: fóruns, campanhas publicitárias, campanhas de arrecadação de recursos com a sociedade civil. Estas legitimações ganharam dimensões multiescalares. As campanhas da GARSD almejam a esfera global.

Não são surpresas, neste trabalho, quanto à escolha por parte de organizações não governamentais socioambientais e, particularmente, a GARSD em não se posicionar como voz de protesto diante das questões ambientalistas mundiais vista no Capítulo II. No entanto, reforça-se a importância de analisar as causas com as quais esses grupos militam, ao mesmo tempo, em que cabe verificar os seus financiadores e demais pares dentro da ordem ambiental, que juntos multiplicam seus discursos.

O fenômeno do ambientalismo e o conceito de desenvolvimento sustentável apresentados no Capítulo II, entrelaçam-se com a GARSD em dois grandes momentos: no nascimento na Conferência RIO 92 do CEMPRE BRASIL e no nome da organização socioambiental "*Sustainable Development"*.

O cenário próspero que as ONGs encontraram no evento RIO 92, discutido no Capítulo II, em que pela primeira vez, ONGs foram instituídas como atores oficiais para as discussões das agendas ambientais globais, pelo qual prosperaram também para a rede GARSD que nasceria quinze anos depois. O CEMPRE BRASIL ao ser concebido no fórum das ONGs, a partir do encontro de especialistas ambientais que estavam participando desse evento, foi o ponto de partida para que depois de 20 anos existissem os "CEMPRES" espalhados pelo mundo e conectados pela GARSD.

Além disso, admite-se aqui, devido a evolução e consolidação da GARSD esta participará ativamente dos grandes eventos mundiais internacionais futuramente. Afinal de contas organizações similares a ela, como o *Greenpeace*, Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e *Nature Conservancy* (TNC), apresentadas no Capítulo II, iniciaram-se pequenas e tornaram-se gigantescas.

A inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável no nome da rede, expressa a sua intencionalidade, sua predileção, conforme visto no Capítulo II, com Sachs, de três dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável: a variável ambiental representada na rede pela reciclagem dos materiais; a variável econômica representada na rede pela cadeia de reciclagem e a variável social representada pelos projetos que visam à formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Sendo assim, ao seu modo, a rede contribui para o tão sonhado alcance do desenvolvimento sustentável, mesmo que fracionado.

Castells (1999), abordado no Capítulo II, alerta para outra característica marcante para a rede GARSD: os movimentos sociais como formas de organização e utilizando as redes nacionais e internacionais como fio condutor para afirmação de seu discurso no cenário ambientalista. Aqui se abre a oportunidade de articulação em redes, trabalhada no Capítulo III e que a GARSD usufrui.

No Capítulo III, considerou-se que as redes são formações geopolíticas com hierarquias definidas e flexíveis segundo os interesses de seus atores, que não possuem centro, mas compartilhamento de poder e que envolve sociedade civil (definidos por indivíduos, movimentos sociais, ONGs, comunidade científica), setor privado e esfera pública, que se relacionam levando em conta fronteiras e diferenças geopolíticas harmonizadas e superadas para que o trabalho em rede, em torno de uma questão comum a todos que procuram soluções, possa alcançar propósitos.

A rede GARSD constituída em 2007 por seus membros tem por premissa a formulação de um discurso global para a gestão dos resíduos sólidos domiciliares. A construção desta identidade partiu de todos os seus componentes que concordaram com esta possibilidade de cooperação entre as organizações ambientais das esferas nacionais que representam. Para a GARSD, as articulações em redes possibilitam seu “empoderamento” e sua longevidade. Além disso, adota a questão multiescalar

dentro do trabalho em rede. Sendo assim, a GARSD cria postulados globais com suas publicações, projetos, eventos dentre outras inserções por ela criadas, mas ao mesmo tempo, atua na escala local ao auxiliar na execução de projetos para um de seus membros, como abordado no desenvolvimento do Capítulo IV.

Este vai e vem multiescalar é uma de suas características que possibilita seu fortalecimento, dinamismo e perpetuação de suas intencionalidades e que merece destaque para os estudiosos deste fenômeno chamado "organização não governamental socioambiental internacional". São as atividades produzidas, pelos componentes da GARSD, nas esferas locais - nacionais que repercutiram em um movimento maior em direção às esferas globais – internacionais, bem como a continuidade de suas ações nas esferas iniciais já mencionadas.

Os materiais da GARSD, apresentados no Capítulo IV e traduzidos aqui como publicações (*GARSD Highlights*, *Kit to set waste cooperatives pickers*, identidade visual da rede), projetos desenvolvidos em comunidades (cooperativa de catadores de materiais recicláveis ou *salengs* na Tailândia, *Projeto Familia* com CEMPRE COLÔMBIA), organização de eventos nacionais e/ou internacionais (RECICLE CEMPRE), relatórios, participações em reuniões ambientais nacionais e/ou internacionais (Eventos Bienais da GARSD), intercâmbios (Marrocos, China, República Dominicana) são as traduções do que se intitula "capital socioambiental" abordado no Capítulo III. Este capital socioambiental tem duas facetas: legitimação da Ordem Ambiental Internacional ou a transformação da Ordem Ambiental Internacional.

Não é o fim do sonho do alcance do desenvolvimento sustentável fazer a aceitação de certos capitais socioambientais que configuram a atual Ordem Ambiental Internacional. O cuidado é na direção de analisar qual tipo de discurso a sociedade aceitará e quais são as consequências de suas escolhas em prol do desenvolvimento sustentável e da crise civilizatória posta na sociedade contemporânea capitalista. As ONGs componentes da GARSD não possuem a resolução de crise civilizatória, mas podem auxiliar nesse impasse ou mantê-lo.

Ao longo deste trabalho pode-se perceber que as ONGs, especialmente, a GARSD, criam seus mecanismos de interface com os atores. Estes mecanismos se traduziram no capital socioambiental visto no Capítulo III.

Os capitais socioambientais produzidos pela GARSD e apresentados no Capítulo IV, merecem ser instrumentos de análise por todos os atores envolvidos no cenário internacional ambiental. Podem, sim, tornarem-se instrumentos que contribuam para a preservação do meio ambiente e não somente à manutenção da lógica capitalista que faz da questão ambiental uma indústria somente de viés lucrativo, como relatado por Diegues no Capítulo II deste trabalho.

Sendo assim, e para concluir, a GARSD, ao seu modo, também inclui sua parcela de contribuição neste leque de possibilidades que se abrem na busca do desenvolvimento sustentável. Define-se neste cenário internacional ambiental como rede socioambiental internacional de ONGs com a perspectiva de fomento à reciclagem dos resíduos sólidos urbanos domiciliares por meio da educação ambiental da sociedade e da geração de emprego e renda para milhares de excluídos do mercado de trabalho do sistema capitalista. Esta é a sua contribuição. Constrói seu fazer político de acordo com o que advoga.

5. Considerações Finais

Esta tese sintetiza uma nova modalidade de cooperação na Ordem Ambiental Internacional. Esta nova modalidade conta com as intervenções das organizações não governamentais (ONGs), exemplificada neste trabalho por meio da apresentação da rede internacional de organizações não governamentais GARSD.

As abordagens resgatadas sobre cooperação internacional, redes, ONGs foram selecionadas neste trabalho para melhor compreensão deste fenômeno denominado “organização não governamental”. Esta forma de organização social produz novos movimentos e produtos entendidos nesta tese como o capital socioambiental. As organizações não governamentais internacionais criam seus discursos, projetos, articulações que foram definidas aqui como seu capital socioambiental.

A passagem de Veiga (2007), já abordada neste trabalho, sintetiza nestas considerações finais a busca socioambiental e o fenômeno das redes socioambientais internacionais de ONGs. Esta aparente novidade do termo socioambiental nada tem de fortuito ou acaso respondendo a uma necessidade objetiva espelhada nas necessidades do modo de produção capitalista em retroalimentar sua lógica: produção versus consumo, produção versus descarte, resíduo sólidos versus novos materiais.

Como manter a lógica produção e consumo da sociedade capitalista sem a reposição dos recursos naturais? Os resultados desta tese mostram que a GARSD transita na perspectiva de que os recursos naturais têm suas propriedades materiais ampliadas e/ou modificadas no curso das sociedades capitalistas. A cooperação internacional, por meio das redes socioambientais de ONGs, propicia nestas sociedades uma nova forma de acesso aos recursos naturais diante da busca de uma base material que assegure a expansão permanente do sistema capitalista, o que confirma a hipótese deste trabalho. Os problemas ambientais e a escassez dos recursos naturais ganham repercussões mundiais que forçam o sistema capitalista a perseguir também soluções nesta escala. Como a dimensão escalar é global, o uso das redes amplifica a ação deste ator. As redes de organizações socioambientais, personificada pela GARSD, assumem escalas locais, globais e transnacionais simultaneamente ou quando julgam convenientes.

Redes Socioambientais e a Cooperação Internacional não caminham somente para a possibilidade de resposta imediata para a equalização do uso dos recursos naturais na sociedade capitalista. Surge também como possibilidade de resposta imediata para a massa de trabalhadores excluídos do modo de produção capitalista. O desemprego, a economia informal, a escassez dos recursos naturais, a produção excessiva de resíduos, o consumo em massa são as limitações que permeiam esta realidade do sistema capitalista, principalmente em países do Sul, e que gradativamente alcança escalas globais.

No Brasil, surge uma alternativa para este cenário marginal do sistema capitalista. A criação das cooperativas de catadores é reflexo sobre uma nova forma de trabalho, de participação cidadã e de inclusão social. Os catadores ao se organizarem nesses grupos são reinseridos na lógica do capital voltando nesse modelo a se protagonizarem como sujeitos de suas vontades e caminhos, enfim de sua própria vida. Esta nova modalidade de emprego permite esta inserção.

Internacionalmente, com a GARSD, esta dinâmica brasileira se reproduziu. Por meio de seu discurso de ampliação da coleta seletiva e reciclagem associada às cooperativas de catadores de materiais recicláveis respondeu a sua maneira diante dos binômios: produção versus consumo; recursos naturais versus resíduos; trabalho versus desemprego; socioambientalismo versus capitalismo.

Estes binômios tornam-se cada vez mais locais, agudos e gradativamente compreendidos e assimilados pela sociedade Mundial. Para o leitor, como alternativa para a tão sonhada equalização do ciclo de produção e consumo, permanece a ilusão do equilíbrio desta relação no âmbito da articulação internacional, por meio das redes socioambientais ao formularem suas estratégias em prol da reciclagem de resíduos sólidos urbanos domiciliares, como a GARSD, que em pouco tempo de existência, está em progressiva construção, consolidando-se, fortalecendo-se, revelando-se em processos que se desdobrarão em ações e experiências que alimentarão os processos decisórios de diversos fóruns: empresariais, governamentais, internacionais, locais e internacionais.

Incoerente as ações dessas organizações não governamentais internacionais? Não, pois as respostas deste trabalho são parciais e não

resolvem de fato o impasse entre crescimento econômico e preservação ambiental. Como avançar? Organizações não governamentais abrem um horizonte de avanço, assim como outros atores da Ordem Ambiental Internacional. A sociedade escolherá suas preferências.

6. Referências

ACSELRAD, Henri. (org.) *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.315 pg.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002. 928 pg.

ARRUDA, Angela. *Espacios imaginarios y representaciones sociales: aportes desde latinoamerica*. México: *Universidad Autonoma Metropolitana*, 2007. 412 pg.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.213 pg.

BOBBIO, Norberto. et. al. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB. 1995, 666pg.

BOCUHY, Carlos. *O custo do silêncio*. IN: ACSELRAD, Henri. (org.) *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 283-291pg. 315 pg.

BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. 285pg.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante.* São Paulo: Brasiliense, 1988. 212pg.

BRODHAG, Christian. *Las cuatro verdades del planeta*. Espanha: Flor Del Viento, 1996. 278pg.

BULKELEY, Harriet. *Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. Political Geography,* 2005, 24, 875-902 pg.

CAPRA, Frijot. *A teia da vida*: *uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996. 253pg.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010. 327pg.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental*. *Educação: Teoria e Prática*, 2001, Vol.9, 16. 46-56pg.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, Vol. 1. 617pg.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, Vol.2. 530pg.

CASTELLS, Manuel. *O fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, Vol.3. 497 pg.

CLAPP, Jennifer. *Global Environmental Governance for Corporate Responsibility and Accountability. Global Environmental Politics. Massachusetts Institute of Technology*, Vol.5, 3, 2005. 23-33pg.

CLAVAL, Paul. *Espacio y poder Paul Claval*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1982. 246 pg.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

CONTEL, Fábio. *Território e Finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. Tese de doutoramento em Geografia*. Universidade de São Paulo, 2007. 323pg.

CORREA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 330 pg.

CREDAL, Herve Thery. *Rede global/rede local ou como a geografia pode servir também para defender uma auto-estrada*. IN: *A Geografia Política do*

desenvolvimento sustentável. BECKER, Berta; MIRANDA, Mariana (org.) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997, 183 – 205pg. 494pg.

CRESPO, Samyra. *Rio + 10 A decade of change*. *Institute of Religious Studies, Ministry of the Environment, National Forum of Climate Change*. Brasil: Rio de Janeiro, 2002. 220 pg.

DABAS, Elina. *Redes Sociales, famílias y escuela*. *Paidós: Buenos Aires*, 2005. 161pg.

DIAS, Leila Christina. *Pesquisa e desenvolvimento e a logística da inovação tecnológica*. IN: *A Geografia Política do desenvolvimento sustentável*. BECKER, Berta; MIRANDA, Mariana (org.) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997, 168 – 181pg. 494 pg.

DIAS, Leila Christina. *Redes Emergência e Organização*. IN: *Geografia Conceitos e Temas*. Elias de Castro (org.). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995. 140-162pg. 353pg.

DIEGUES, Antonio. *A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas*. São Paulo: NUPAB. Universidade de São Paulo, 2008. 193pg.

DIEHL, Astor; TATIM, Denise. *Pesquisa em Ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 168pg.

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global*. São Paulo: UNESP, 2005. 319pg.

ECO, UMBERTO. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva,1983. 184pg.

EIGENHEER, Emilio Maciel. *A história do lixo: limpeza urbana através dos tempos*. Universidade Federal Fluminense, 2008. 144 pg.

FARIA, Luciana de Oliveira; TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. *Redes interorganizacionais para inovação tecnológica: o caso TELEMAR/BA*. XXIV Encontro nacional da associação nacional dos programas de pós-graduação em administração. Santa Catarina: Florianópolis, Anais. 2000.

FERREIRA, Elaine. *Rede Cerrado de ONGs: novos códigos de sociabilidade e a perspectiva de gênero*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. 220pg.

FERREIRA, Lucia da Costa. *Conflitos Sociais Contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro*. Revista Ambiente & Sociedade. Campinas, 1999, Vol.II, 5, 35-54pg.

FINGER, Mathias. *NGOs and transformation: beyond social movement theory. In: PRINCEN & FINGER. Environmental NGOs in world politics. London: Routledge*, 1996. 186-213pg.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller e punir*. *Naissance de la prision,* N.F.R., 1975. 315pg.

FRANCESCONI, Léa. Trabalho, tema da pesquisa Geográfica. IN: *VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, Setenta Anos da AGB: As transformações do Espaço e a Geografia do Século XXI.* Goiás, *Anais*, 2004.1-5pg.

FRY, Tony. *Reconstruções.* São Paulo: EDUSP, 2009. 230pg.

GADOTTI, Moacir. Agenda 21 Global e a Carta da Terra. In: *Diálogos entre a esfera global e local: contribuições de organizações não governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária*. São Paulo: Vitae Civilis, 2002. 174pg.

GALAZ, Catarine; PIETRO, Rodrigo. *Economía Solidaria: de la obsesión por el lucro a la redistribución con equidad*. *Nordan Comunidad: Icaria*, 2006. 100pg.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963. 457pg.

GIL, Carlos Gomes. *Las ONGs em la globalización, estratégias, câmbios y tranformaciones de las ONG en la sociedade global*. Córdoba: Icara,2004. 230pg.

GONÇALVES, Carlos. *Os (dês) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1996. 70pg.

GORZ, André. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005. 106pg.

GUDYNAS, Eduardo. *Ecología, Economía y Ética del Desarrollo Sostenible*. Montevideo: Coscorroba Edicciones, 2002. 257pg.

HALL, Anthony. *O papel das ONGs na resolução de conflitos para o desenvolvimento sustentável*. IN: *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. BECKER, Berta; MIRANDA, Mariana (org.) Rio de Janeiro: UFRJ. 1997. 273 – 295pg. 493pg.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: fim dos territórios a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395pg.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos. Rio de Janeiro: Contexto e Universidade Federal Fluminense*, 2002. 186pg.

HERCULANO, Selene, PÁDUA, José. *A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução* IN: *Justiça Ambiental e Cidadania*. ACSELRAD, Henri. (org.) Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 315 pg.

HIGGOTT, Richard. *Non-State Actors and Authority in the Global System*. London: Routledge, 2000. 320pg.

INOUE, Cristina Yumie Aoki. *Regime Global de Biodiversidade: o caso Mamirauá*. Brasilia: UNB, 2007. 300 pg.

JACOBI, Pedro. *Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas.* IN: *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. RIBEIRO, Wagner (org.) São Paulo: Edusp, 2003. 543pg.

JORDAN, Lisa. *Political responsibility in transnational NGO advocacy. World Development*. Reino Unido, 2000, Vol. 28, 12, 2051-2065 pg.

KEOHANE, Robert. O.; NYE, Joseph. *Power and Interdependence: world politics in transition*. Boston: Little Brown, 2001. 334pg.

KEOHANE, Robert. O. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton University Press: United States of America, 2005. 290pg.

KHAGRAM, Sanjeev. *From Santiago to Seattle: transnational advocacy groups restructuring world politics*. *University of Minnesota Press.* Minneapolis, 2002. 12pg.

KRASNER, Stephen. *Power, Politics , institutions and transnational relations.* IN: *Bringing transnational relations back in non-state actors, domestic institutes and international institutions.* Cambrigde, 1995. 372pg.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 494pg.

LEFF, Enrique. *El Movimiento ambientalista en México y en América Latina. Revista Ecología, política e cultura*, 1998, 2 ,6.28-38 pg.

LEIS, Héctor & Amato, José. *O ambientalismo como movimento vital: análise e suas dimensões histórica, ética e vivencial. Para uma sociedade sustentável*. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. 89pg.

LEIS, Héctor & Amato, José. *Para uma teoria(da prática) do ambientalismo.* IN: *Curso Teoria e práxis do meio ambiente*. Florianópolis: ISER, 1994.26pg.

LEIS, Héctor. *Globalização e democracia após a Conferência Rio 92: a necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional. IN: Incertezas de sustentabilidade na organização*. FERREIRA, Leila Costa da; VIOLA, Eduardo (org.) Campinas: Unicamp, 1996. 331 pg.

LEIS, Héctor; Viola, Eduardo. *O ambientalismo multissetorial no Brasil para além do Rio 92: o desafio de uma estratégia globalista viável.* IN*: Meio Ambiente Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as ciências sociais*. Eduardo J. Viola et. al. (organizadores). São Paulo: Cortez. 1998. 220 pg.

LEIS, Ricardo. *A modernidade insustentável: as criticas do ambientalismo a sociedade contemporânea*. Montevidéu: Coscoroba Ediciones, 2004. 178pg.

LOPES, Humberto Elias Garcia; MORAES, Lúcio Flávio Renault de. *Redes e organizações: algumas questões conceituais e analíticas. Encontro de estudos organizacionais-I.* Paraná: Curitiba. *Anais*. 2000.

LUIS, Hildegart González. *Estratégias de comunicação nas ONGs de desenvolvimento: departamentos, funções e impactos nos meios*. Espanha: Cideal, 2006. 246pg.

MADON, Shirin. *International NGOs: networking, information flows and learning*. *Journal of Strategic Information Systems,* 1999, Vol.8.256-271 pg.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007. 379 pg.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *The environment as a luxury good or "too poor to be green"?. Ecological Economics*, 1995, Vol.13. 1-10 pg.

MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*. Rio de Janeiro: Relume Dumará,1992. 224pg.

MENESCAL, André. *História e gênese das organizações não governamentais. Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade, 1996. 126pg.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.* São Paulo: Boitempo, 2002. 1101 pg.

MONTEIRO, Maria. *El marketing em las ONGD, la gestíon del cambio social*. Espanha: Coleccion Etea, 2003. 277pg.

NADVI, Khalid., WALTRING, Frank. *Making sense of global standards.* IN: *Local enterprises in the global economy*. SCHMITZ, Hubert; ELGAR, Edward Elgar (org.) Institute of Development Studies. *United Kingdom: University of Sussex,* 2004. 53- 93 pg. 416pg.

OFFE, Claus. *New social movements*: *challenging the boundaires of institutional politics. Social Research*, 1985, Vol.52, 4. 817-868 pg.

OLIVEIRA, Odete Maria de. JUNIOR, Arno Dal Ri. (orgs.). *Relações internacionais: Interdependência e sociedade global*. Rio Grande do Sul: Unijui, 2003. 728pg.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAPANEK, Victor. *The Green Imperative: Ecologic and Ethics in Design and Architecture*. London: Thames and Hudson,1995. 256pg.

PATTBERG, Philipp. *The Institutionalization of Private Governance: How Business and Nonprofit Organizations Agree on Transnational Rules. Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions,* 2005, Vol.18, 4. 588-610 pg.

PLATIAU, Ana Flávia Barros. *Novos atores, governança global e direito internacional ambiental.* Série Grandes Eventos Meio Ambiente, 2001.1-10pg.

PRADO, Carlos Roberto. *ONGs: Filantropia, ética e gestão*. São Paulo: Expressão & Arte, 2007. 126 pg.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.* São Paulo: Bomtempo, 2001. 151 pg.

PUTNAM, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. *Princeton: Princeton University Press,* 1993. 258pg.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo : Ática, 1993. 269 pg.

RAUSTIALA, Kal. *States, NGOs, and International Environmental Institutions. International Studies Quarterly*, 1997,41. 719–740 pg.

REIS, Elisa*. New Ways of Relating Authority and Solidarity: Theoretical and Empirical Explorations. In: Anns Denis and Devorah Fischman (eds.) The ISA Handbook in Contemporary Sociology*. London: SAGE, 2009. 212pg.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001. 176pg.

RIBEIRO, Wagner., ZIGLIO, Luciana. Produção de resíduos e sociedade de consumo. ESPADOTTO, Cláudio., RIBEIRO, Wagner. (Org.). *Gestão de Resíduos na Agricultura e Agroindústria.* 1 ed. Botucatu: FEPAP, 2006, v. 1, p. 21-34.

ROSENAU, James. *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília, UNB: Imprensa Oficial, 2000. 431pg.

ROUSTA, Kamran. et.al, *Evaluation the inhabitants, participation in separation at source by waste characterization*. *Wastes: Solutions, Treatments and Opportunities*, September, 2011. 7pg.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel, 1993. 103pg.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 95pg.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 171pg.

SANTIAGO, Julio. Aplicación de las redes semantica para definir el alcance y analisar la cooperación internacional en materia ambiental de The Nature Conservancy en Costa Rica. Costa Rica: Universidad Nacional, 2007.150pg.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 307 pg.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 174pg.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000. 142pg.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993. 143pg.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. 95pg.

SCHERER-WARREN, Ilse. *AS ONGs na América Latina: trajetória e perfil. IN: Meio Ambiente Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as ciências sociais.* VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor; SCHERER-WARREN, Ilse; GUIVANT,

Julia; VIEIRA, Paulo; KRISCHKE, Paul (orgs.) São Paulo: Cortez, 1998. 161-181pg.

SEVERINO, Joaquim Antonio. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 1996.272pg.

SIKKINK, KATHRYN. et.al. *New actor and new forces : transnational activist networks*. IN: *International Politics: enduring concepts a contemporary issues*. ART, Robert Jevis (org.) Estados Unidos: Pearson Longman, 2005. 594pg.

SILVA, Solange. *Política de Meio Ambiente no Brasil no início dos anos 90: a construção da cidadania ambiental*. Tese de Mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo, 1996. 161pg.

SILVA, *José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo* . São Paulo: Malheiros, 1995. 10ªed. 243pg.

SINGER, Paul. *Economia Solidária*. Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 62, janeiro/abril, 2008, 289-314pg. 377pg.

SLAUGHTER, Anne Marie. *The real new order. Foreign Affairs*, 1997, Vol. 76, 5. 183-194pg.

SMOUTS, Marie-Claude. *A cooperação internacional: da coexistência à governança mundial.* IN: *As novas relações internacionais: práticas e teorias*. SMOUTS, Marie-Claude (org.) Brasília: UNB, 2004. 129-153pg.

TAMIKO, Tsuru. *Desemprego em massa, condições de vida e procura por trabalho: uma experiência japonesa*. IN: *Trabalho Flexível, Empregos Precários*. GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (orgs.) São Paulo: EDUSP, 2009. 233-270pg.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1999. 431 pg.

TURK, Graça Gomes. *Rede Interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais.* Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002. 63pg.

UMBERTO, Eco. Como se fazer uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1985. 170pg.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226pg.

VEIGA, José Eli da. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Senac, 2010. 160pg.

VEIGA, José Eli da. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Senac, 2007. 138pg.

VIOLA, Eduardo. (org.) *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as ciências sociais*.São Paulo: Cortez, 1998. 220 pg.

VIOLA, Eduardo. *A multidimensionalidade da globalização, as novas forcas sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil 1989-1995.* IN: *Incertezas de sustentabilidade na organização*. FERREIRA, Leila Costa da; VIOLA, Eduardo (orgs.) Campinas: Unicamp, 1996. 331 pg.

VOGEL, David. *The Role of Civil Regulation in Global Economic Governance. Berkeley: University of California. Global Economic Governance Programme. Oxford University*, 2006. 3-44pg.

7. Referências Eletrônicas

ACSELRAD, Henri. *Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental*. Revista Estudos Avançados, 2010, Vol. 24. 68. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17.05.2010.

AGÊNCIA NOTÍCIAS EM ESPANHOL. *Catadores de material reciclável ajudam Pequim a evitar colapso em Lixões*. EFE, 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=UyQLLVEJJPk>. Acesso em: 20.04.2012.

AXELROD, Robert. *On Six advances in cooperation theory*: Analyze & Kritik. 2000.Disponível em: <http://time.dufe.edu.cn/jingjiwencong/waiwenziliao/-SixAdvances.pdf>.Acesso em: 05.04.2012

AYRES, Bruno. *Os Centros de voluntários brasileiros vistos como uma rede organizacional baseada no fluxo da informação*. Data Grama Zero. *Revista de Ciência da Informação*, 2001. Disponível em <http://www.dgz.org.br/fev01/Art_01.htm>. Acesso em: 2.12.2009.

BARROSO, Inmaculada. *Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial*. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 2009, Vol. XIII. 289. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-289.htm>. Acesso em: 21.12.2009.

BOLI, John., THOMAS, George. (1999) *Constructing World Culture: International Non-Governmental Organizations since 1875*, 1999. Disponível em: <http://www.sociology.emory.edu/jboli/cwc/excerpt.html>. Acesso em: 17.08.2010.

CAVALCANTI, Clóvis. *Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental*. Revista Estudos avançados, 2010, Vol.24.68. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&d=S010401420100001 00007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.>. Acesso em: 11.08.2010.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. CEMPRE BRASIL. *Pesquisa CICLOSOFT*, 2011. Disponível em: <www.cempre.org.br/ciclosoft>. Acesso em: 25.04.2012.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. CEMPRE BRASIL. *Programa Bioconsciência*, 2002. Disponível em: <www.cempre.org.br/ciclosoft>. Acesso em: 25.04.2012.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. CEMPRE BRASIL. *GARSD realiza o seu terceiro encontro da rede, 2011*. Disponível em: <http://www.cempre.org.br/ci_2011-1 112_capa.php>. Acesso em: 09.02.2012.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL. ECOSOC. *Resolução 288 (X) de 27 de fevereiro de 1950 e resolução 1996/31 de 25 de julho de 1999*. Disponível em: <http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/NGOS/RES31-96.HTM#Res96-31>. Acesso em: 16.04.2012.

CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Plano de implementação-1759*, 2002. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.9.html>. Acesso em: 13.08.2009.

DEMAJOROVIC, Jacques. et.al. *Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado, II Encontro ANNPAS.Anais*, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2-/GT/GT11/jacuqes_demajorovic.pdf>. Acesso em: 14.04.2012.

DICIONÁRIO AURÉLIO ON-LINE. (2012?). Disponível em: <http://www.dicio.com.br/rede/>. Acesso 11.04.2012.

EUROPEAN COMISSION. EUROSTAT. *Energy, transport and environment indicators*, 2009. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/-page/portal/eurostat/home/>. Acesso em: 07.10.2011.

GLOBAL ALLIANCE FOR RECYCLING AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. GARSD. Guidelines for Establishing Solid Waste Recovery Organizations in Emerging Countries, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/63260754/Guidelines-for-Establishing-Solid-Waste-Recovery-Organization-Guidelines-in-Emerging-COuntries-DRAFT-2-12-10>. Acesso em: 25.04.2012.

GRUPO DE TRABALHO DA CONFERÊNCIA RIO+10. *DRAFT POLITICAL DECLARATION SUBMITEED BY THE PRESIDENT OF THE SUMMIT: Johannesburg*, 2002. Disponível em: <http://www.contenderministries.org/UN/SDdocs/draftpoliticaldeclaration.pdf>. Acesso em: 27.11.2009.

GRUPO DE TRABALHO DA CONFERÊNCIA RIO+10. *AGENDA 21*, 2002. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.9.html >. Acesso em: 14.04.2012.

GRUPO DE TRABALHO DA CONFERÊNCIA RIO+10. *Lista de organizações não governamentais participantes do Fórum das ONGs*, 2002. Disponível em <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/documentos/1741-listaongs.pdf.154.pdf>. Acesso em: 17.04.2012.

GREENPEACE. *A Just and Fair Green Economy: Report GREENPEACE*, 2012. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/international/PageFiles/358991/rio2012expectations.pdf >. Acesso em: 09.02.2012

GREENPEACE. Worldwide, 2010. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/international/about/worldwide> Acesso em: 23.09.2009.

INTERGOVERNMENTAL PANEL CLIMATE CHANGE. Guidelines for national greenhouse gas inventories, 2006. Disponível em: < www.ipcc-nggip.iges.or.jp/public/2006gl/volume5.html>. Acesso em: 21.04.2010.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. Welcome to the IUCN Members: web pages, 2012. Disponível em: <http://www.iucn.org/about/union/members/>. Acesso em: 09.04.2012.

LOSCHIAVO, Maria Cecilia. *Cities of Plastic and Cardboard and the Space of Resistance,* 2003. Disponível em: <http://www.closchiavo.pro.br/site/pdfs/cities_of_pla-stic.pdf >. Acesso em: 6.10.2010.

LOSCHIAVO, Maria Cecilia. *A Bahia e o Design*. *Revista Design em Foco,* 2004. Disponível em: <http://www.closchiavo.pro.br/site/pdfs/revista_design_em_foco.pdf>.Aces so em: 6.10.2010.

LOSCHIAVO, Maria Cecilia. *Consumo, descarte, catação e reciclagem: notas sobre design e multiculturalismo*. Estudo Avançado em Design, 2008. Vol.1. Disponível em:<http://www.closchiavo.pro.br/site/lectures.html >. Acesso em: 18.09.2010.

MARTINHO, Cássio. *Redes: síntese. II Evento da Rede COEP,* 2009. Disponívelem:<http://www.redescomunitarias.org.br/images/Biblioteca/Redes.pdf>. Acesso em: 13.04.2012.

MEDINA, Martin. *Waste picker cooperatives in developing countries. WIEGO/Cornell/SEWA: Conference on Membership-Based Organizations of the Poor.* Índia, 2005. Disponível em:

<http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Medinawastepick-ers.pdf>. Acesso em: 13.04.2012.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. *Incineração de resíduos: contexto e riscos associados*, 2011. Disponível em: <http://www.incineradornao.net/2010/07/incineracao-de-residuoscontexto-e-riscos-associados/>. Acesso em: 21.02.2012.

NAIME, Roberto. *Noções de Ecodesign*, 2010. Disponível em: <http://sanambiental.blogspot.com.br/2010/06/nocoes-de ecodesign.html >. Acesso em: 10.04.2012.

OPEN SPACE SOCIETY. *History*, 2011. Disponível em: <http://www.oss.org.uk-/history/>. Acesso em: 17/01/2010.

PORTAL DAS NOTÍCIAS DO TERRA. *Do lixo ao sangue, hepatite C se propaga no Egito*, 2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5200544EI17615,00Do+lixo+ao+sangue+hepatite+C+se+propaga+no+Egito.html >. Acesso em: 29.06.2011.

PORTILHO, Fátima. *Consumo "verde", democracia, ecológica: Possibilidades de diálogo?* Revista de Estudos Interdisciplinares em Psicologia Analítica, 2008. Disponível em: <http://www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm#FOO-TNOTE%2025>. Acesso em: 18.09.2010.

ROLNIK, Raquel. *As tragédias são frutos das opções políticas. Revista Fórum 82, 2010.* Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/02/17/as-tragedias-sao-frutos-das-opcoes-politicas-entrevista-com-raquel-rolnik/>. Acesso em: 2.4.2011.

RIBEIRO, Wagner. (2010) *Teorias socioambientais: em busca de uma nova realidade.* Revista Estudos Avançados, 2010, Vol 24. 68. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17.05.2011.

RIBEIRO, Wagner. *Governança da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo*. Revista Mercator, 2009, 8,16. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/307/238>. Acesso em: 05.04.2012.

ROUTLEDGE, Paul. et.al. *Grassrooting Network Imaginaries: rationality, power, and mutual solidarity in global justice networks.* *Environment and Planning A*, 2007, Vol.39. Disponível em: <http://www.envplan.com/abstract.cgi?id=a38338>. Acesso em: 16.04.2012.

SACHS, Ignacy. *Barricadas de ontem, campos de futuro*. Revista Estudos Avançados, 2010, Vol. 23. 68. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 17.05.2010.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. *Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas políticas sociais*. *Revista* Lusotopie, 2002. Disponível em:< http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/teodosio.pdf>. Acesso em: 7.01.2010.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. *Municipal Solid Waste Generation, Recycling and Disposal in the United States: Facts and Figures for 2009,* 2010. Disponível em: <http://www.epa.gov>. Acesso em: 7.01.2012.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Ecological Sciences for Sustainable Development* , 2011. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-

sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/main-characteristics/>. Acesso em: 09.04.2012.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication, 2011. Disponívelem: <http://www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport-/tabid/29846/default.aspx>. Acesso em: 13.04.2012.

ZIGLIO, Luciana. *O Mercado da reciclagem de papel no município de São Paulo*. Revista Scripta Nova: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 2002, Vol. VI, 119. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-33.htm >. Acesso em: 18.01.2010.

ZIGLIO, Luciana. *Redes Socioambientais transnacionais*: *Red Latino Americana de Recicladores*. Revista Geográfica da América Central, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica-/article/view/2131>. Acesso em: 05.04.2012.

ZIGLIO, Luciana. A Convenção de Basiléia e o destino dos resíduos sólidos industriais no Brasil, 2006. Disponível em:< http://www.teses.usp.br/teses-/disponiveis/8/8136/tde17032006171602/en.php>. Acesso em 01.08.2012.

WHITAKER, Francisco. *Rede: uma estrutura alternativa de organização. Redes e Desenvolvimento,* 2006. Disponível em: <http://www.redesedesenvolvimento.org.br/article/view/3004 >. Acesso em: 2.12.2009.

WWF . WWF: Brasil uma organização nacional. (2012?). Disponível em: <http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_brasil/index.cfm>. Acesso em: 23.09.2009.